



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Relatório Final

Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da
Juventude Negra em Pernambuco

06/08/2015 a 10/05/2017

Recife /2017



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APRESENTAÇÃO

O regime escravocrata deixou marcas no pacto social brasileiro, fazendo com que se consolidasse uma visão hierarquizada da sociedade que coloca a pessoa negra na base da pirâmide, criando obstáculos ao progresso social e humano dos da população negra no Brasil. Não houve reparação dos danos causados à população negra por quase 400 anos de trabalho escravo. Essa exclusão levou sérias consequências à população negra em diversos setores da sociedade. No Brasil, inúmeras pesquisas constataam um drama crescente nas últimas décadas: O extermínio de jovens negros. Uma triste realidade que se alastrou em todo país e foi tema de investigação no Congresso Nacional. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que investigou casos de violência contra jovens negros e pobres no Brasil, concluiu que essa parcela da população vem sendo vítima de uma espécie de “genocídio simbólico”¹.

Estatísticas e fatos apurados pela CPI ao longo de quatro meses colocam o homicídio como a principal causa de morte de brasileiros, entre 15 e 29 anos², e definem o perfil predominante das vítimas: negros do sexo masculino, com baixa escolaridade e moradores das periferias. Dentro desse contexto, Pernambuco vem ocupando as primeiras posições nas estatísticas, com uma violência direcionada, de perfil definido, que tem dizimado a vida de milhares de jovens negros, vítimas da exclusão social e da violação dos direitos humanos.

A Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra de Pernambuco quer identificar as causas e as consequências dessa violência, uma das questões sociais prioritárias mais desafiantes a serem enfrentadas em nosso estado, contribuindo para que os padrões de violência consolidados ao longo da história e que estigmatizam a juventude negra sejam superados, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e de combate às causas desse fenômeno.

Deputado Estadual Bispo Ossesio Silva

¹ CPI – VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES – CÂMARA DOS DEPUTADOS, Relatório final, pág. 34

² http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4790/Guia_Plano_JuvViva_Final.pdf



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Coordenador Geral da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco.

COMPOSIÇÃO

Coordenador Geral:

Deputado Bispo Ossesio Silva (PRB)

Membros:

Deputado Edilson Silva (PSOL)

Deputado Eduíno Brito (PHS)

Deputado Joel da Harpa (PTN)

Deputada Teresa Leitão (PT)

Deputado Prof. Lupércio (SD) (Substituído)



AGRADECIMENTOS

Câmara Municipal do Cabo;

Câmara Municipal de Recife;

Câmara Municipal de Caruaru;

Câmara Municipal de Olinda;

Câmara Municipal de Timbaúba;

Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular (ALEPE);

GT Racismo do Ministério Público de Pernambuco;

GT Racismo da Polícia Militar de Pernambuco;

ONG's de defesa dos Direitos Humanos e dos Negros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
COMPOSIÇÃO	2
AGRADECIMENTOS	2
INTRODUÇÃO	2
INSTALAÇÃO DA FRENTE	3
SUMÁRIO EXECUTIVO	5
1 - CABO / Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:	5
2 - RECIFE/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:	8
3 - CARUARU/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:	11
4 - OLINDA/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:	17
5 - TIMBAÚBA/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:	21
ESTATÍSTICAS E A MORTE DE JOVENS NEGROS EM PERNAMBUCO	23
AUDIÊNCIA PÚBLICA – CÂMARA MUNICIPAL DO CABO	25
AUDIÊNCIA PÚBLICA - CÂMARA MUNICIPAL RECIFE	31
AUDIÊNCIA PÚBLICA – CÂMARA MUNICIPAL CARUARU	48
AUDIÊNCIA PÚBLICA - CÂMARA MUNICIPAL OLINDA	65
AUDIÊNCIA PÚBLICA – CÂMARA MUNICIPAL TIMBAÚBA	87
CONCLUSÃO	105
FRASES SOBRE O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA	110
LISTAS DE GRÁFICOS E TABELAS	111
NOTAS	124
BIBLIOGRAFIA	125



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

INTRODUÇÃO

A Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco foi criada de forma inédita no dia 6 de agosto de 2015 na Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), por meio do Requerimento de número 711, de autoria do Deputado Bispo Ossesio Silva. Pela primeira vez, a ALEPE instala um colegiado direcionado ao combate à discriminação e ao extermínio de jovens negros. A relevância do tema para o estado levou a Casa de Joaquim Nabuco a aprovar o requerimento por unanimidade. Presidida pelo Deputado Bispo Ossesio Silva, a Frente é integrada pelos Deputados Edilson Silva (PSOL), Eduíno Brito (PHS), Professor Lupércio (SD), Joel da Harpa (PTN) e a deputada Teresa Leitão (PT).

A motivação da criação do colegiado se deve à constatação, através de diversos estudos realizados, do extermínio da juventude negra, fenômeno social que se tornou um problema nacional desafiando as autoridades de todo o país. O próprio Governo Federal avalia que parte da elevada taxa de homicídio dos jovens negros deve ser atribuída ao racismo. Um racismo disfarçado, mas presente na vida e no cotidiano da população negra. Esse racismo se mistura com as mazelas sociais gerando uma epidemia de violência em todo o Brasil.

A violência contra jovens negros é, sem dúvida, uma das questões sociais prioritárias mais desafiantes a serem enfrentadas em nosso estado.

Com a missão de dar visibilidade a essa problemática em nosso estado, buscar aprofundar as ações e as políticas de combate ao extermínio da juventude negra em Pernambuco, a Frente pretende propor, após os resultados de suas atividades, planos estratégicos e ações práticas nos âmbitos estadual e municipal, a fim de superar as violações aos direitos humanos e promover ações de prevenção, para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros, relegados a situações de violência física e simbólica, em especial àquelas em regiões mais periféricas. A criação dessa Frente revela a compreensão da legitimidade e urgência nas reivindicações de um setor social, ou de toda a sociedade, com determinadas questões que lhes afetam diretamente. Revela ainda a capacidade de articulação política em defesa de uma causa. Igualmente, compreender o grau da letalidade e analisar as políticas públicas implantadas e o alcance dessas políticas e seus resultados, onde acontece o fenômeno da violência contra jovens negros nos diferentes municípios e comunidades do estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

INSTALAÇÃO DA FRENTE

Na abertura dos trabalhos legislativos do dia 6 de agosto de 2015, o Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), Deputado Estadual Guilherme Uchoa, instalou a Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco, durante o Grande Expediente Especial destinado ao debate com o tema "Extermínio da juventude negra em Pernambuco". Na oportunidade, Uchoa transmitiu a Presidência da sessão ao Deputado Estadual Bispo Ossesio Silva, autor do Requerimento 711, que deu origem à Frente Parlamentar.

A mesa dos trabalhos foi composta na ocasião pela Deputada Teresa Leitão, a Procuradora de Justiça do Ministério Público Estadual, Maria Bernadete Azevedo; a Coordenadora do Grupo de Trabalho de Racismo da Polícia Militar de Pernambuco, Capitã Lúcia Helena; os Deputados Estaduais Edilson Silva e Professor Lupércio e o Vereador da Cidade do Recife Alfredo Santana.

Durante a sua instalação, a Frente reuniu autoridades municipais e estaduais, membros do Judiciário e Ministério Público, representantes de movimentos sociais, sociedade civil, especialistas, vítimas e seus familiares, além de profissionais de segurança pública.

Em breve pronunciamento, o Bispo Ossesio Silva destacou a importância do trabalho da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco diante dos índices alarmantes da violência que têm vitimado jovens negros e de baixa renda no Estado. Já o Deputado Edilson Silva, salientou que há mais de uma década Pernambuco enfrenta o problema sem que tenha havido qualquer solução. Na opinião deste parlamentar, a situação agravou-se, diante da falta de verbas destinadas a políticas públicas desta natureza e realçou a necessidade de instituição de planos de educação em relação ao tema.

Por sua vez, a Procuradora de Justiça falou sobre o caráter sensível do tema tratado, especialmente com relação à diferença flagrante entre os dados referentes à violência em face da população negra e tratou também do protocolo de intenções assinado por diversos entes e órgãos do sistema de Justiça e Segurança em que estão elencadas as atribuições de cada qual dos responsáveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Na avaliação da Capitã Lúcia Helena, é de suma importância expandir o programa de conscientização no âmbito da própria Polícia Militar, tratando de dados do Mapa da Violência que atribuem às Polícias 5% das mortes de jovens negros, a oficiala demonstrou indignação com as mortes por razões insignificantes, hipotecou apoio à descriminalização da utilização da maconha e criticou a posição adotada pela mídia com relação à profusão do racismo.

Em breve declaração, o Deputado Silvio Costa Filho chamou atenção para a necessidade de se reconhecer a retórica do passado, mas apresentar também planos de ação e exemplos de vida de determinadas pessoas que conseguiram superar dificuldades.

Participaram dos debates os Deputados Estaduais Ângelo Ferreira, Simone Santana, Sílvio Costa Filho, Eriberto Medeiros, Zé Maurício e Eduíno Brito, além das senhoras Edna Jatobá, Coordenadora do Gajop; Ana Lúcia, Presidente do Conselho Nacional de Educação; Araceli Julieta, Psicóloga do Grupo de Trabalho de Psicologia de Enfrentamento ao Racismo; Simeia Meldron, Pastora da Igreja Anglicana; Eleonora Pereira, representante do Movimento de Mães pela Igualdade; e os senhores Reinaldo Almeida, da ONG Visão Mundial, e Vereadores Carlos Santos, Wilson Monteiro, Teto do Povo e Manoel Mariano; O Vice-Prefeito de Orobó, Gabriel Medina; Alisson Teixeira, representante do Fórum de Juventude Negra de Pernambuco.

Ao final dos debates, todos elogiaram a iniciativa do Deputado Bispo Ossesio Silva, de propor a criação da FRENTE PARLAMENTAR instalada naquela ocasião.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Tabela a seguir sumariza o conjunto das ações detalhadas no corpo deste Relatório, e que foram discutidas e elencadas na plenária e nas audiências públicas da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio à Juventude Negra. Respeitado por ordem cronológica de visitação às câmaras municipais das cidades a seguir:

1 - CABO / Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:

Âmbito	Pontos Críticos	Ações Propostas
--------	-----------------	-----------------

³ Presidente e Membros da Frente:

A mesa de honra presidida pelo Deputado Bispo Ossesio Silva foi formada pelo também Deputado Joel da Harpa; Sueli Lima Nunes - Técnica da Secretaria de Educação do Cabo de Santo Agostinho e Presidente do Fórum Ético Racial do Cabo de Santo Agostinho, representando o Secretário Municipal de Educação - Adelson Moura; o Vereador Aziel Almeida; Leandro - Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Vado da Farmácia; e Ricardo Gadelha Carneiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho. Ver pagina na 1.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Da FRENTE PARLAMENTAR na cidade do Cabo de Santo Agostinho	✓ Desenvolver³, através de coletas de dados, pesquisas atuais e locais, testemunhos, depoimentos e de estudos dentro do âmbito municipal; ✓ Compreender o grau de letalidade e analisar as Políticas Públicas implantadas, bem como o alcance dessas políticas e seus resultados, ou a ausência delas e suas consequências; ✓ Investigar e avaliar as origens e as raízes desse mal; ✓ Efetivação dos direitos da juventude plural e diversa, no combate ao racismo e da promoção da igualdade racial.	Promover ações e prevenções a partir do aprimoramento da Legislação Estadual, mediante a criação de oportunidades da inclusão social e de debates. Contribuir para que os padrões da violência consolidada ao longo da história, que estigmatizam a juventude negra, sejam finalmente superados.
Das Propostas dos organismos públicos municipais, não governamentais e Agentes da sociedade civil do Cabo.	Ausência de Políticas Públicas, o Tráfico de Drogas, a violência policial, a discriminação racial, o quadro social em que a população negra tem menos acesso à educação, e menos condições de saúde e de moradia.	Conjunto de forças: Secretaria de Educação do município, a organização não governamental - Fórum Étnico-Racial, Centro das Mulheres, Sindicato dos Professores, Secretaria de Saúde, por meio da Coordenação da População Negra, Comunidade Quilombola, Conselho da Igualdade Racial, Líderes de religiões de matriz africana, além de programas sociais da Secretaria da Mulher. ⁴
	Exposição da imagem do negro é	A importância da participação da Imprensa⁵

⁴ Presidente do Fórum Étnico-Racial do Cabo de Santo Agostinho e Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Sueli Lima;

⁵ Membro Integrante da Frente – Dep. Est. Joel da Harpa;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

	exposto em novelas como uma personagem inferior.	
	Ausência de representantes do 18º Batalhão de Polícia Militar, da Polícia Militar e do Ministério Público Estadual na audiência pública.	A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal destaca o esforço feito em torno da discussão sobre os posseiros de Suape, em busca de caminhos para assegurar a integridade dessas pessoas, garantir o desenvolvimento e minimizar a violência urbana. ⁶
	Apelo à Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho.	Implementar no município o Programa Nacional da Saúde da População Negra, do Sistema Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial . ⁷
	Em Defesa da “ Polícia ”.	O que mais mata no Brasil , são o crime organizado e as drogas que estão exterminando com a vida de nossos jovens. Por isso, faz-se necessário equipar e treinar a polícia . ⁸
	A Frente inspira propostas para enfrentar o descaso do Poder Público	Criação de uma FRENTE PARLAMENTAR Municipal para investigar o extermínio do jovem negro. ⁹
	Educação nas escolas .	Sugerir aos professores da rede municipal de ensino que comecem um novo tempo nas salas de aula, abordando o conceito da negritude e valorização da raça negra, para elevar a autoestima da população

⁶ Representante da Secretaria Municipal de Educação - vereador Ricardo Carneiro;

⁷ Integrante da Coordenação do Conselho de Promoção de Igualdade Racial e da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo - Piedade Marques.

⁸ Membro Integrante da Frente – Dep. Est. Joel da Harpa;³

⁹ Pastor Ivaldo Sales, do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral;

¹⁰ *Vereador Oziel Almeida;*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

		afrodescendente. ¹⁰
	Responsabilização da Prefeitura	A Secretária municipal de Esportes tem contribuído, instalando áreas de lazer para a comunidade – Por exemplo, as Academias ao ar livre . Quadras modelos assistem jovens de 08 a 18 anos na prática de esportes. ¹¹
	O Poder Público tem o hábito de combater o efeito e não a causa , como deveria.	Aplicação de uma política que contemple os negros, mas não de forma ideológica e sim com base no respeito ao ser humano. ¹²
	Ausência de representantes da juventude negra do município.	Sugestão aos deputados: inseri-los no debate para que eles próprios possam ser ouvidos e assim sugerir medidas efetivas e práticas que os tirem desse cenário. ¹³

2 - RECIFE/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:

Âmbito	Pontos Críticos	Ações Propostas
--------	-----------------	-----------------

¹¹ Secretário de Esporte, César Paiva;

¹² Adson José;

¹³ Palestrante - Diogo Bezerra.

¹⁴ Coordenador-Geral da FRENTE PARLAMENTAR, Deputado Bispo Ossesio Silva, Deputada Tereza Leitão; os Deputados Silvio Costa Filho e Edilson Silva; e o Vereador Alfredo Santana;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

14 Da FRENTE PARLAMENTAR na cidade realizada no Recife	Desenvolver, Analisar e aprofundar as ações de políticas públicas já implantadas, Metodologia aplicadas ao combate às violações dos direitos humanos e sociais dos jovens negros.	Promover ações e prevenções. Para isso, se faz necessária à construção de planos estratégicos com a plena participação da sociedade civil, Aprimoramento da Legislação estadual, com foco em ações preventivas e fortalecimento da Educação, Ampliação do processo de inclusão social das áreas periféricas da Capital, que se mostram as mais vulneráveis ao fenômeno dessa violência.
Das Propostas dos organismos públicos municipais e estadual, ONG's do Recife, do judiciário – MPPE e PMPE.	Engavetamento das políticas públicas por parte dos gestores antecessores;	Escolas abertas para participar dos projetos, nas oficinas, nos movimentos culturais, dos fortalecimentos dos grupos culturais nas suas comunidades, o fortalecimento dos movimentos estudantis, dos grêmios.¹⁵
	Falta de orçamento para as políticas públicas. (Entretanto, gastou-se 70 milhões de reais na gestão municipal com propaganda, gastou-se 40 milhões, com projetos comprados para Educação, mas esses projetos estão guardados nos armários das escolas, projetos comprados e engavetados.);	Inclusão específica da juventude negra no Plano Municipal de Segurança Urbana Articular as prevenções primária, secundária e terciária. Sendo a primária situacional; a secundária uma prevenção maior em cima daqueles grupos que são consideravelmente vulneráveis e a terciária baseada na prevenção para grupos que eram vulneráveis.¹⁶
	Ausência generalizada de políticas públicas, de ações culturais. Falha no Sistema Público de Saúde a população negra.	Implementação da lei 10.639 - combate ao racismo através da educação, trabalhando a autoestima das crianças e dos jovens, fazendo com que eles passem a ter outro

¹⁵ Presidente do Conselho Municipal de Educação, a professora Ana Lúcia;

¹⁶ Coordenador do Fórum Juventude Negra de Pernambuco, Alisson Teixeira;

¹⁷ Coordenadora do GT Racismo da Polícia Militar, Capitã Lúcia Helena;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

		<i>olhar de si, como um novo estímulo para se reconhecerem como cidadãos, como sujeitos de direito. Disponibilizar nas comunidades: áreas de lazer ou de esportes, sistema de saneamento básico adequado, acesso à saúde e à educação, Condições dignas para aqueles que moram em áreas de risco.</i> ¹⁷
	Política Antidrogas da cidade do Recife.	Construção de políticas antidrogas diferenciada da estadual, porque as competências do Executivo estadual e municipal são diversas. ¹⁸
	Discriminação racial esbarra em Políticas públicas sujeitas às mudanças de governo;	A discriminação racial não deve ser combatida simplesmente com políticas paliativas – Precisa-se que a sociedade lute de forma permanente junto com as famílias para cobrar que essas políticas possam ser duradouras. ¹⁹
	Readaptação do “Pacto pela Vida”.	Cobrar da linha de frente , para os resultados apareçam, a exemplo da gestão de Eduardo Campos. ²⁰
	Precisa-se um olhar para todas essas políticas e programas, com a participação de toda sociedade.	A Secretaria Executiva de Direitos Humanos dispõe de dois serviços, programas que são colocados à disposição para atendimento às vítimas de violência, trabalhando tanto o viés da promoção quanto da proteção: Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes e o Programa de Proteção à Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte - Atendimento a vítimas de qualquer tipo de violência, mas também, àquelas

¹⁸ Coordenador do Fórum Juventude Negra de Pernambuco, Alisson Teixeira;

¹⁹ Ministério Público estadual, Procuradora de Justiça Maria Bernadete;

²⁰ Ex-Presidente da Câmara Municipal do Recife, Vereador Jurandir Liberal;

²¹ Representante da Secretária Executiva Estadual de Direitos Humanos, Laura Gomes, e do Secretário de Justiça do Estado, Pedro Eurico, o Sr. Eduardo Gomes;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

		<i>famílias que tiveram a vida de seus filhos e filhas, ceifadas.</i> ²¹
	<i>Sistema Socioeducativo, ECA e EJ.</i>	Trabalhar a questão do extermínio da juventude negra enquanto política pública, junto aos Conselhos de Direitos, Conselho da Juventude nos níveis municipal e estadual, Conselho da Juventude, Conselho da Criança e do Adolescente, junto ao Conselho da Igualdade Racial e Conselho sobre Drogas , porque essa pauta transita nesses vários espaços. ²²
	<i>A Frente Parlamentar deve seguir lutando, ela é um exemplo:</i>	Sugerir um Plano Municipal de Combate ao Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra , um plano em cooperação com os entes Federal e Estadual, para que assim possamos construir junto o fortalecimento dos movimentos culturais, que esses jovens possam estar engajados, que possam estar estudando. ²³
	<i>Ausência de participação de negros na mídia</i>	<i>Criação de leis que valorizam o talento é a autoestima do negro – valorização da raça negra.</i> ²⁴

²² *Idem a cima;*

²³ *Coordenadora Executiva do Gajop, Edna Jatobá;*

²⁴ *Coordenadora do GT Racismo da Polícia Militar, Capitã Lúcia Helena.*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3 - CARUARU/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:

Âmbito	Pontos Críticos	Ações Propostas
Da FRENTE PARLAMENTAR na cidade realizada em CARUARU.	Índices de violência contra os jovens negros no município; A violência tem cor. Desafio para o Governo e para a sociedade Brasileira.	Justificativa: Assim, com esse trabalho em parceria com o Legislativo caruaruense, a FRENTE PARLAMENTAR espera produzir resultados positivos, tendo como principal objetivo: identificar as causas, as razões e as consequências dos índices de violência que vêm exterminando os jovens negros e tem sido alvo certo da exclusão social e da violação dos direitos humanos. Aprovar a Política de Superação da Mortalidade de Juventude Negra e elevar a representatividade da população negra nas diversas esferas do Poder. Esse desafio continua, mas não está conseguindo o objetivo esperado. Colher informações e depoimentos através da sociedade civil e lideranças dos movimentos para que se possam identificar as políticas necessárias nos bairros e comunidades . ²⁵
Das Propostas dos		
		Trabalho voluntário , intitulado

²⁵ Coordenador-Geral da FRENTE PARLAMENTAR, Deputado Bispo Ossesio Silva; o Vereador e Pastor Carlos Santos; a Advogada Lucimere Passos, referência na defesa dos direitos do negro no País; e o Promotor de Justiça Marcos Tieppo. A Juíza de Direito Orleide Rosália; a Deputada Raquel Lyra; o Presidente da Comissão de Direito Penal da OAB/Caruaru, Marcondes Alberto; Katherine Lages, da Secretaria da Mulher; e os Vereadores de Caruaru Leonardo Chaves (Presidente da Câmara Municipal), Louro de Juá, (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal), Nilo do Reco, Tenente Múcio e Rodrigues da Ceaca, além de Gilberto de Dora (Presidente da Comissão de Políticas para a Juventude do Município de Caruaru), Verônica Alves da Silva (Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente) e Felipe Sales (Assessor de Igualdade Racial da Secretaria Especial da Mulher do Município);

²⁶ Vereador Pastor Carlos Santos – Caruaru;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Dos organismos públicos municipais e estadual, ONG's de CARUARU e do poder judiciário.	Ações preventivas do uso de drogas pelos jovens de comunidades de baixa renda do município.	Projeto Vitoriano, é desenvolvido na garagem de sua casa. ²⁶
	Prisões que geram novas prisões	<i>A solução não está apenas em encarcerar, separar, segregar, mas em momentos como este, de estabelecer audiências onde combata o preconceito racial.</i> ²⁷
	Desigualdades racial e social	Implementação urgente de políticas públicas em todos os âmbitos do poder público. ²⁸
	Tirar as ações do papel	Trabalho desenvolvido pelo Conselho é preciso saber quem é essa população negra, de onde vem esse menino, essa menina? Quem são eles, esses negros, essas negras? É preciso educar as pessoas, conscientizá-las. O Conselho quebrou o mito de achar que negro é aquele que comete mais ato infracional . E esse diagnóstico está mudando e nós queremos publicar isso. ²⁹
	Liberdade Assistida - LA , medida socioeducativa.	Criar estratégias que de fato possam incluir nossas crianças e jovens, tentar criar no Estado uma lógica de sistema socioeducativo que geram resultados de fato. ³⁰
	Caruaru não conseguiu livrar a sua juventude do “ racismo ”.	Professora Manuela Donato, da Associação Caruaruense de Ensino Superior, para fazer um diagnóstico da juventude negra ,

²⁷ Juíza de Direito Orleide Rosália, da Vara de Execuções Penais em Caruaru;

²⁸ Advogada e ativista de movimentos negros, Lucymare Elizabeth;

²⁹ Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Verônica Carlos da Silva;

³⁰ Deputada Estadual Raquel Lyra;

³¹ Secretária Municipal da Mulher e Direitos Humanos, Katherine Lages;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

a fim de orientar as **políticas públicas** e as **ações** voltadas para os grupos que estão marginalizados.³¹

Discrepância: A Mão de obra trabalhadora é muito diferente entre uma pessoa branca e uma pessoa negra, no que se refere à ocupação de espaço de liderança.

É papel tanto **Secretária Municipal da Mulher e Direitos Humanos**, quanto da Câmara Municipal, quanto da gestão e dos movimentos sociais e de pessoas engajadas, que estão protagonizando os processos de visibilidade do **combate e erradicação do genocídio da juventude negra**.³²

Política de cotas - a questão do déficit histórico do País com a população negra.

Faz necessária a adoção de políticas afirmativas. E o que são políticas afirmativas? São políticas que combatam esse déficit histórico. Não se pode tratar com desigualdade quem sempre sofreu. E o caminho passa por aí com políticas inclusivas, debatendo, colocando na prática porque há muita falácia, muita burocracia estatal imperando políticas que vão desenvolver essa temática e melhorá-la, que tem muitos debates, mas que na prática não se veem resultados práticos.³³

A Falta de orçamento!

O engajamento da sociedade civil cobrando dos governantes a execução de políticas públicas efetivas no combate a desigualdade social e racial integrando-os no orçamento, inclusive com previsibilidade.³⁴

Os legisladores municipais têm que ir ao Executivo e mostrar a competência de seus legisladores. Todos têm um compromisso com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com o Plano Plurianual. E isso que o negro tem que entender: saber, participar e cobrar desta Casa que é a mais próxima da sociedade.³⁵

³² ... Katherine Lages, idem ao anterior;

³³ Presidente da Comissão de Direito Penal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Caruaru, Marcone Pinto;

³⁴ Idem autor acima, Marcone... Se faltam recursos para o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

³⁵ Vereador Louro do Juá; ³⁶ Nino do Rap; ³⁷ Assessor de Igualdade Racial da Prefeitura, Felipe Sales; ³⁸ Representante do Gabinete Digital, Daniel Filizola; ³⁹ Idem acima, Daniel...		
FRENTE PARLAMENTAR DE COMBATE AO EXTERMÍNIO À JUVENTUDE NEGRA EM PERNAMBUCOPágina 18		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

	Pernambuco é o segundo Estado onde mais se matam jovens negros no País, e quando se trata de jovens brancos Pernambuco é o 24º no ranking nacional.	A pauta trazida pela FRENTE PARLAMENTAR para ser debatida em Caruaru, apesar de ser tão importante, poderia contar com mais participação popular.⁴⁰
	Onde começa o genocídio? “Antes de serem mortas nas ruas, essas crianças são assassinadas na sua dignidade.”	...Não só na morte física das pessoas; ela se inicia na falta de estrutura das periferias, na falta de medicação de qualidade, na falta de um planejamento para que essa juventude negra e principalmente as crianças possam ter o direito de sonhar com um futuro melhor.⁴¹
	Uma forma de extermínio. “O que se vê aqui não é só a questão do extermínio de jovens negros, portanto se faz necessário avaliar a questão da violência sexista e machista contra as mulheres e principalmente as mulheres de periferia e as mulheres negras dessa cidade e do País como a importância das audiências”	Denunciar os casos de violência que não são denunciados por falta de coragem pelas mulheres, representam um problema gravíssimo, e acrescentou que, Trabalho de conscientização nas escolas; Esse mesmo debate precisa ser levado às unidades, para que nas escolas se possa diminuir o preconceito racial, a exemplo como está sendo discutido nesta audiência: As necessidades de inclusão social, de se ter uma sociedade mais tolerante, e essa mesma sociedade possa frear

⁴⁰ Secretaria Municipal de Participação Social, Américo Rodrigues;

⁴¹ Sindicato dos Mototaxistas e do Movimento dos Sulanqueiros, André Salgado;

⁴² Produtora Cultural Ilza Trajano;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

	Pesquisa “Você é racista?”. “Quantas pessoas você conhece que são racistas?” - Mais de 90% disseram que conheciam pessoas racistas.	<i>Uma Conclusão:</i> o racismo está dentro de todos nós e a ninguém quer reconhecer essa forma de racismo, um racismo que precisa ser combatido a partir de cada um.
--	--	--

4 - OLINDA/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:

⁴³ Secretário Municipal de Participação Social, **Leonardo Bulhões**.

⁴⁴ Composição da Mesa: Dep. Est. Bispo Ossesio Silva – Coord. Geral da Frente, a Deputada Estadual Teresa Leitão - Membro titular do Colegiado (Solicitante), Dep. Est. Prof. Lupércio, Alisson Teixeira - Frente da Juventude Negra, Marta Almeida – Coord. da Igualdade Racial do Mov. Social da Criança e da Juventude, Maria Aurelina Barbosa - “Nesinha” da ONG Mães da Saudade, Matheus Lins – Coord. da Juventude de Olinda e o Vereador Marcelo Santa Cruz (presidiu a sessão).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

44 Da FRENTE PARLAMENTAR na cidade realizada em OLINDA.	1 - Genocídio é quando o “Extermínio” é direcionado, ele tem um perfil próprio e o que foi verificado pelos dados levantados é que, esse perfil é muito bem desenhado. São nossos meninos, nossos jovens negros moradores da periferia e este, é o alvo principal, infelizmente e muitas vezes pelo próprio aparelho do Estado; 2 - Ineficiência do Pacto pela Vida em relação aos crimes ocorridos contra o segmento jovem, e a necessidade de reforço no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, o PPCAM. 3 - A cidade de Olinda está entre as 13 cidades mais violentas no índice dos crimes contra jovens negros, indicadas pelo Plano Juventude Viva do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. 4 – O encarceramento. Porque existe um instrumento chamado bônus de desempenho: quanto mais gente se prende, mais bônus o policial ganha;	Há necessidade de dessecar esses dados para incidir sobre eles, fazer uma intervenção com o apoio da sociedade civil que também precisa acompanhar essas questões, ao mesmo tempo; Indicar para o governo, o que a Frente, a partir de suas escutas, suas análises conseguiram formular; A Frente como representa um Poder, o Legislativo, ela tem a obrigação de analisar as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas; Analisa-las criticamente se estão atendendo, se recebem recursos suficientes, quais são as perspectivas? Para que possamos encaminhar as próximas ações. “Bônus de desempenho” – Tem sido contestada sua eficiência nas sessões da ALEPE.
--	---	--

⁴⁵ Propostas dos palestrantes: Educadora Aurelina Barbosa de Lima, integrante do projeto Mães da Saudade. Vanderson Ferreira - Movimento Negro Unificado – MNUN, Martinha – Coord. da Igualdade Racial de Pernambuco/ Secr. da Criança e Juventude, Coord. Mov. Juventude Negra – Alisson, Mateus Lins Coord. da Juventude da Cidade de Olinda. Aline Barbosa coord. do GTA Mães da Saudade, Humberto de Jesus secretário de Desenvolvimento Social e direitos humanos, Fernanda Alves – GCASC, Elisângela Maranhão, Davi - Visão Mundial do MJPOP, Adeildo - Conselheiro Nacional / Conselho da Promoção da Igualdade Racial, Eliana Cavalcanti - Secretaria Executiva da Mulher e dos Direitos Humanos, Tiago Nagô - Embaixador da Cultura Afrodescendente, (Brigada Civil de Proteção e Promoção Cultural a Pessoa). Allan Negreiros integrante do grupo de Extensão da UFPE - “ALÉM DAS GRADES” e Elaine França - Centro de Arte Educação e Cultura Olinda.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

⁴⁵Das Propostas dos organismos públicos municipais e estadual, ONG's OLINDENSES e do poder judiciário.		
	O racismo, este que discutimos hoje, é institucional, não consegue sequer perceber os gestores pretos e pretas, nem o machismo, a homofobia que adentram as estruturas de nossa sociedade, e é com esse racismo institucional que nós vivemos diariamente.	<i>Novas estruturas estão sendo criadas a partir de demandas históricas, não só do povo negro, não só gestores municipais da política da Igualdade racial, mais também o que nós chamamos de secretárias afins, como aquelas secretarias estaduais: de Direitos Humanos, Secretaria da Mulher e da Juventude.</i>
	O Programa de Proteção a Adolescentes e Jovens que querem sair do mundo do tráfico de drogas está quase desativado ou muito insuficiente para atender a essa Juventude;	Ampliação e qualificação dos equipamentos e profissionais deste programa para que funcionem "linkados" à Coordenadoria da Juventude, mas que dialogue com a Coordenadoria de Negros e Negras e com a Secretaria de Direitos Humanos e ao mesmo tempo também tem que haver uma articulação entre as esferas administrativas do município, do estado e da união;
	Dificuldade da implementação da Lei 10369. Comemora-se o dia dela no mês de novembro, mas na realidade, avançou pouco.	O que ela prevê é uma ação pedagógica continua por dentro dos conteúdos curriculares para que os jovens e os professores sejam bem capacitados nas suas estâncias de formação sobre a cultura afrodescendente, podendo assim inseri-las nas escolas e no calendário.
	Programas de televisão que fomentam a intolerância e o preconceito;	Formular e aplicar Leis que coíbam esta pratica.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

	<i>A ameaça dos “Autos de Resistência” associados à aprovação de uma Lei de que o policial que mata em serviço, será considerado legítima defesa.</i>	<i>Há necessidade de que o Projeto de que a “PL 4471/12 que inibe a prática da justificativa dos autos de resistência”, onde a polícia mata sob esta alegação, agora precisa urgentemente ser desengavetada.</i>
	<i>A intolerância religiosa com relação às de matrizes afrodescendentes.</i>	<i>A tolerância à liberdade religiosa deve ser um dos fatores importantes para compor o relatório da frente;</i>
	<i>O direito às cotas raciais que ainda são questionados pelos conservadores e um projeto mais amplo de reforma Universitária;</i>	<i>As cotas são a firmação dos negros e uma dívida histórica que a sociedade tinha com a população negra do nosso país. Reafirmada pela Frente.</i>
	<i>Discutir políticas públicas efetivas e não assistencialismo de políticas transitórias isso de modo mais geral, que também foi levantado em outros momentos da nossa Frente;</i>	<i>É preciso que a Frente pressione o poder executivo estadual para o cumprimento e a efetivação destas políticas públicas, bem como fiscalizá-las.</i>
	<i>A suspensão das atividades do Centro da juventude de Olinda desde abril;</i> <i>A suspensão do atendimento</i>	<i>Cobrar das autoridades municipal, estadual e federal, alternativas com relação ao Centro da Juventude, a reabertura do posto médico de Peixinhos que por motivos</i>

⁴⁶ Deputada Teresa Leitão – Exposição resumida das solicitações apresentadas à Frente Parlamentar.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

	<i>médico no horário noturno do posto de saúde de peixinhos;</i> <i>A conclusão da área de lazer V8 e V9 que tem a ver com as comunidades daquelas periferias;</i>	<i>de segurança esteja impedindo seu funcionamento, mas que precisa oferecer o serviço em outro local ou ter reforço policial para seu funcionamento, se isto for o caso. Com relação à conclusão da área de lazer citada ao lado, identificar de quem é a competência da execução das obras e qual é o prazo para sua entrega.⁴⁶</i>
--	--	---



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

5 - TIMBAÚBA/ Audiência Pública - Quadro das Ações Sugeridas:

Âmbito	Pontos Críticos	Ações Propostas
47 Da FRENTE PARLAMENTAR na cidade realizada em TIMBAÚBA	Identificar como causas, razões e consequências dos índices de violência que vem exterminando os jovens negros, alvo certo da exclusão social e da Violência; Minimizar ao máximo a violação dos Direitos Humanos, a “violência tem cor”, não podemos mais conviver com esses indicadores, queremos que as câmaras municipais colaborem com esta luta e vamos fazer um trabalho de grande movimento em favor da vida e contra a violência.	...Proposta: todos os políticos e a sociedade civil saíssem agora da zona de conforto, irem para as ruas e fazer a sua parte, cobrar e fiscalizar as execuções de políticas públicas sociais; ...Aumentar a representatividade negra na cúpula do Executivo e Legislativo, nos âmbitos: federal, estadual e municipal. Propiciar educação de qualidade para que negros se formem e lutem também para ocupar vagas no poder judiciário.

47 Abertura dos trabalhos: Vereadora de Timbaúba: Conceição de Jerônimo;

Presidida por: Deputado Ossesio Silva / Presidente da Frente Parlamentar da ALEPE - Combate ao Extermínio da Juventude Negra, Maria Elizabeth Gonçalves da Silva (Representando o presidente da Câmara de Vereadores de São Vicente Férrer – Vereador Sr. Senaquerib Coutinho Ramos Alves de Souza); Capitão Anacleto (Representando o Ten. Cel. Laminha, Comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco);

Senhora Maria da Conceição Ferreira Lima (Representando a Deputada Tereza Leitão) e o Sr. Luiz Fernando – Conselheiro Tutelar da Cidade de Timbaúba.

48 Vereador Vicente Férrer – (da cidade de São Vicente Férrer);

Gilvana Queiroz da Silva – Vice-presidente da Associação ACREDITAR;

Rislene da Silva Dias – Membro da Associação ACREDITAR;

Diacono José Fernando da Silva (Assembleia de Deus – Ministério de Belém da cidade de Timbaúba);

Maria Silvana Cavalcanti de Moura – Vereadora da Cidade de São Vicente Férrer;

Sr. Luiz Fernando – Conselheiro Tutelar da Cidade de Timbaúba;

Elione Maria da Silva – Produtora cultural e professora;

Bruno Soares – Representando o Grupo Jovem da Igreja Católica da cidade de Timbaúba;

Marcelo Santana – Presidente do PRB em Timbaúba;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Das Propostas dos organismos públicos municipais e estadual, ONG's de TIMABÚBA .		
	Espaços públicos para desenvolvimento social e cultural	Solicita-se mais atenção do poder público as políticas públicas inclusivas para a juventude.
	Insegurança	Atenção de fato do governo do estado em equipar e preparar o polícia para enfrentamento ao tráfico de drogas;
	Uma viatura contra o crime.	Aumento do efetivo policial e capacitação dos mesmos no sentido das ações de prevenção .
	“Menos conferências e mais ações de fato.”	...Trocar os verbos: analisar, verificar e sugerir , por: “fazer e executar”.
	Mais apoio aos projetos sociais por parte do Poder Público .	Cobrança por parte do legislativo municipal , sobre os recursos às políticas públicas ao executivo e exercer maior fiscalização dos gastos públicos.
	Indiferença nas decisões políticas.	Mobilizar a população para que participem das sessões da câmara dos vereadores, principalmente quando da aprovação orçamentária da prefeitura. ⁴⁸



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

ESTATÍSTICAS E A MORTE DE JOVENS NEGROS EM PERNAMBUCO

O relatório divulgado pela Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República constatou que os jovens negros são as principais vítimas da violência e têm 2,5 vezes mais chances de ser assassinados no Brasil do que jovens brancos. No entanto, em Pernambuco, a situação está bem acima da média nacional, onde o risco de um jovem negro ser assassinado chega a ser 11,57 vezes maior que um jovem branco⁴⁹. Os dados do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, elaborado em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ministério da Justiça e o escritório da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Brasil, mostram que a cor da pele dos jovens está diretamente relacionada ao risco de exposição à violência a que são submetidos. Ao analisar especificamente as taxas de homicídios de brancos e negros, o levantamento mostra que o estado de Pernambuco está na segunda posição entre os estados com maior risco relativo por raça/cor.

Pernambuco apresentou a segunda maior taxa de risco relativo de homicídios de jovens negros em relação a jovens brancos (11,57), estando acima da média nacional (2,5). (Ver gráficos 1 e 2 págs. 111) O diagnóstico produzido pelo Governo Federal e apresentado ao Conselho Nacional de Juventude (Conjuve)⁵⁰ mostra vetores importantes desta realidade, para além dos socioeconômicos: a condição geracional e a condição racial dos vitimizados. Em 2010, morreram no Brasil 49.932 pessoas vítimas de homicídio, ou seja, 26,2 a cada 100 mil habitantes; 70,6% das vítimas eram negras e 26.854 eram jovens entre 15 e 29 foram vítimas de homicídio, ou seja, 53,5% do total; 74,6% dos jovens assassinados eram negros e 91,3% das vítimas de homicídio eram do sexo masculino. (Op. cit., p. 131).

Já as vítimas jovens (entre 15 e 29 anos) correspondem a 53% do total e a diferença entre jovens brancos e negros saltou de 4.807 para 12.190 homicídios, entre 2000 e 2009. Dentro deste contexto, Pernambuco. Os dados foram recolhidos do DataSUS/Ministério da Saúde e do Mapa da Violência 2011. (Ver gráficos 1 e 2 pág. 111)

⁴⁹ Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ver gráfico na página. 110

⁵⁰ O mesmo artigo determina que os Conselhos de Participação Social dos órgãos extintos farão parte da composição do Ministério da Justiça e Cidadania, incluindo o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR); o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve); o Conselho Nacional de Combate à Discriminação; o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O Mapa da Violência: Homicídios e Juventude no Brasil - 2014, que insere na base de dados do Mapa da Violência do ano anterior, jovens com idade entre 25 e 29 anos, o sociólogo e professor Júlio Jacobo Waiselfisz analisa a evolução dos homicídios nas capitais brasileiras, destacando o Recife na quarta posição desse ranking, com a taxa de 57,1 homicídios (por 100 mil habitantes). À frente da capital pernambucana, Maceió (111,1), João Pessoa (86,3) e Salvador (62,0).

No seu diagnóstico, o professor Júlio Waiselfisz conclui que, no Brasil, os homicídios são a principal causa de morte de jovens entre 15 e 29 anos. Além disso, revelam que esses crimes atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, em sua maioria, moradores de periferias e áreas metropolitanas dos grandes centros urbanos. "Esta é uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades", observa a Secretária Nacional da Juventude, Severine Carmem Macedo.

De acordo com os estudos divulgados, 37 municípios brasileiros, com mais de 100 mil habitantes, foram considerados regiões de alta vulnerabilidade, sendo o Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife, a cidade onde a juventude mostrava-se mais vulnerável à violência no âmbito nacional. Os resultados dessas pesquisas levaram os membros da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra, a colocar o município como prioridade no início de suas atividades. Assim, o Cabo de Santo Agostinho foi à primeira cidade a receber o colegiado. Em Audiência Pública realizada dia 23 de setembro de 2015, na Câmara Municipal, foram ouvidos todos aqueles que, de alguma forma, tiveram a disposição de colaborar com os trabalhos da Frente. Depois houve audiências públicas no município do Recife (13 de abril de 2016), Olinda (16 de novembro) e Caruaru (em 16 de junho de 2016).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – CÂMARA MUNICIPAL DO CABO

A primeira audiência pública, promovida pela Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra, se deu na Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho, no dia 23 de setembro de 2015, e registrou grande participação popular. A escolha do município para abrir o roteiro desses encontros se justificou pelo fato de ser a juventude daquela cidade a que se mostra mais vulnerável à violência no âmbito nacional.

A mesa de honra presidida pelo Deputado Bispo Ossesio Silva foi formada pelo também Deputado Joel da Harpa; Sueli Lima Nunes Técnica da Secretaria de Educação do Cabo de Santo Agostinho e Presidente do Fórum Ético Racial do Cabo de Santo Agostinho, representando o Secretário Municipal de Educação - Adelson Moura; o Vereador Aziel Almeida; Leandro - Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Vado da Farmácia; e Ricardo Gadelha Carneiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do Cabo de Santo Agostinho. (Ver pág. 0

Iniciados os trabalhos, o Bispo Ossesio Silva destacou os alarmantes índices de violência registrados nesse município contra jovens negros. Em seguida, enfatizou que a Assembleia Legislativa de Pernambuco, por meio da FRENTE PARLAMENTAR, busca identificar as causas, as razões e as consequências dos elevados índices de violência contra o direito dos negros no Cabo de Santo Agostinho. Juventude esta que tem sido alvo certo da exclusão social e da violação dos direitos humanos a cada dia. As estatísticas desafiam o Poder Público e levam a sociedade pernambucana a assistir um genocídio nesta cidade. A ideia da

é analisar e aprofundar as ações de combate ao extermínio da juventude negra mediante a criação de Políticas Públicas no âmbito do Governo Estadual.

Portanto a Frente tem desenvolvido, através de coletas de dados, pesquisas atuais e locais, testemunho, depoimentos e de estudos dentro do âmbito municipal concernente a esse tema, compreender o grau de letalidade e analisar as Políticas Públicas implantadas, bem como o alcance dessas políticas e seus resultados, ou a ausência delas e suas consequências. Investigando e avaliando as origens e as raízes desse mal. Outras, promover ações e prevenções a partir do aprimoramento da Legislação Estadual, mediante a criação de oportunidades da inclusão social e de debates. Esta iniciativa se associa a outras que buscam a efetivação dos direitos da



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

juventude plural e diversa, no combate ao racismo e da promoção da igualdade racial. Contribuindo para que os padrões da violência consolidada ao longo da história, que estigmatizam a juventude negra, sejam finalmente superados.

Durante a audiência pública, a Presidente do Fórum Étnico-Racial do Cabo de Santo Agostinho e Técnica da Secretaria Municipal de Educação, Sueli Lima, lembrou que as questões em debate representam o problema do enfrentamento ao racismo, em meio à violência que a população negra vem sofrendo ao longo de vários anos. Para comprovar isso basta que se revise a própria história do Brasil para ver a desigualdade social, embora este já não seja o Brasil Colônia de antes. Mas, com tanta tecnologia, com tanta mudança, as mentes ainda estão ligadas à violência, ligadas às questões separatistas. E o retrato é justamente esse que se pode ver no município, que lidera um ranking de violência com relação aos jovens entre 12 e 29 anos.

Para reverter esse quadro, Sueli Lima disse acreditar que tudo depende da adoção imediata de políticas públicas. E esse processo começa justamente nessa audiência pública, de iniciativa da FRENTE PARLAMENTAR, analisando, compondo e propondo mudanças necessárias e urgentes, porque a cor da pele ainda reflete ainda a questão da violência no nosso país. Antes estava na questão da contravenção, que nós sabemos que hoje é crime. A questão da violência com relação ao negro e à negra é crime e enquanto crime tem que ser realmente enquadrado e tomar as providências previstas em Lei. Basta uma rápida leitura do Mapa da Violência para observar que o Nordeste vem liderando os índices de violência que faz dos jovens negros suas principais vítimas. O Estado de Alagoas lidera no item da vulnerabilidade e Pernambuco na violência, com destaque para o município do Cabo de Santo Agostinho.

E aí se vê que essas causas não estão apenas nas questões históricas, mas também, em políticas públicas. Basta observar que quando o negro e a negra tiveram condições de ir à escola, a educação estava voltada para o horário noturno, no horário em que a escola era fechada. Então, como é que eles poderiam estudar? Como resultado desse processo, basta perguntar quem é o público com relação à etnia que lidera o maior número nos presídios? Quem é o maior público sem infraestrutura de moradia? Sem condições de saúde? Sabendo que o negro é maioria na população brasileira, mas, ainda, sem as condições necessárias de respeito à igualdade e é por isso que essa audiência pública acontece.

A ideia desse encontro é sensibilizar não só as autoridades presentes, mas também a população de modo geral a se engajar nessa luta contra o racismo, contra a violência e extermínio da população negra. Com mais de oito anos de experiência em educação, Sueli Lima levantou a questão da diversidade cultural, onde o negro,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

sua cultura e seu saber vêm sendo trabalhados pelos professores da rede pública de ensino, no Cabo de Santo Agostinho. O objetivo é fazer com que a mudança da identidade, do pertencimento étnico aconteça na ponta, nas salas de aula porque ninguém quer mais ver alunos de 2 a 4 anos passando a borracha na pele para tirar a cor negra, dizendo que é uma cor feia. Então, a feiura e a pobreza enraizaram na mente das pessoas, desde a infância, que os negros são inferiores, tanto no aspecto social quanto econômico.

Dentro desse contexto, Sueli Lima afirma que a questão da inferioridade não está na pele, à questão da inferioridade moral não se vê na cor da pele e sim nas ações e são justamente por conta dessas ações que os jovens negros estão sendo exterminados. E são essas questões que os professores devem procurar desconstruir na sala de aula com seus alunos. Em levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho, é possível observar que os jovens do município já começam a entender a questão da responsabilidade, o entendimento do pertencimento étnico-cultural, principalmente os nossos jovens e crianças negras.

Aliado à Secretaria de Educação do município, a organização não governamental Fórum Étnico-Racial conta com apoio do Centro das Mulheres, Sindicato dos Professores, Secretaria de Saúde, por meio da Coordenação da População Negra, Comunidade Quilombola, Conselho da Igualdade Racial, líderes de religiões de matriz africana, além de programas sociais da Secretaria da Mulher. Esse conjunto de forças serve não só para discutir, mas para propor mudanças e medidas que valorizem, entendam e respeitem a questão negra brasileira, tanto do homem quanto da mulher. Somente assim será possível mudar esse quadro social em que a população negra tem menos acesso à educação, o que a leva a ter menos condições de saúde e de moradia.

Por sua vez, o Deputado Joel da Harpa, que integra a FRENTE PARLAMENTAR, observou que a audiência pública tem o objetivo principal de alcançar as pessoas e criar meios, criar ferramentas para que, neste caso, todos possam sair daqui com definições e que essas definições possam fazer diferença na vida das pessoas. Na condição de negro, o parlamentar disse ter sofrido discriminação várias vezes na vida. Mas é preciso que o negro deva começar a fortalecer a autoestima, a se valorizar mais pelo que é e não pelo que as pessoas acham que ele seja. O parlamentar também falou sobre a importância da participação da Imprensa nesse processo porque, muitas vezes, o negro é exposto em novelas como uma personagem inferior. O Poder Público também precisa fazer sua parte, com investimentos pesados e sérios em ações sociais voltadas para a comunidade negra.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Representante da Secretaria Municipal de Educação, o vereador Ricardo Carneiro lamentou a ausência de representantes do 18º Batalhão de Polícia Militar, da Polícia Militar e do Ministério Público Estadual na audiência pública. Na ocasião, lembrou que entre as cidades com mais de 100 mil habitantes, o Cabo de Santo Agostinho se destaca como a mais violenta do Brasil, no que se refere ao extermínio de jovens negros.

Na sua abordagem, Ricardo Carneiro disse que a abordagem policial de uma pessoa negro é diferente da forma como o policial aborda uma pessoa branca, como se achasse que todo negro é marginal. Isso mostra a complexidade do tema racismo dentro da Corporação. Na condição de membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, ele destacou o esforço feito em torno da discussão sobre os posseiros de Suape, em busca de caminhos para assegurar a integridade dessas pessoas, garantir o desenvolvimento e minimizar a violência urbana.

O Vereador Oziel Almeida sugeriu aos professores da rede municipal de ensino que comecem um novo tempo nas salas de aula trazendo, abordando esse conceito da negritude com a valorização da raça negra, para elevar a autoestima da população afrodescendente. Em seguida, destacou a importância da audiência pública sobre o extermínio de jovens negros.

Integrante da Coordenação do Conselho de Promoção de Igualdade Racial e da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Piedade Marques fez um apelo à Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho para envidar esforços no sentido de trazer para o município o Programa Nacional da Saúde da População Negra, do Sistema Nacional de Política de Promoção da Igualdade Racial. Para ela, já está na hora de se implantar uma estrutura que discuta a Promoção da Política de Promoção da Igualdade Racial no município, lembrando que não dá para simplesmente se tratar a questão do genocídio como se fosse uma banalidade e como se só a polícia fosse resolver o problema, até porque, na avaliação dela, a Polícia brasileira é quem mais mata nossos jovens negros.

Membro da FRENTE PARLAMENTAR, o Deputado Joel da Harpa manifestou-se em defesa da Polícia, afirmando que quem mata no Brasil, não é a Polícia. O que mais mata no Brasil, são o crime organizado e as drogas que estão exterminando com a vida de nossos jovens. O parlamentar disse ter certeza absoluta de que esse índice de mortalidade dos jovens aqui no Cabo, não está ligado nem à Polícia Militar, nem à Polícia Civil, mas principalmente à questão das drogas.

Já o **Pastor Ivaldo Sales, do Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral**, fez referências aos graves problemas enfrentados no Cabo de Santo Agostinho pela juventude negra, que se encontra entregue ao descaso do Poder



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Público e vive às voltas com o processo de exclusão social. Daí propôs à criação de uma FRENTE PARLAMENTAR MUNICIPAL que investigue o extermínio do jovem negro, que aborde com seriedade, que essa audiência pública não seja apenas um encontro, que apresente resultados na defesa da juventude, especialmente a juventude negra.

Para finalizar, lembrou o Bispo Desmond Tutu, da África do Sul, símbolo de luta contra a segregação racial, e disse que o “Apartheid” ainda é muito presente em Pernambuco e principalmente no Cabo de Santo Agostinho. Na sua visão, é preciso acabar com esse apartheid e refletir posturas, falas e ter muito cuidado para que se possa caminhar de igual para igual com a população jovem e negra de nosso município, a fim de que possa pelo menos reduzir significativamente o extermínio dessa população que é tão massacrada, até mesmo dentro das próprias comunidades religiosas.

Por sua vez, o **Vereador Ezequiel** abordou a questão da discriminação racial, que precisa ser enfrentada com políticas públicas sérias. Para o parlamentar, quando o policial passa por um negro com uma bolsa nas costas, geralmente é abordado como suspeito, tratado como classe inferior. Ezequiel também citou estatísticas que apontam números preocupantes: a cada ano, 30 mil jovens são assassinados no Brasil. Desses, 80% são negros e pobres, têm baixa escolaridade e moram em comunidades de baixa renda. É preciso que audiências públicas como esta apresentem resultados para mudar a realidade que aí está. E a saída está na implantação de políticas públicas voltadas para essa população.

No decorrer dos debates, houve uma pergunta que ficou sem resposta: Por que uma cidade como o Cabo de Santo Agostinho, quarta maior arrecadação do Estado tem um dos maiores índices do País no tocante ao extermínio da juventude negra? Para muitos dos palestrantes, essa realidade só mudará quando os indicadores sociais deixarem de cair. Mas para isso é necessária a implantação de políticas públicas voltadas para a comunidade negra nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança pública.

Quem também se mostrou indignado com os elevados índices de violência contra os jovens negros no município foi o **secretário de Esporte, César Paiva**. Mas ele fez questão de dizer que a Prefeitura não pode ser responsabilizada diretamente por esses índices. Afinal, o município vive um momento de muita violência e que tempos atrás já foi considerada a cidade da morte. Por fim, disse que sua pasta tem dado sua parcela de contribuição para instalar áreas de lazer, para que a comunidade os jovens pratiquem atividades físicas nas academias ao ar livre. Também frisou que as quadras modelos assistem jovens de 08 a 18 anos na prática de esportes para minimizar esse momento de dificuldade que vive o município.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Ao proferir sua palestra, Diogo Bezerra disse sentir falta de representantes da juventude negra do município. E até que ponto a juventude negra é protagonista nessa FRENTE PARLAMENTAR? Para ele, esse é um ponto muito importante porque a juventude tem que participar e tem que ser atuante nessa audiência, até porque, não dá para implantar uma Frente deixando-os de fora; afinal, são eles que estão sentindo na pele toda a discriminação, violência e o preconceito que é jogado pela sociedade contra eles. Então sugiro aos deputados que pensem numa forma de inseri-los no debate, para que eles próprios possam ser ouvidos e assim sugerir medidas efetivas e práticas que os tirem desse cenário. Diogo Bezerra também levantou a questão da redução da maioridade penal, perguntando quais são os políticos favoráveis à menoridade penal, porque, para ele, isso é outra forma de penalizar o negro, violentar o negro nos seus direitos de cidadão.

Último palestrante do encontro, o senhor Adson José fez uma breve análise do extermínio da juventude negra, atribuindo ao Poder Público, a responsabilidade pelo problema. Para o palestrante, a falta de políticas públicas voltadas para a população negra e pobre abriu espaço para os traficantes de drogas que passaram a exercer, de certa forma, o papel do Estado. A falta de creches, por exemplo, tem levado mães e pais de famílias que trabalham a deixarem seus filhos com irmãos menores ou com os avós. Com isso, os responsáveis pelo tráfico de drogas passam a dar assistência a essas famílias, fornecendo medicamentos, alimentos e outros benefícios. Daí porque muitas crianças e adolescentes tornam-se dispostos a defender aqueles que protegem suas famílias. É assim que ingressam no mundo do crime. Na avaliação de Adson José, o Poder Público tem o hábito de combater o efeito e não a causa, como deveria. Por fim, defendeu uma política que contemple os negros, mas não de forma ideológica e sim com base no respeito ao ser humano.

Entre outras pessoas, participaram da audiência pública os vereadores Neco da Farmácia e Marcos do INSS; o presidente do Diretório Municipal do PRB, Alexandre Gabriel; os secretários municipais César Paiva (Juventude e Esporte) e José Fernandes (Articulação Política); a Coordenadora do Centro das Mulheres do Cabo de Santo Agostinho, Iudiane Lima; Presidente da comunidade quilombola onze negras, Dona Carminha; e o Presidente da Câmara Municipal de Sirinhaém, Thiago Gouveia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUDIÊNCIA PÚBLICA - CÂMARA MUNICIPAL RECIFE

Foi grande a participação popular durante audiência pública realizada na Câmara Municipal do Recife, no dia 13 de abril de 2016, para debater o combate ao extermínio da juventude negra em Pernambuco. Durante o encontro, a mesa dos trabalhos foi composta pelo Coordenador-Geral da FRENTE PARLAMENTAR, Deputado Bispo Ossesio Silva; a Deputada Tereza Leitão; os Deputados Silvio Costa Filho e Edilson Silva; e do então Vereador da cidade do Recife, Alfredo Santana; a Procuradora de Justiça Maria Bernadete; a Capitã Lúcia Helena, Coordenadora do GT Racismo da Polícia Militar e a Coordenadora Executiva do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (Gajop), Edna Jatobá. Logo na abertura do encontro, o Bispo Ossesio Silva enalteceu a importância da audiência pública, diante do grave cenário pontuado por alarmantes índices de violência contra jovens negros na Cidade do Recife.

Também participaram da audiência pública, entre outros convidados, o sociólogo da Gerência de Igualdade Racial da Secretaria de Direitos Humanos, Luciano Ferraz dos Santos; o Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal do Recife, Silvio Moura; o Advogado da Secretaria Executiva de Direitos Humanos, Eduardo Gomes, que representou o Secretário Estadual de Direitos Humanos, Pedro Eurico.

Na abertura da audiência pública, o Bispo Ossesio Silva revelou sua preocupação com os índices alarmantes da violência que vem exterminando jovens negros de forma sistemática e disse esperar que o trabalho da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio de Jovens Negros em Pernambuco, em conjunto com o Legislativo recifense, possa produzir resultados positivos, tendo como principal objetivo identificar as causas, as razões e consequências dos índices dessa violência, que tem sido alvo certo da exclusão social e da violação dos direitos humanos.

O Coordenador-Geral da Frente fez questão de dizer que a violência tem cor e a sociedade não suporta mais os indicadores desse extermínio. Daí a necessidade de haver uma mobilização popular, com envolvimento das Câmaras Municipais, a favor da vida e contra a violência. O Bispo Ossesio Silva justificou a escolha do Recife para essa audiência pública em função dos dados do Índice Juvenil, a Violência e Desigualdade Racial pelo Governo Federal, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura da UNESCO. De acordo com o estudo desenvolvido nos municípios brasileiros com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

mais de 100 mil habitantes, na categoria de vulnerabilidade muito alta, a Capital pernambucana encontra-se entre as 100 mais vulneráveis na violência contra jovens negros no âmbito nacional, e a quinta cidade mais violenta entre os 13 municípios citados pelo Plano Juventude Viva do Ministério das Mulheres de Igualdade Racial e Direitos Humanos.

O estudo revela, ainda, que o Recife tem mais de 90 bairros e inúmeras comunidades de baixa renda, e que mais de 30% da sua população é jovem. E é justamente nessa faixa etária da população jovem, negra e pobre, que os homicídios se concentram. Daí a necessidade dessa audiência para levantar informações, por meio de depoimentos de representantes da sociedade civil e dos movimentos sociais, para que a FRENTE PARLAMENTAR possa identificar quais as políticas necessárias para implantação nos bairros e comunidades mais vulneráveis à violência, a partir das condições da juventude que ali reside, e da situação social a que estão submetidas.

Dentro desse contexto, a FRENTE PARLAMENTAR busca analisar e aprofundar as ações e as políticas públicas já implantadas, as violações aos direitos humanos e sociais dos jovens negros. Para isso, se faz necessária a construção de planos estratégicos com a plena participação da sociedade civil, a partir da do aprimoramento da Legislação estadual, com foco em ações preventivas e fortalecimento da Educação, como forma de ampliar o processo de inclusão social das áreas periféricas da Capital, que se mostram as mais vulneráveis ao fenômeno dessa violência.

A iniciativa da FRENTE PARLAMENTAR se associa a outras que buscam efetivar os direitos de uma juventude plural e diversa, do combate ao racismo e da promoção da igualdade racial, contribuindo para que os padrões da violência consolidados ao longo da história, que estigmatizam a juventude negra, sejam superados.

Ao fazer sua intervenção no encontro, a Deputada Teresa Leitão acentuou que a FRENTE PARLAMENTAR, da qual ela faz parte, trabalha com dois dados importantes, trazidos tanto pela CPI da Câmara quanto pela CPI do Senado, na Assembleia Legislativa, e um fato que chamou sua atenção, traz um detalhe triste, mas ao mesmo tempo politicamente forte, porque dá à FRENTE PARLAMENTAR, condições de enfrentar a conclusão a que chegou o Relatório da Câmara Federal. Para a parlamentar o que há de fato é um verdadeiro genocídio contra a juventude negra do País, porque não tem somente cor, tem cor, tem raça, tem endereço, tem idade, e geralmente são crianças e adolescentes que estão sendo exterminados. Assim, com todo esse direcionamento categorizado, tal fenômeno social de fato se constitui em genocídio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Teresa Leitão disse, ainda, que se os integrantes da FRENTE PARLAMENTAR não tiverem nervos de aço suficientes para incorporar isso, as políticas públicas não podem se direcionar de forma efetiva para o combate e para superação dessa “mancha” na sociedade brasileira. Na avaliação da parlamentar, realizar esse tipo de atividade no município ou nos municípios é importante porque é lá onde as pessoas vivem, onde as pessoas moram, onde as coisas acontecem. E o País precisa, sim, ter uma política articulada entre os municípios, o Estado e o Governo Federal, entre os entes federados, portanto, para combater o genocídio da juventude negra. Dentro desse contexto, a audiência pública tem também um pouco desse caráter: colher dados, trabalhar e oferecer um relatório que possa se somar ao relatório da Câmara, ao relatório do Senado, que, como ficou demonstrado é um fator nacional, mas Pernambuco e o Recife apresentam dados extremamente alarmantes.

Especialistas e estudiosos desse fenômeno social revelam ser onze vezes mais perigoso para um jovem negro viver aqui no Recife do que um jovem branco. Então, tanto nas políticas de igualdade quanto nas políticas de combate ao preconceito esse é um dado muito preocupante, é um dado que precisa ser considerado.

Por sua vez, o Deputado Silvio Costa Filho enfatizou que, além do preconceito, além da falta de oportunidades, além das políticas públicas, que muitas vezes ficam presas ao papel e poucas vezes são transformadas em realidade, a juventude negra de Pernambuco e do Brasil, atravessa grande dificuldade, sobretudo diante da falta de oportunidades e de atenção no próprio combate à violência negra. O parlamentar se disse preocupado ao saber que entre 2003 e 2016 os indicadores da violência contra o jovem branco caíram 16.8% no país, enquanto que nesse mesmo período, a violência contra o jovem negro cresceu mais de 32%. Paralelamente, observou que entre os jovens negros, especificamente as mulheres, houve uma queda entre as mulheres brancas de quase 9%, enquanto que a violência contra a mulher negra cresceu mais de 19% no Brasil.

Por sua vez, o Vereador Alfredo Santana disse que a FRENTE PARLAMENTAR é movida por uma causa justa: a luta contra o extermínio da juventude negra em Pernambuco. Em seguida, o representante do Legislativo municipal fez uma referência ao holocausto, que vitimou mais de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial, indagando: Será que vamos esperar seis milhões de jovens negros serem mortos para podermos fazer alguma coisa?

Alfredo Santana frisou que o Recife tem uma cidade dentro dela mesma chamada Ibura, com mais de 100 mil habitantes e lá não há uma só faculdade, porque lá se encontra uma parte da cidade do Recife esquecida, uma área que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

concentra o maior índice de crimes contra os nossos jovens. Pelos cálculos do Vereador, toda semana são assassinados 4, 5 jovens negros, na maioria, sem contar com as áreas de Dois Unidos, Campina do Barreto, Bomba do Hemetério, Alto do Capitão, Várzea, Caxangá. No seu entender, o Brasil é um País de negros, poucos em lugar de destaque. Por que vemos no Rio Grande do Sul, negros trabalhando na lavoura de arroz, na lavoura de soja? Há negros trabalhando de Norte a Sul de Leste a Oeste, construindo este País, e o que se faz pelos nossos jovens e pelos negros de modo geral é muito pouco.

Na avaliação do representante do Legislativo municipal, a FRENTE PARLAMENTAR coordenada pelo Deputado Bispo Ossesio Silva levanta uma bandeira de suma importância para que Pernambuco possa ver em breve esse cenário sombrio ser mudado para que a juventude negra seja resgatada pela Educação e passe a aprender a fazer um País novo, um País melhor.

Em seguida, a representante do Ministério Público estadual, Procuradora de Justiça Maria Bernadete, lembrou que ao longo de 2015, como em 2014, tem participado de várias audiências públicas sobre genocídio da juventude negra e que durante esse tempo tem ouvido falas recorrentes que trazem à tona inúmeras causas para que isso venha acontecendo, para que esse racismo seja posto em evidência. De acordo com a palestrante, na hora em que o Estado vai atuar no sistema de Justiça como um todo, o que se observa é o genocídio não só na morte causada pelo homicídio, como também o genocídio dos jovens encarcerados, uma vez que a população carcerária do Brasil é a terceira do mundo.

Dentro desse cenário, despontam como protagonistas do cárcere, jovens negros de periferia, entre 18 a 29 anos, sem falar naqueles que estão recolhidos pelo Juizado Especial nas “FUNASES” da vida, cumprindo medidas socioeducativas. Maria Bernadete também se disse chocada pela execução de jovens negros, patrocinada por grupos de extermínio, principalmente quando ouve de algumas pessoas que se encontram no exercício do Poder do Sistema de Justiça que é assim mesmo, matam os jovens porque eles estão nos lugares onde ocorre a violência.

Diante desse quadro, o que se constata o tempo todo é a ausência generalizada de políticas públicas voltadas para a juventude negra no Brasil. Portanto, não adianta culpar só a polícia, porque a causa da morte da juventude negra não é só essa, são situações gravíssimas geradas pela ausência de políticas públicas na Educação. A essa altura de sua fala, a representante do Ministério Público salientou que tem sido esse o recorte recorrente trazido pelo pessoal do movimento do social, e fez algumas indagações: em meio à ausência de ações culturais, onde é que estão os nossos jovens? Quais são as políticas públicas que existem nas periferias para acolher esse jovem?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Em seguida, acrescentou ser necessário que além da questão da discriminação ocorrida pelo sistema, a sociedade deve ter um olhar de como é possível trazer algo de novo para que essa atitude seja mudada, porque não se pode ficar só reprimindo, cada instituição acusando a outra. Maria Bernadete disse, ainda, que a implementação da lei 10.639, tanto no Estado de Pernambuco quanto no município do Recife, é de suma importância no combate ao racismo na educação, porque trabalha a autoestima das crianças e dos jovens, fazendo com eles passem a ter outro olhar para eles mesmos, como um novo estímulo para se reconhecerem como cidadãos, como sujeitos de direito.

Quando atuava como Promotora de Justiça da Infância e Adolescência e dizia ao menino infrator que o colega dele, de 12, 13, 15 anos, havia sido assassinado e que aquele poderia ser seu destino, ele demonstrava não ter qualquer expectativa de um futuro melhor e me respondia que ser morto da mesma forma não era problema algum. Portanto, é preciso que seja despertado um conceito de autoestima, porque o genocídio começa com o nascimento e muitas vezes até antes do nascimento, quando a criança negra é morta por falha no Sistema Público de Saúde. Há também falta de cuidados no exame pré-natal da mãe negra, que normalmente tem doenças agravadas pelas condições sociais que ela vive, e seus filhos nem chegam a nascer.

Para Maria Bernadete, é preciso que a sociedade passe a ter um olhar crítico para cada situação e que desperte na juventude, nas crianças, essa autoestima que lhes é negada, porque a perspectiva da Lei é empoderar a pessoa negra para que ela se sinta participante, ela se sinta integrante da nação, construtora da nação e não objeto.

Por sua vez, o Deputado Edilson Silva, que é membro da FRENTE PARLAMENTAR, disse estar vindo de uma blitz de surpresa no PROCAPE, a fim de apurar uma denúncia recebida sobre o iminente fechamento da UTI de Cardiologia Pediátrica daquele Hospital PROCAPE, que é referência nacional. E o que o parlamentar viu naquela unidade de saúde foi o desespero de pais e mães negros diante da impossibilidade de seus filhos negros recém-nascidos saírem de lá para o Hospital Barão de Lucena, porque não há suporte. Felizmente o problema foi contornado porque os próprios médicos e enfermeiros resolveram intensificar sua carga de trabalho para não fechar a UTI pediátrica. Mas esta não foi uma medida do Governo, como a nota do Hospital passou.

O parlamentar acrescentou ter visto a extensa lista das crianças que estão esperando vagas para fazer cirurgia cardíaca, para utilizar aquele serviço. Então o que se vê aí é uma espécie de extermínio das nossas crianças, dos nossos recém-nascidos, porque para cada 100 nascidos vivos um apresenta alguma cardiopatia.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Mais grave nisso tudo é que o Governo do Estado não implementou o teste do 'Coraçãozinho', previsto em lei federal, que pode salvar vidas. E essa é mais uma pauta relacionada à questão do extermínio da juventude negra.

Edilson Silva afirmou, também, que a juventude pobre e a juventude negra foram abandonadas pelo Governo do Estado. No entendimento do parlamentar, por trás da gestão pública há a seguinte visão: Por que vou gastar com a juventude negra com professores de Literatura, Física, Química, Matemática, Biologia, História, Geografia? Para que vou fazer esse investimento todo em um cidadão, se ele não vai ser absorvido pelo mercado de trabalho? Então, vou construir dentro do sistema público de ensino um processo de meritocracia, construo uma casta de professores que tenha um ganhozinho a mais para dar aula nessa escola. Dou algumas condições a mais, garanto no sistema público de ensino aquilo que Marx chamava de exército de reserva para o mercado de trabalho e o resto que se dane. Ainda segundo o parlamentar, é isso o que o Governo está fazendo por meio de uma política de higienização racista patrocinada pelo Governo do Estado.

Próxima palestrante dessa audiência pública, a Coordenadora do GT Racismo da Polícia Militar, Capitã Lúcia Helena, fez referência ao Mapa da Violência 2014, segundo o qual menos de 5% das mortes violentas no País, são causadas por policiais militares, civis, rodoviários ou federais, lembrando que quando a Polícia é violentada, ela precisa reagir proporcionalmente a essa violência. A oficiala também questionou a pequena participação de negros nos comerciais de TV, nos anúncios de revistas e jornais, uma vez que os negros são maioria na população brasileira. De acordo com a policial militar, mata-se um jovem negro quando se diz que o cabelo dele é ruim; quando não se ensina na escola a história positiva da população negra do Brasil; quando não se mostram os líderes negros ou a influência dos escritores negros brasileiros na literatura, escritores esses que são conhecidos na Europa, nos Estados Unidos.

A Capitã recordou, ainda, um discurso pronunciado pelo percussionista Naná Vasconcelos, recém-falecido, ao receber o título *Honoris Causa*, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, quando ele afirmou – “O Brasil não se conhece quando nega a história dos negros, quando nega a cultura afro-brasileira; quando não valoriza os professores e não os forma adequadamente para que eles saibam lidar com o racismo na escola; saibam lidar com o bullying contra crianças negras”. Também no seu discurso, o percussionista falou sobre a discriminação racial ao enfatizar que “o Brasil discrimina seus negros quando não os representa de forma positiva nos livros infantis didáticos ou paradidáticos; quando os apresenta como personagens com posições sociais negativa.” Nesses espaços, geralmente os personagens negros não têm nomes, são chamados por apelidos, geralmente desempenham papéis de traficantes, bandidos, empregados domésticos...



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Para a palestrante, o País mata o jovem negro quando não disponibiliza nas comunidades áreas de lazer ou de esportes, sistema de saneamento básico adequado, acesso à saúde e à educação, condições dignas para aqueles que moram em áreas de risco. Na condição de Psicóloga, Lúcia Helena acrescentou que não se aprende na graduação de Psicologia que a Psiquiatria no Brasil só foi instituída por conta do racismo, por conta do sofrimento psíquico causado pela violência racista. Assim, o que resta para esse jovem que é violentado desde que está na barriga da mãe é o caminho das drogas, porque se não tem uma praça, se não tem um uma escola de referência, se não tem um grupo de dança, de teatro enfim, na comunidade, a droga chega e fica tornando-se um caminho de possibilidades para esse jovem.

Lúcia Helena finalizou sua fala afirmando que o Judiciário não tem aberto portas para esse diálogo. Portanto, enquanto não houver uma sensibilização dos profissionais, a Lei 10.639 não terá como ser implementada de forma efetiva. Para a palestrante, faz-se necessário haver uma sensibilização dos profissionais de todas as áreas, como o GT Racismo da Polícia Militar, o Ministério Público e a Secretaria Nacional de Política e Igualdade Racial fizeram em 2013, envolvendo policiais militares e civis e membros do Ministério Público. Aquela sensibilização sobre essa temática foi importante porque pessoas que não se diziam racistas se descobriram racistas e a mudança teve início.

Secretário Executivo de Direitos Humanos da Prefeitura da Cidade do Recife, Paulo Moraes subiu à tribuna para fazer "breves apontamentos" sobre a importância do tema debatido na audiência pública. Acentuou que o genocídio da população negra praticado no País, de acordo com o tratado internacional da ONU de 1952, é uma violência dirigida a uma parcela da população definida por sua raça, por sua cor. Então, de fato o termo genocídio é o mais apropriado aqui. Em seguida, ressaltou que enquanto Secretaria de Direitos Humanos, a Prefeitura do Recife tem uma visão, inclusive partilhada, compactuada com vários outros segmentos da sociedade que militam com os direitos humanos, em defesa dos direitos humanos enquanto política pública específica que trate dos grupos vulneráveis, então população LGBT, população negra, mulheres, idosos, pessoas com deficiência.

Na ocasião, Paulo Moraes solicitou à Câmara Municipal do Recife que o ajude na aprovação do Conselho da População LGBT que está sendo solicitado pelo Vereador Jayme Asfora, porque a população LGBT é vítima de uma violência específica, e esse Conselho será importante na discussão em torno das ações desenvolvidas pela Prefeitura.

No tocante à prevenção da violência, o secretário executivo disse que o Poder Público tem que se fazer mais presente, e essa são a grande referência que sua



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Secretaria traz do trabalho desenvolvido pelo Pacto pela Vida, no socorro, na prevenção à morte e à violência contra a população negra. Por fim, fez referência às ações desenvolvidas pela Gerência de Igualdade Racial, de sua Pasta, em termos de política de direitos humanos para atenção à população negra. Como exemplo, citou o Programa de Combate ao Racismo Institucional, criado em 2013, com o objetivo de expurgar da administração pública, da gestão pública, práticas racistas, sexistas, homofóbicas, que estão presentes no poder público, e que se reproduzem na sociedade.

Na sequência do encontro, a Coordenadora Executiva do Gajop, Edna Jatobá, se dirigiu à plateia lembrando, inicialmente, que o Secretário de Defesa Social negou a existência do extermínio da juventude negra em Pernambuco. Segundo a palestrante, o Secretário afirmou que morrem mais negros porque a população de Recife, de Pernambuco, tem mais negros na sua composição. Para a dirigente do Gajop, isso é um absurdo, porque constitui a primeira medida, a primeira referência que se tem da falta de cuidado com a juventude negra, que está invisível para o Estado, a partir dessa colocação.

Edna Jatobá acrescentou que existe uma preocupação na Secretaria Municipal de Direitos Humanos, mas, no Pacto pela Vida do Recife há duas menções, duas únicas menções a trabalhos realizados em favor da juventude negra, dirigidos à população negra como um todo. Então, das 38-39 páginas, a palavra “negro” ou recorte racial aparece apenas duas vezes. Então, o que se vê é um pouco da referência, da invisibilidade, da falta de cuidado com a juventude negra, nesta peça, que é o Plano Municipal de Segurança Urbana. Em seguida, a representante do Gajop acentuou que, no Recife, de janeiro a março, foram mortos 108 jovens. Não sabemos exatamente quantos desses 108 jovens que morreram em Recife eram negros. Mas, é possível imaginar qual a cor da pele desses jovens, porque não se tem na estatística liberada para a sociedade civil – o que está disponível na internet – a qualificação da cor da pele dessas pessoas que morreram.

Ainda de acordo com a palestrante, em Pernambuco foram mortos 443 jovens, de janeiro a março, e 108 no Recife. Isso sendo feito um recorte de 15 a 29 anos. Então se identifica que há uma distribuição também desigual dessas mortes nos dias da semana, que isso dá uma pista para a prevenção, de como impedir a morte desses jovens, na parte que mais cabe, por exemplo, ao Estado, que é a parte da política da repressão qualificada. Edna Jatobá observou, ainda, que nas segundas-feiras morreram no Estado 57 jovens e no Recife, outros 15. Nas terças-feiras, 47 no Estado e 10 no Recife. Nas quartas-feiras, 54 jovens assassinados no Estado e 10 no Recife. Nas quintas, a estatística sobe para 61 jovens assassinados no Estado e 17 no Recife. Nas sextas-feiras, foram mortos 72 jovens no Estado e 21



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

na Capital. Aos sábados, 76 jovens assassinados em Pernambuco e 20 no Recife. Já aos domingos, 76 jovens assassinados e 15 no Recife.

Para a palestrante, os gestores públicos deveriam trabalhar em cima desses dados, mas, o que se percebe é a alta vulnerabilidade dessa juventude, especialmente nos dias da semana, que resulta da falta de oportunidades desses jovens, inclusive das suas próprias manifestações, de ter garantida a proteção nas atividades que eles deveriam estar realizando no seu lazer, no seu próprio ócio, no exercício ao esporte, a sua cultura etc. Em 2015, segundo Edna Jatobá, os bairros com maior índice de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs), portanto, onde os jovens também morreram mais foram: Várzea, Ibura, COHAB, Boa Viagem, Dois Unidos, Santo Amaro, Joana Bezerra, Afogados, Nova Descoberta e Torrões. Diante desse levantamento, é possível observar que não existe também só aquela impressão de que a juventude morre sempre nos mesmos bairros, as pessoas morrem sempre nos mesmos bairros.

Depois de um investimento também na repressão qualificada, diga-se de passagem, em bairros como Ibura, Santo Amaro, Joana Bezerra, é possível ver que o Ibura continua violento, mas Santo Amaro e Joana Bezerra, por exemplo, não estão mais entre os cinco bairros com maior índice de CVLIs. O que isso quer dizer? Que políticas foram aplicadas nesses bairros? E a depender de qual política foi aplicada, essa política apenas empurrou os homicídios, os crimes violentos letais para outros bairros. E como é que se observa isso de maneira integrada? Com a participação do município, que isso é muito importante. A palestrante também registrou a necessidade do papel do município em articular as prevenções primária, secundária e terciária. Sendo a primária situacional; a secundária uma prevenção maior em cima daqueles grupos que são consideravelmente vulneráveis e a terciária baseada na prevenção para aquele grupo que era vulnerável, que já se envolveu com a criminalidade e de que forma se pode fazer essa ponte de volta.

Por fim, a palestrante fez questão de registrar que no dia 2 de abril um jovem pobre, negro, não morador do Recife, morador de Alagoinha, morreu assassinado, apesar de se encontrar num programa de proteção estadual, no Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçados de Morte (PPCAM). Então, até aqueles jovens que de alguma maneira conseguiram recorrer ao Estado para solicitar a garantia de sua vida por estar evidentemente ameaçados de morte, ou por alguma denúncia que fizeram, ou porque não quiseram mais participar de tal grupo criminoso e confiaram no Estado, na sua proteção, ele foi assassinado. Esse foi o primeiro caso registrado em Pernambuco desde que existe o PPCAM. O jovem tinha 15 anos e foi morto a facadas na Ilha de Itamaracá, quando devia ter sido protegido pelo Estado. E isso acontece nos três primeiros meses de execução da entidade, do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Programa de Proteção à Criança e Adolescente, que não tem nada a ver com Direitos Humanos no Recife, nem no nosso Estado.

Historicamente esse programa ficou sob a coordenação da sociedade civil e agora quando ele sai do campo da sociedade civil, acontece à primeira morte. A coordenadora do GAJOP disse esperar que não acontecessem outras mortes como essa, mas é preciso averiguar o que de fato aconteceu e garantir a proteção desses jovens, porque em outra audiência que foi registrado que mais de 90% dos jovens protegidos pelo PPCAM são negros. Dentro desse enfoque, a palestrante lembrou que essa não foi a única morte de jovens sob proteção especial do Estado. Houve um assassinato dentro da FUNASE. O jovem carbonizado se encontrava dentro de uma estrutura do Estado por ter cometido algum ato infracional, mas estava sendo protegido pelo Estado e mais uma vez esse Estado falhou com a juventude negra e pobre. Finalizando, disse que é preciso urgentemente exercer maior controle social em defesa desses jovens e chamar a responsabilidade dos gestores para tais fatos.

Próximo palestrante da audiência pública, o Coordenador do Fórum Juventude Negra de Pernambuco, Alisson Teixeira, contestou os dados divulgados pelo Partido dos Trabalhadores, segundo os quais nos últimos doze anos houve um momento de redução da mortalidade da juventude e da violência referente a essa população negra. Segundo o palestrante, não houve uma diminuição de 16% na mortalidade da juventude branca e sim de 32 %, enquanto entre a juventude negra houve um aumento de 34%, então há uma inversão aí de prioridade na questão da segurança.

Na avaliação de Alisson Teixeira, falar que nesse tempo houve aumento da mortalidade ao longo dos últimos 14 anos, deve-se considerar que houve uma revolução social no Brasil, quando se traz a população pobre e, conseqüentemente, negro para o centro do debate. Então é possível visibilizar essa população que acaba sendo contabilizada seja para questões ruins ou boas também. Não é possível se falar de pobreza, sem se falar de raça, porque 70% da população pobre brasileira é negra. Então há uma relação muito próxima dessa situação. Em seguida, o palestrante dirigiu-se ao Vereador Alfredo Santana para dizer-lhe que antes de ter universidade no Ibura, é preciso se valorizar a cultura local, porque aquele bairro periférico é um berço cultural do Recife. Além disso, é necessário haver maior acesso à saúde básica que as comunidades de baixa renda ainda não têm; ter acesso a ruas iluminadas; acesso à moradia, porque nesses três anos de gestão a Prefeitura, infelizmente, não conseguiu entregar um só apartamento.

Essas comunidades, na avaliação do palestrante, precisam mais que nunca de acesso às políticas públicas. Hoje o que se vê é uma realidade cruel que atinge principalmente e maciçamente a população negra, porque é essa que precisa mais



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

de políticas públicas e essas políticas não estão sendo garantidas pelo poder público - pela Prefeitura e pelo Governo do Estado. Em decorrência disso, o negro ainda se encontra na base da pirâmide com índices extremamente negativos.

Alisson Teixeira também chamou a atenção da plateia para outra realidade preocupante, que é a da mulher negra, que se encontra na base, abaixo dos homens negros que precisam desse acesso. Assim, o Fórum Juventude Negra de Pernambuco considera que essa FRENTE PARLAMENTAR tem que cobrar a garantia da questão de gênero que está sendo retirada dos planos e das ações do poder público. E quando se fala na questão de gênero, o Fórum está falando da mulher negra, falando, por exemplo, de uma “descrédibilização” dessa mulher; falando do protagonismo dela, que precisa ser garantido.

E aí na questão de saúde, por exemplo, observa-se que as mulheres que mais sofrem com o Zika vírus e microcefalia são as mulheres negras. Observa-se o genocídio anterior ao nascimento das crianças negras que estão no PROCAPE, que é a histerectomia da mulher negra quando ela tem o útero retirado porque ela tem políciescos. Então, ao invés de se oferecer uma medicação que é uma coisa possível, oferecem a ela a histerectomia, a laqueadura. Em seguida, Alisson Teixeira enfatizou a necessidade de se tirar do papel ações efetivas e promover a articulação com os órgãos competentes para se avançar nesse processo.

Para ele, a única política pública que funciona hoje é a da segurança pública com uma lógica totalmente distorcida e racista, porque quando não há uma lógica de segurança pública sofre tanto o trabalhador, a Capitã Lúcia Helena, quanto a população! A sociedade está travando uma guerra contra as drogas que para todos já foi dito e afirmado que essa concepção não funciona. Então sempre houve uma política antidrogas no município do Recife, uma política que foi referência na atenção ao usuário de droga. Mas hoje o que se vê é uma rede extremamente fragilizada e quem morre com isso? Quem deixa de ser atendido? É a população do Recife. Então essa lógica de combate às drogas que não funciona mais precisa ser revista. Não só a nível estadual, mas também municipal. E não adianta se fazer uma cópia do modelo estadual para o município, porque as competências do Executivo estadual e municipal são diversas.

Por fim, Alisson Teixeira disse que a sociedade já avançou muito e precisa avançar ainda mais. E são esses avanços todos que têm incomodado os privilegiados. É esse ingresso da população negra na universidade. É essa a falta de pessoas negras para trabalhar nas casas das pessoas brancas que está incomodando as classes privilegiadas.

José de Oliveira, representante do Conselho Político MNU (Movimento Negro Unificado) foi o próximo palestrante do encontro e denunciou que normas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

construídas coletivamente por várias mãos estão sendo rasgadas e que aqueles entes que deveriam garantir direitos, nega esses direitos à sociedade. Em seguida, chamou a atenção dos presentes para que se coloque em debate acerca do investimento social, com destaque para a Educação, e disse que o Estatuto da Igualdade Racial é um parâmetro normativo que precisa ser implementado. Mas o que se percebe é o seu retrocesso. Então, o que se deve fazer?

Em seguida, o palestrante disse esperar que Pernambuco tivesse efetivamente feito esse debate de direitos humanos para poder dar o recorte na questão racial. Mas isso foi possível e a duras penas se gerou o debate de Direitos Humanos no Recife. Finalmente, José de Oliveira afirmou que os dados produzidos pela sociedade junto com o Poder Público devem ser absorvidos pelo relatório da FRENTE PARLAMENTAR.

Articulador de movimentos sociais, Jean Martin iniciou seu pronunciamento dizendo que a violência existente em Pernambuco não é somente contra os negros e sim contra a população pobre em geral. Para o palestrante, essa é uma questão negra porque ser pobre nesse país ou em qualquer país do mundo é ser discriminado. E ser negro e mulher negra mais ainda. Isso é uma realidade. Com a experiência de ter convivido com o Movimento dos Sem-Teto, com comunidades de baixa renda, e um pouco conhecedor do Recife, Jean Martin lembrou que o Alto Santa Terezinha, onde está sendo inaugurado um Compaz, é uma área que sempre teve violência acentuada. Naquele bairro, ele disse ter visto muitos jovens desocupados, sem ter o que fazer. E é justamente em situações como essa que paradigmas precisam ser mudados com novos modelos de intervenção.

O palestrante também acentuou que toda essa problemática do negro vem da escravidão quando o negro foi escravo, foi “liberto” e que se mandou queimar todos os registros para que se fosse apagado da história. Mas ressaltou não poder culpar o passado por hoje, preferindo trabalhar hoje o que é que ele pode fazer dentro da sua comunidade. Afinal, quando foi morar no Alto de Santa Terezinha, viu que as lâmpadas das escadarias estavam queimadas. Via que as escadarias já no Alto do Brasil eram todas quebradas, cheias de lixo e a primeira coisa que fez foi pedir à Prefeitura para melhorar a iluminação, tapar os buracos, recuperar as escadarias, fazer a limpeza da comunidade, tirar lixo, emitir documentos, identidade, aquela coisa básica que parecem ser besteiras, mas como dizia Dr. Arraes: “aquela coisa que muita gente não dá importância pode ser muito importante para a comunidade”. Então dentro de tudo isso é preciso que se restaure o respeito uns aos outros, porque é muito bonito falar igualdade quando não se respeita quem está do seu lado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

No entender de Jean Martin, a violência contra o negro, contra o pobre, contra a discriminação racial deve ser combatida simplesmente com políticas públicas. Mas essas políticas públicas vão passar porque os governos passam e mudam as políticas públicas. Então, é preciso que a sociedade lute de forma permanente junto com as famílias para cobrar que essas políticas possam ser duradouras. Não pode ser com políticas do partido A ou do partido C. Ela tem que ser política de estado, política permanente para que perpasse os governantes que lá estiverem.

Vice-Presidente do Instituto Ajudar, Josy Arruda falou do seu trabalho social que lhe permite cuidar de 27 crianças de 2 a 4 anos que chegam à sua Instituição doentes psicologicamente em decorrência de agressões, de pancadas do pai, da mãe, até mesmo dos irmãos maiores. Isso por causa da situação em que elas vivem. Tudo em função da situação de carência existente na comunidade de Roda de Fogo, cuja população chega a 35 mil habitantes. Roda de Fogo surgiu a quase 40 anos de uma invasão e seus moradores hoje têm posse definitiva dos terrenos.

Em Roda de Fogo, o Instituto mantém um espaço que acolhe crianças daquela comunidade desde pequenas como forma de prevenir o aumento da mortalidade também de negros jovens na faixa etária de 11 a 15 anos. Essas crianças saem de casa à noite após os pais dormirem para se prostituir, como forma de buscar um espaço de boa vida, conseguirem um celular, um par de tênis, uma camisa de marca, uma comida melhor. Então é isso que se vê lá. Então junto com outras amigas, Josy Arruda montou uma estrutura para poder cuidar das crianças nessa faixa etária. Hoje muitas mães deixam seus filhos lá para que elas possam ter pelo menos um ofício e gere renda familiar.

A palestrante lembrou, ainda, ter conseguido a implantação de uma Academia da Cidade, mas o equipamento daquela comunidade só serve para os meninos jogarem bola e consumirem droga. O Centro Social lá existente pertence ao Estado e está abandonado, o mato crescendo. Serve hoje de ponto de encontro para malandros, jogadores de baralho e bêbados, que consomem drogas e promovem baderna. Josy Arruda contou que, certa vez, uma jovem de 19 anos, com um bebê com dias de nascido no colo, foi abordada a rua por dois homens numa moto. Talvez por cobrança de droga, um deles desceu da moto, apontou a arma para ela e disse: “Solte a criança no chão se não ela também morre.” E ali a menina foi morta com 19 tiros. Parece até que ele decidiu disparar o número de tiros correspondente à idade da jovem.

Por fim, a palestrante pediu ao Deputado Ossesio Silva para que reúna um grupo de gestores públicos para ir até a comunidade de Roda de Fogo debater com os moradores e lideranças locais os problemas sociais do bairro e buscar uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

saída, com base na Educação, uma vez que a Escola Municipal do Engenho do Meio, localizada em frente ao presídio Bom Pastor, é uma referência na educação pública.

Por sua vez, o **Ex-Presidente da Câmara Municipal do Recife, Vereador Jurandir Liberal**, iniciou seu pronunciamento lembrando que uma amiga, negra e formada em Medicina, descendente de escravos, só conseguiu terminar seus estudos graças à política pública adotada pelo Partido dos Trabalhadores que estimulou o Prouni e outras formas de acesso à universidade. De acordo com o palestrante, essa amiga médica gravou um vídeo para destacar o preconceito que havia, porque ela tinha sido determinada pela lógica a ser empregada doméstica faxineira ou auxiliar de serviços gerais. Entretanto, ela era médica. Mesmo assim alguns indagavam como ela ia entrar nos hospitais com aquele cabelo crespo? E ela respondia: Entro nos hospitais, entro no avião e entro no Palácio do Planalto, porque essa é a diferença da política adotada, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores, nessa linha de conduta de dar oportunidade para todos.

Jurandir Liberal disse ter mandado o vídeo para várias pessoas inclusive para um racista que lhe respondeu de forma bastante agressiva, o que demonstra que o racismo continua fortemente enraizado em nossa sociedade. Em seguida, o palestrante se dirigiu à Capitã Lúcia para tratar da questão da segurança pública no Estado de Pernambuco e especial na Cidade do Recife. Disse entender que o Pacto pela Vida, quando era conduzido pelo Governador Eduardo Campos, como sua marca de Governo, um marketing, havia cobrança na linha de frente e os resultados apareciam.

No item Segurança, o Ex-Presidente da Câmara Municipal lembrou a agressão sofrida por um turista que foi esfaqueado por um assaltante, assim que desembarcou de um navio de cruzeiro, no Terminal Portuário do Recife. Outros turistas pediram socorro, mas a Polícia e o SAMU só chegaram meia hora depois, enquanto o Secretário de Turismo se encontrava em Buenos Aires, convidando turistas argentinos a conhecerem a Capital pernambucana. De acordo com o palestrante seria muito melhor se o dinheiro gasto na viagem à Argentina fosse investido numa estrutura mínima de segurança para receber os três mil turistas que desembarcaram do navio, sem que houvesse uma só viatura policial no local do desembarque.

Na avaliação de Jurandir Liberal não se resolve o problema da insegurança enjaulando pessoas e aumentando a população carcerária do Estado, que já chega a 30 mil prisioneiros quando a capacidade dos presídios no Estado é de 12 mil pessoas. É preciso se rever essa questão e não é construindo unidades do Compaz, como se isso fosse resolver todos os problemas do bairro. Ainda segundo o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

palestrante a culpa dessa situação de insegurança não é da Polícia e sim de um conjunto de fatores que faz sofrer as camadas mais pobres da população, constituída por 70% de negros.

Concluindo sua fala, o palestrante sugeriu que a FRENTE PARLAMENTAR não encerre seus trabalhos com um Relatório, mas dê continuidade às suas ações, chamando a atenção da sociedade, promovendo o debate com as comunidades, pois só assim será possível construir no dia a dia uma nova realidade com base em políticas transversais. Mas para isso é preciso dotação orçamentária.

Presidente do Conselho Municipal de Educação, a professora Ana Lúcia destacou que há 16 anos trabalha na mesma escola municipal localizada no Pina e lá há muitos alunos negros, muitas famílias destroçadas pela dor da perda dos seus entes. Daí passou a pontuar alguns fatos que vão além das estatísticas já conhecidas. Então, começou a lembrar de um nome que lhe dói na sua alma ainda hoje. Ao citar o nome do estudante universitário Alcides do Nascimento Lins, assassinado aos 22 anos do ano passado, perto de se formar biomédico, pela Universidade Federal de Pernambuco, a professora fez duas indagações que ficaram sem resposta: Quem vai pagar essa conta? Quem vai dar ressarcir a mãe de Alcides e a população? Em seguida, prosseguiu dizendo que Alcides é só um nome entre tanto outros jovens assassinados no Recife.

Ana Lúcia atribuiu parte da violência à falta de políticas públicas que deveriam estar atreladas à gestão daqueles que se encontram no Poder. Mas quando outros gestores assumem o Poder tratam de engavetar as políticas públicas de seus antecessores, deixando de lado projetos que alavancam e que avançam dentro das escolas. Como exemplo, Ana Lúcia citou alguns projetos de funcionamento das escolas, nos finais de semana, que acabaram esquecidos porque as verbas não chegaram às escolas.

Ainda de acordo com a palestrante, os jovens das comunidades do Pina, Casa Amarela, Bomba do Hemetério e Alto de Santa Terezinha, por exemplo, não tiveram as escolas abertas para participar dos projetos, nas oficinas, nos movimentos culturais, dos fortalecimentos dos grupos culturais nas suas comunidades, o fortalecimento dos movimentos estudantis, dos grêmios. Coisas que hoje não se ouve mais falar. Isso é política de reparação é de continuidade, mas não há interesse. E não há orçamento para as políticas públicas. Entretanto, gastou-se 70 milhões de reais na gestão municipal com propaganda, gastou-se 40 milhões, com projetos comprados para Educação, mas esses projetos estão guardados nos armários das escolas, projetos comprados e engavetados.

A palestrante também acentuou a necessidade de se promover uma cultura de paz, onde haja menos espaço para a violência física, simbólica, estrutural que os



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

nossos jovens sofrem tanto nas suas casas, e quando chegam às escolas, elas se perpetuam. É preciso sair do silêncio e parar de achar naturais as mortes violentas, porque infelizmente o que mais se escuta nas escolas é os alunos dizerem: “Derrubaram mais um”, referindo-se ao assassinato de jovens. Como professora, Ana Lúcia diz ter a sensação de não estar fazendo nada, não estar conseguindo nada, porque no decorrer da sua carreira de 21 anos, ela já teve dentro da sua escola assassinos conhecidos na mídia como o autor do assassinato do psicanalista Antônio Carlos Escobar, que era um adolescente negro, mas nunca desrespeitou nenhum profissional daquela escola. Em uma entrevista, foi possível descobrir que aquele jovem negro gritou silenciosamente durante anos. Quando foi preso, disse que gostava muito da sua escola, porém sentia falta de mais espaço para brincar com outros alunos, para jogar bola, fazer grupos de teatro, de dança.

São esses fatos que ao mesmo tempo entristecem a professora e deixam nela a sensação de que não está fazendo nada, mas o que a impulsiona para continuar nessa jornada de luta pela educação é olhar para uma mãe com o olhar perdido porque tem três filhos encarcerados e outros dois que já estão mortos, numa casa onde havia cinco, e poder dizer a essa mãe enlutada que ainda se deve acreditar que os educadores podem continuar fazendo. Encerrando sua fala, a professora sugeriu que a FRENTE PARLAMENTAR deve seguir lutando o tempo inteiro, que se conclua um Plano Municipal de Combate ao Enfrentamento ao Genocídio da Juventude Negra, um plano em cooperação com o ente Federado e com o ente Estadual, para que assim possam construir juntos um novo amanhã. Além disso, que se fortaleçam os movimentos culturais, que esses jovens possam estar engajados, que possam estar estudando. Ou então ainda não se entendeu que a educação é o caminho, é o lugar onde a sociedade constrói, onde a sociedade tira o jovem de uma situação de risco e proporciona a ele a oportunidade de um dia, ele se dizer cidadão, usufruindo daquilo que lhe é de direito, e que tem sido negado por tantos anos.

Na condição de representante da Secretária Executiva Estadual de Direitos Humanos, Laura Gomes, e do Secretário de Justiça do Estado, Pedro Eurico, o **Senhor Eduardo Gomes**, foi o último palestrante da audiência pública promovida pela FRENTE PARLAMENTAR. No início de sua fala, fez referências à redução da maioria penal que, a seu ver, revela um contexto onde os nossos parlamentares têm trazido um grande conservadorismo e uma grande ameaça à conquista de direitos, inclusive, como garantias da constituição Federal, cláusulas pétreas que não poderiam ser mexidas. O palestrante lembrou na ocasião que a discussão do Extermínio da Juventude Negra tem sido associada à questão do contexto do Sistema Socioeducativo, lembrando que há todo um contexto de legislação na Constituição, no Estatuto da Juventude, e no Estatuto da Criança e do Adolescente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

(ECA), mas é preciso que em momentos como esse e fóruns permanentes, as forças sociais possam se articular.

Eduardo Gomes destacou, ainda, a importância de se trabalhar a questão do extermínio da juventude negra enquanto política pública, junto aos Conselhos de Direitos, Conselho da Juventude nos níveis municipal e estadual, Conselho da Juventude, Conselho da Criança e do Adolescente, junto ao Conselho da Igualdade Racial e Conselho sobre Drogas, porque essa pauta transita nesses vários espaços. O palestrante frisou também que, institucionalmente, a Secretaria Executiva de Direitos Humanos dispõe de dois serviços, dois programas que são colocados à disposição para atendimento às vítimas de violência, trabalhando tanto o viés da promoção quanto da proteção.

O palestrante lamentou a recente perda no programa de proteção à criança e adolescentes ameaçados de morte e ressaltou a preocupação da Secretaria Executiva e o empenho do Governo Federal junto à sua Pasta e ao Conselho Estadual de Direitos Humanos. De acordo com Eduardo Gomes, tudo está sendo apurado com muito cuidado para que não volte a ocorrer e que também sirva de exemplo para correções em relação ao que ocorreu, mas é preciso um olhar para todas essas políticas e programas, com a participação de toda sociedade.

O representante dos dois secretários disse, ainda, que o Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes, pode prestar tanto atendimento a essas vítimas de qualquer tipo de violência, mas também àquelas famílias que tiveram ceifadas a vida de seus filhos e filhas. Em seguida, lembrou que quando integrou a equipe do Secretário Paulo Moraes, pôde trabalhar no viés da promoção da prevenção à violência, tendo a oportunidade de mudar essa cultura de violência e construir a cultura de paz em todos os aspectos, discutindo, debatendo, construindo, desconstruindo em vários espaços no município do Recife várias dessas questões de preconceito, discriminação.

No encerramento do encontro, o Deputado Bispo Ossesio disse ter observado a urgente necessidade de o Estado se manifestar para responder aos anseios desta população. O parlamentar disse ter percebido também que não é falta de conhecimento do problema e sim falta de priorização e de implementação de políticas públicas e dentro deste contexto a FRENTE PARLAMENTAR vai trabalhar para viabilizar essas políticas públicas tão necessárias. Em seguida, conclamou a todos para que não desistam da luta, que participem dessa luta junto a este Colegiado, porque uma sociedade justa com luta, porque sem luta não há vitória, trabalhando no que for necessário para que o Governo possa enxergar de outra forma essa problemática, até porque, se todos desistirem dessa luta, quem vai lutar?



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – CÂMARA MUNICIPAL CARUARU

A audiência pública realizada na Câmara Municipal de Caruaru, no dia 16 de junho de 2016, para debater o combate ao extermínio da juventude negra em Pernambuco reuniu grande número de pessoas. Durante o encontro, promovido pela Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a mesa dos trabalhos foi composta pelo Coordenador-Geral do Colegiado, Deputado Bispo Ossesio Silva; o Vereador e Pastor Carlos Santos; a Advogada Lucimere Passos, referência na defesa dos direitos do negro no País; e o Promotor de Justiça Marcos Tieppo. Também participaram da audiência pública, entre outros convidados, a Juíza de Direito Orleide Rosália; a Deputada Raquel Lyra; o Presidente da Comissão de Direito Penal da OAB/Caruaru, Marcondes Alberto; Katherine Lages, da Secretaria da Mulher; e os Vereadores de Caruaru Leonardo Chaves (Presidente da Câmara Municipal), Louro de Juá, (Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal), Nilo do Reco, Tenente Múcio e Rodrigues da Ceaca, além de Gilberto de Dora (Presidente da Comissão de Políticas para a Juventude do Município de Caruaru), Verônica Alves da Silva (Presidente do Conselho do Direitos da Criança e do Adolescente) e Felipe Sales (Assessor de Igualdade Racial da Secretaria Especial da Mulher do Município).

Também presentes Daniel Filizola (da Secretaria Municipal de Participação Social); Manuela Donato (representante da Associação Caruaruense de Ensino Superior); Luciel Emerson (Presidente do PRTB de Caruaru); Eliana Karina Tenório (Assessoria Jurídica do Centro de Educação Popular Comunidade Viva - Conviva); Rafael Moreira Diniz (Gerente de Diálogos Sociais da Secretaria Municipal de Participação Social); José Francisco Rodrigues Neto (Gerente da Juventude da Prefeitura de Caruaru); Elza Trajano, (Produtora Cultural do Pcdob); Mário Disnardi (Coordenador do Fórum Estadual de Ligação de Jovens e Adultos); Ronaldo da Silva Souza (do PRB de Jaboatão); Iane Karine Moreira (Vice-Presidente do Conselho Municipal de Juventude); Leonardo Bulhões (Secretário Municipal de Participação Social) e Islana Riara (Coordenadora do Conselho Tutelar e Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes).

Após declarar abertos os trabalhos, o **Vereador Pastor Carlos Santos** convidou o Mestre Marcos para fazer uma exposição sobre o trabalho social por ele criado há cinco anos em Caruaru, com ações preventivas do uso de drogas pelos jovens de comunidades de baixa renda do município. O palestrante explicou que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

esse trabalho voluntário, intitulado Projeto Vitoriano, é desenvolvido na garagem de sua casa, sem ajuda de ninguém. Também adiantou que dos garotos por ele atendidos nem todos estão aqui nesta audiência, estão na escola, e a única exigência que se faz é que todos estudem e em primeiro lugar que tenham respeito pelos pais, pelos professores. Em seguida, apresentou um dos músicos da Banda Vitoriano Jovem, que fez uma exibição musical em seguida.

Ao retomar a palavra, o Vereador Pastor Carlos Santos elogiou o trabalho desenvolvido pelo Deputado Bispo Ossesio Silva, na Coordenação da FRENTE PARLAMENTAR, e lembrou que o mesmo enfrentou discriminação racial por ser negro, mas deu a volta por cima e mostrou a todos que chegou para fazer a diferença, mostrando a importância do negro na política, na sociedade e dando exemplo de conduta na Coordenação desta Frente tão importante, que é a Frente de Combate ao Extermínio da Juventude Negra.

Por sua vez, **Deputado Bispo Ossesio Silva** falou um pouco sobre sua trajetória política e justificou a realização da audiência pública da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra na Câmara Municipal de Caruaru, em função dos alarmantes índices de violência contra os jovens negros no município. Assim, com esse trabalho em parceria com o Legislativo caruaruense, a FRENTE PARLAMENTAR espera produzir resultados positivos, tendo como principal objetivo identificar as causas, as razões e as consequências dos índices de violência que vêm exterminando os jovens negros e tem sido alvo certo da exclusão social e da violação dos direitos humanos.

De acordo com o parlamentar, a violência tem cor e sociedade não pode ficar indiferente a esses indicadores, esperando que as Câmaras Municipais possam colaborar nessa luta. Ossesio Silva se disse disposto a fazer desse trabalho um grande movimento em favor da vida e contra violência, lembrando que tanto os políticos quanto lideranças da sociedade civil precisam sair agora da zona de conforto para ir às ruas promover essa mudança.

As políticas públicas de inclusão social e de proteção aos direitos humanos têm se mostrado incapazes de conter o alto índice de jovens negros assassinados, em comparação com as mortes de jovens brancos no País. Hoje o Brasil contabiliza em média 60 mil homicídios por ano, metade dessas vítimas são de jovens e quase 80% deles são negros e moradores de periferia. Não dá mais para a sociedade fazer de conta que isso tudo é natural, a violência e o homicídio de negros no Brasil são mais uma parcela do racismo que se exhibe em nosso País. Ossesio Silva também se lembrou do Advogado e Assessor de Direitos Humanos da Anistia Internacional Alexandre Ciconello, que disse certa vez: “quem está morrendo é este ser invisível e o racismo faz com que a outra parte da sociedade, a sociedade branca não se



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

interesse por isso”. Essa é uma dura realidade que precisa mudar o quanto antes. De acordo com estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o percentual de negros assassinados no Brasil é 132% maior do que brancos.

Para o Coordenador da FRENTE PARLAMENTAR, esse índice mostra o tamanho da tragédia vivido por milhares e milhares de famílias negras em todo o País. Em seguida, reconheceu que há muito a ser feito até se conseguir reduzir ao máximo esse número, onde o caminho a ser trilhado é aumentar a representatividade negra da cúpula do Governo Federal, dos Governos Estaduais e das Prefeituras. Recentemente, a ONU se queixou a falta de negros na cúpula do Governo Brasileiro e que com mais de 150 milhões de afrodescendentes na América Latina, essa população ainda está pouco representada nas decisões políticas dos Países Latino-Americanos. Com razão, o que a pesquisa nacional por amostra de domicílio em 2014, realizada pelo IBGE, revela que 53% dos Brasileiros são pardos e negros, ou seja, metade do Brasil é de cor negra. Basta dizer que 55% dos eleitores brasileiros são negros ou pardos, mas no atual Congresso Nacional, menos de 5% dos Parlamentares são negros, isso é quase nada.

A seguir, o palestrante lembrou que Caruaru é a quinta cidade mais violenta dos treze Municípios citados pela FRENTE PARLAMENTAR e tem mais de 30 bairros e inúmeras comunidades de baixa renda. Além disso, mais de 30% da sua população é jovem. Na chamada Capital do Agreste, o número de homicídio aumentou em relação ao ano passado, e não é novidade que muitos homicídios se concentram principalmente sobre essa população jovem, negra e pobre.

Ossesio Silva informou, ainda, que na semana passada a Desembargadora aposentada Luislinda Valois, que é sua amiga, foi nomeada pelo Presidente Michel Temer para o cargo de Secretária Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Antes mesmo de tomar posse, ela já adiantou que a sua Pasta não soluciona o problema, nem resolve toda a dívida que o Brasil tem seus afrodescendentes, contudo, pelo menos ameniza o sofrimento do povo negro. Mesmo assim, diante desse cenário, Luislinda está determinada a dar sequência ao trabalho que está sendo feito e criar novas ações para a inclusão do negro nos espaços do Governo.

Ao falar na Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o parlamentar aproveitou para lembrar uma declaração feita pela então Ministra da Secretaria de Políticas de Igualdade Racial, Nilma Lino, segundo a qual o desafio mais importante para o Governo e para a sociedade Brasileira é aprovar a Política de Superação da Mortalidade de Juventude Negra e elevar a representatividade da população negra nas diversas esferas do Poder. Esse desafio continua, mas não está conseguindo o objetivo esperado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Ossesio Silva ressaltou, em seguida, a necessidade de mais ações do que projetos porque há muitos projetos e poucas ações. A seu ver, esses projetos precisam sair do papel para se tornar realidade na vida do negro. Isso, entretanto, só será conseguido quando houver parcerias entre o Poder Legislativo em suas esferas – Federal, Estaduais e Municipais - e os movimentos sociais, porque é muito importante que a sociedade se engaje também nesse movimento. O palestrante frisou que se a sociedade civil não se engajar nessa luta, tudo isso aqui que está sendo feito será jogado ao vento, será jogado ao ar, desaparecerá como fumaça. É importante que haja engajamento de toda sociedade, desde a periferia até o mais luxuoso condomínio dessa Cidade, desse Estado e desse País. É preciso que haja nesses movimentos sociais também a participação das Igrejas, das Escolas e Faculdades, dos clubes de serviços e a família em torno da adoção efetivas de políticas públicas antirraciais. Aí, sim, negros e pardos terão maior representatividade na Cúpula do Poder, terá vez e voz e deixarão de ser invisíveis, aí sim haverá uma sociedade mais justa.

Ainda de acordo com Ossesio Silva, essa Audiência busca colher informações e depoimentos através da sociedade civil e lideranças dos movimentos aqui representados para que se possa identificar as políticas necessárias nos bairros e comunidades, a partir das condições da juventude que ali reside e a situação social a que estão submetidas. A FRENTE PARLAMENTAR pretende analisar e aprofundar as ações e as políticas públicas implantadas, as violações aos direitos humanos, sociais dos jovens negros através de planos estratégicos com a plena participação da sociedade nessa confissão de forma promover ações de prevenção a partir da aprimoração da Legislação Estadual, a criação de oportunidades e inclusão social de combate às causas desse fenômeno, em especial nas regiões mais vulneráveis e periféricas do Município. E é essa iniciativa que se associa a outras, buscando a efetivação dos direitos de uma juventude plural e diversa no combate ao racismo e da Promoção da Igualdade Racial, contribuindo para que os padrões da violência consolidados ao longo da história que estigmatizam a juventude negra sejam superados.

Ao iniciar sua fala, a **Juíza de Direito Orleide Rosália, da Vara de Execuções Penais em Caruaru**, disse reconhecer na audiência pública promovida pela FRENTE PARLAMENTAR um momento é de extrema importância para a solução de um problema de Ordem Nacional. Em seguida, afirmou que está anotando há cerca de um ano, para fins estatísticos, as penas que são encerradas por mortes por homicídio do condenado. Assim, chegou-se a 103 assassinatos entre 2014 e 2015, notadamente extermínio mesmo, porque são pigmentos penetrantes no tronco ou na cabeça. Para a magistrada, isso dá uma ideia de que se houvesse pena de morte no País, que é um anseio da sociedade que ainda analisa como



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

preconceito o crime, iria verificar que cem mortes, cem execuções, não resolvem o problema da violência.

A Juíza lembrou, ainda, que dessas cem certidões de óbito, apenas uma é notada a cor branca, as demais vítimas eram de cor negra e parda, e a idade média chega há 23 anos. Para ela, é lamentável verificar que o crescimento do crime traz em si um anseio de encarceramento, mas baseada em preconceito a população não costuma estudar se esse método tradicional tem dado certo, e se não está dando certo, quais as causas? A palestrante disse, ainda, que o momento que a condenação não é suficiente, há falta de políticas públicas que devolvam o acusado, o condenado à sociedade devidamente amparado. Com 17 anos na Magistratura, Orleide Rosália já funcionou em áreas criminais, quando normalmente o preso chega algemado às audiências. Naquelas ocasiões, observou que os estudantes de Direito nunca questionavam quando o acusado era de cor negra. Mas reclamavam se o algemado era de cor branca e olhos claros.

Em seguida, a palestrante acrescentou que a crescente onda de violência reclama o encarceramento no total da população carcerária de hoje, e reconheceu que talvez 30% não tenham condições de voltar ao convívio social, enquanto a 40% talvez faltasse a ampla defesa e os outros 30% têm possibilidade crescente de recuperação. Mas essa recuperação está nos movimentos sociais que pensam novas técnicas de inclusão e reintegram o reeducando na sociedade.

A magistrada também se disse estarrecida com as prisões que geram novas prisões, então dentro do Sistema Prisional às vezes a pessoa é presa por um porte de arma, como é lá dentro comete um homicídio é como dizer, indiciado por drogas e dentro do próprio Sistema Prisional, a pena aumenta de forma absurda. Ora, se a população quer um encarceramento para diminuir o crime, procure verificar por que a pena aumenta dentro de uma penitenciária. A palestrante se referiu, ainda, aos casos de jovens que saíram da FUNASE por crimes dentro da própria FUNASE, atingem os 18 anos e passam a ser homicidas dentro de Instituições de Internamento. Isso é gravíssimo e a sociedade clama por soluções, só que a solução não está apenas em encarcerar, separar, segregar, mas em momentos como este, de estabelecer audiências onde combata o preconceito racial.

Finalizando sua fala, a magistrada argumentou que apenas para dar um sentido significativo às pessoas que acham que a violência diminuiria com a pena de morte, basta lembrar que 102 penas foram extintas por conta da execução de seus condenados. Além disso, 54% desses condenados são negros, com idade entre 22 e 25 anos. Como há casos em que os condenados que conseguem o livramento condicional ou vão para o regime semiaberto vão morar em outras regiões e se lá forem assassinados, Orleide Rosália não terá conhecimento do ocorrido.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Advogada e ativista de movimentos negros, Lucymare Elizabeth Passos foi à próxima palestrante da audiência pública. Logo no início de sua palestra, afirmou que o racismo no Brasil é tão inteligente que faz a sociedade acreditar e se convencer que a discriminação racial não existe. Mas todo esse estigma, toda essa situação de exclusão, todas essas histórias que permeiam a nossa história desde o ventre materno até agora, o racismo não é reconhecido pelo Estado brasileiro, como deveria. No Brasil, o racista a gente abre os dentes bem sorridente, bem simpático, e ainda chega a dizer: mas você não é negra, você é mulata, você é uma moreninha da cor de jambo, você é uma moreninha da cor de chocolate. E que cor é essa moreno-jambo? Essa cor é a cor do racismo! Mas você que tem uma cor mais clara, você não é negro.

A palestrante também lembrou que o Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão. Mas os negros no Brasil não estão livres. Livres como? Livres exatamente como o egresso do sistema prisional que não dispõe de políticas públicas para a sua reinserção social, porque o alvará de soltura não torna o ex-detento um sujeito livre. Como livre? Se muitas vezes até o próprio documento de quando ele entrou no sistema prisional foi destruído pelos agentes públicos? Para Lucymare Elizabeth, a situação do negro no Brasil anterior a 1888 não é muito diferente de sua condição de hoje. E hoje quem são esses egressos? Essas pessoas que não terão oportunidades e que muito tempo depois se tornarão cifras, tão somente números, são os negros, são os jovens que estão entre 22 a 25 anos. E essa é uma ferida aberta que infelizmente nunca cicatrizou fruto dessa herança maldita que faz o País sofrer profundas desigualdades raciais e sociais. Basta que se observe onde a maioria do povo negro se encontra para que se perceba isso. Como exemplo de sua colocação, a palestrante disse que quando chegou à Faculdade de Direito muitas vezes ficava olhando na sua turma de 144 alunos e via apenas cinco negros e talvez entre esses alguém não se assumisse como negro por ter ascendência social elevada. Então vejam o tamanho do problema, ilustrando a dificuldade que os negros enfrentam no campo da política, de ser aceitos enquanto negros.

Durante sua breve palestra, o **Vereador Leonardo Chaves** contou a experiência por ele vivida em 1974, com um grupo de estudantes universitários, numa viagem do Projeto Rondon a Florianópolis. Nas portas dos banheiros da Universidade Federal de Santa Catarina, o que estava escrito o deixou estarrecido. Eram duras frases racistas contra negros e principalmente contra negras. Na mesma viagem, o grupo visitou uma das comunidades catarinenses e participou de uma festa típica da região. O palestrante recordou, ainda, que a Assistente Social do grupo era negra e nenhum dos catarinenses a tirou para dançar, nem sequer se aproximou dela. As outras duas mulheres do grupo do Projeto Rondon, que eram



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

brancas, foram convidadas a dançar várias vezes, e com a negra só quem dançava era os colegas do próprio grupo.

...De lá para cá, Leonardo Chaves garante que muita coisa mudou, mas ainda há muita que precisa ser mudada dentro do Brasil. Em seguida, disse que a nata dos ativistas, das pessoas de vários segmentos da sociedade caruaruense que lutam pela igualdade racial, que lutam contra essa desigualdade, está reunida nessa audiência pública.

Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Verônica Carlos da Silva foi a palestrante seguinte e iniciou sua fala adiantando que limitaria a questão a ser abordada principalmente no tocante à morte do jovem, porque se for falar da criança e do adolescente em Caruaru, o ranking da violência desce muito mais e aí muito tem se falado, dentro de uma política pública, dentro do município, que é necessário ver a criança e o adolescente como prioridades, no que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em Caruaru, segundo Verônica Carlos, Caruaru tem um terço da população infanto-juvenil, com 117 mil e 500 crianças e adolescentes. E aí, é preciso ressaltar algumas situações do próprio Conselho, das suas deliberações, também dessa Casa.

Em seguida, destacou a necessidade de se tirar as ações do papel porque dentro dos trabalhos do Conselho, por meio do seu diagnóstico infanto-juvenil, há problemas gritantes em Caruaru, desde 2010 e o município possui uma população que está sendo exterminada. Então, entre uma criança negra ou um adolescente branco, que está nas ruas, se corre um negro, é ladrão. Para a palestrante, a população tem a informação, mas não tem a educação, e é isso que o País mais precisa. Informação a sociedade tem, mas não tem ainda a educação falada, de respeitar o próximo como ele é, porque a educação foi deixada de lado. E aí, como também Presidente do Conselho de Direitos, Verônica Carlos vem pontuando algumas ações que precisam se tornar política pública de forma continuada.

Nesse trabalho desenvolvido pelo Conselho é preciso saber quem é essa população negra, de onde vem esse menino, essa menina? Quem são eles, esses negros, essas negras? Até porque, por trabalhar com essa população, o Conselho também é discriminado. Em resumo, quem trabalha com o negro, com o adolescente que vem de uma comunidade periférica, é tratado também como marginal. O agente social é visto como uma pessoa que toma conta de marginal. A palavra é essa, não tem outro termo. Porque, na verdade, o Conselho vem recuperando muita gente.

A palestrante afirmou, em seguida, que o Brasil politicamente está um dismantelo e que precisa trazer à tona as instituições que trabalham, principalmente, com os negros que estão sendo também perseguidos. Porém o Conselho quebrou o mito de achar que negro é aquele que comete mais ato



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

infracional. E esse diagnóstico está mudando e nós queremos publicar isso, isso tem que se tornar público no Município. Os meninos que estão hoje dentro do sistema de ressocialização são muito mais filhos e filhas de pessoas brancas. É preciso acabar com o mito e o Conselho tem que divulgar de achar que não é só o menino que vem do morro, que é o menino que vem do Centenário, que é o menino que vem do Salgado. Tem lá sim, mas se você for ver ele não é aquela característica que se costuma dizer: veio da favela; veio do morro.

Por sua vez, a **Deputada Raquel Lyra** reconheceu que Caruaru, infelizmente, no último ano, nos últimos doze meses, vem puxando, elevando os índices em Pernambuco dos Crimes Violentos Letais Intencionais, das mortes intencionais, e essas mortes são sim dos jovens negros e são praticadas em sua maioria de jovens negros. E essa realidade precisa ser enfrentada. A palestrante lembrou ter sido Secretária Estadual de Criança e Juventude e que a FUNASE era uma fundação que estava sob sua responsabilidade. Daí, fez com a FUNASE uma parceria e brigou para aprovar o repasse fundo a fundo de recursos para os municípios destinados à liberdade assistida para tentar criar no Estado uma lógica de sistema que ainda não há no Brasil, nem há para o sistema socioeducativo, nem há para o sistema penitenciário, nem há para o sistema de defesa social, não há para o sistema de segurança pública, não há para o sistema de juventude. A Deputada frisou que essa temática precisa ser debatida de forma aprofundada e acentuou que houve avanços importantes, trazendo a pauta de juventude para o debate brasileiro, a partir do Governo do Presidente Lula, mas é necessário se criar estratégias que de fato possam incluir nossas crianças e jovens.

Raquel Lyra lamentou que o Estado falhasse por não dispor de políticas públicas para o sistema socioeducativo penitenciário, e quem está lá privado de liberdade ou no sistema socioeducativo não tem o melhor atendimento para voltar à sociedade da melhor forma. O Estado está falhando nessa área. Há déficit de vagas; déficit na qualidade de atendimento, o atendimento é caro e não serve. Um adolescente no sistema socioeducativo privado de liberdade custa para o Estado R\$ 5 mil por mês. E não é o que custa um adolescente numa educação de tempo integral, com cerca de R\$ 1.200 a R\$ 1.500 por mês.

Para a palestrante, o Estado está falhando no cuidado de quem já ultrapassou a linha da vulnerabilidade, que está na linha de vulnerabilidade e ultrapassou a linha da violência e é preciso que se concilie também com qualidade e com políticas públicas de promoção de direitos, para quem precisa de educação com qualidade; da criança que precisa estar na creche desde o começo, desde o começo de sua vida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A Deputada também disse que em todo debate sobre mulher, ela fala sobre creche e todo debate sobre criança aborda a questão da creche. No Brasil, há uma cobertura de 18% de creches; em Pernambuco, 12%; e em Caruaru, 4% de creches públicas. O Centro Social São José do Monte acolhe mais de 130 crianças, mas ainda há muito a se cumprir. Essas crianças de zero a seis anos se entrarem na creche, seja ela lá do Centenário, seja de José Carlos de Oliveira, seja de onde ela for da cidade ou da zona rural, vai aprender a aprender e vai seguir outro rumo na vida, ao invés de aprender a matar.

E essa revolução só se dará por meio da educação, da educação de modo integral, tanto a educação de tempo integral como a educação que dê a opção de liberdade através da arte, do esporte, da cultura, do lazer e isso só se faz com investimentos, promoção de políticas públicas e parceria com a sociedade civil, até porque o Estado não dá conta de tudo sozinho. Muitas vezes, esse movimento pode ser pela causa negra, pela causa do Hip Hop, pela causa evangélica. Só se precisa dar a essa galera a expectativa de um futuro melhor. E essa galera está esperando que o Estado consiga fazer isso e o Estado precisa deles para conseguir fazer isso.

Na sequência dos palestrantes, a **Secretária Municipal da Mulher e Direitos Humanos, Katherine Lages**, afirmou que sua Pasta tem um histórico na condução da pauta de igualdade racial e também fez o pedido por meio da Deputada Teresa Leitão para que essa audiência fosse realizada em Caruaru, porque o município precisa de um palco político de pessoas engajadas, que estão protagonizando os processos de visibilidade do combate e erradicação do genocídio da juventude negra, por acreditar que a questão é muito mais profunda e passa pela educação. Uma educação que deve ser na escola pautada a partir do recorte de gênero e de raça e que no Brasil foram vistos muitos planos retirados de pauta.

Para a palestrante, Caruaru não conseguiu livrar a sua juventude; não conseguiu livrar as pessoas negras do grande mal que as acompanha que é o racismo. Das inúmeras ações, inclusive das parcerias sua Secretaria tem, Katherine Lages citou o nome da Professora Manuela Donato, da Associação Caruaruense de Ensino Superior, para fazer um diagnóstico da juventude negra, a fim de orientar as políticas públicas e as ações voltadas para os grupos que estão marginalizados no Córrego do Ferreiro. Ela também salientou que a taxa de mortalidade é muito maior entre as mulheres negras e que a dificuldade no reconhecimento de mão de obra trabalhadora é muito diferente entre uma pessoa branca e uma pessoa negra, no que se refere à ocupação de espaço de liderança. Então há uma discrepância enorme.

No entender da palestrante, esse é o grande desafio e é o papel tanto da sua Secretaria, quanto da Câmara Municipal, quanto da gestão e dos movimentos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

sociais. O que se quer é uma Caruaru crescida para reconhecer a vida das pessoas negras, a dignidade da vida em reconhecimento de direitos e afirmação do direito a diferença. É preciso que as políticas façam um recorte de raça e de gênero. A Secretaria lamentou que se estivesse deixando a juventude ser vítima de genocídio e deixando as mulheres negras desprotegidas. Também se esteja deixando a população marginalizada em razão de uma cultura que oprime, que desigual e a retira de uma vida digna, dando-lhes condições mínimas.

O Presidente da Comissão de Direito Penal da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Caruaru, **Marcone Pinto**, lembrou que certo dia debatia com um colega e ele falava que era essa política de cota não era boa e porque tratava o negro promovendo a desigualdade dele mesmo. Então o palestrante disse ter rebatido seu colega argumentando a questão do déficit histórico do País com a população negra. Então se faz necessária a adoção de políticas afirmativas. E o que são políticas afirmativas? São políticas que combatam esse déficit histórico. Não se pode tratar com desigualdade quem sempre sofreu. E o caminho passa por aí com políticas inclusivas, debatendo, colocando na prática porque há muita falácia, muita burocracia estatal imperando políticas que vão desenvolver essa temática e melhorá-la, que tem muitos debates, mas que na prática não se veem resultados práticos.

Como o Deputado Bispo Ossesio Silva falava, ele estava cansado de ir a debates, a reuniões que ele acha produtiva, mas não tem a eficácia divulgada, porque quando se vai para o projeto não se tem orçamento, não se reconhece a desigualdade, não se tem o reconhecimento da igualdade. Quando se tem o reconhecimento, por parte de alguns, não se tem orçamento. Então fica nesse entrave e para que isso melhore tem que se haver uma melhor atuação da sociedade, com o engajamento da sociedade civil, que tem muita força. E é isso, é luta, é combate, é política que é um assunto importante e todo mundo tem que engajar com a política porque ela rodeia nossa vida não só na questão da juventude negra, mas a política é instrumento para melhorar a sociedade.

O Vereador e Presidente da Juventude da Câmara Municipal de Caruaru, **Gilberto de Dora**, dirigiu-se à tribuna para lembrar que foi criado em uma comunidade da zona rural do 4º Distrito do município, onde 90% daquela comunidade são negras. Assim, conviveu com os negros na sua infância e juventude. Também recordou que desde aquela época já existia o preconceito racial e que o castigo que os alunos tinham na sala de aula quando aprontavam alguma coisa, era ficar em frente da sala de aula, abraçado com uma menina negra ou vice-versa, um menino negro com outro, porque esse era o castigo aplicado naquela época.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Incomodado com isso, o palestrante disse que procurou outra professora e denunciou o que estava havendo na sala aula. Era uma professora chamada Maria Auxiliadora que praticava aquela arbitrariedade e graças a Deus aquela mulher sumiu do mapa, da educação de Caruaru e até hoje não se ouviu falar mais nela. É preciso que a sociedade tenha consciência de que todos são iguais, que todos têm direitos iguais, e que não era preciso que houvesse cotas para os negros. Era necessário que toda a sociedade fosse tratada por igual. Em seguida, o palestrante pediu justiça à opressão que os negros sofreram no início da colonização do Brasil. Para Gilberto de Dora é necessário, sim, haver cota. Mas é preciso que todos trabalhem e lutem por essa igualdade racial.

Na intervenção seguinte, o **Vereador Louro do Juá** falou de sua satisfação por estar presente nesta à audiência pública e poder dizer de seu orgulho com a história de Zumbi dos Palmares, com a resistência das comunidades quilombolas. Na sua avaliação, falar dos negros é se falar dos vereadores aqui presentes, mas não se fala da coragem de tirar os projetos sociais do papel. Faltam-se recursos, o orçamento se falta, mas cadê a Câmara Municipal Para mudar essa realidade? É preciso se ter coragem. Os legisladores municipais têm que ir ao Executivo e mostrar sua competência. E para que os legisladores vieram? Todos estão aqui não para serem vereadores e sim legisladores. Todos têm um compromisso com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, compromisso com o Plano Plurianual. É isso que o negro tem que entender saber, participar e cobrar desta Casa que é a mais próxima da sociedade.

O próximo palestrante foi o **Vereador Rodrigo** disse que o que o preocupa na tarde de hoje é que essa Audiência Pública foi realmente para falar da criminalidade da raça negra. Infelizmente, ao começar essa Audiência Pública, pensou que na Mesa dos Trabalhos estivesse presente o Comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar e um representante da Polícia Civil. Mas eles não se fizeram presentes, mesmo se sabendo que o tema do encontro é extermínio da juventude negra. Assim, nesse encontro, chega-se à conclusão que na plateia do Plenário da Câmara Municipal a maioria dos presentes é de cor branca e que só se vejam aqui cinco ou seis negros, quando eles deveria ser maioria.

O palestrante frisou, também, que Audiência Pública é para se falar sobre o que está acontecendo e infelizmente a população não está reivindicando porque aqui só se fala da criminalidade. Mas é bom que todos observem que há negros na polícia, há negros na política, negros na cultura, no futebol. Enfim, há negros em todas as classes. Então, como há cotas para negros, é óbvio que existe o racismo. Enquanto existir uma cota para entrar em tal lugar, tantas pessoas estão lá porque existe o racismo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Em seguida, o **Senhor Mário Bismark** iniciou sua fala fazendo uma provocação, ao dizer que hoje Pernambuco é um exemplo na educação prisional em vagas no sistema prisional e que os dados desse sistema deverão constar de uma publicação sobre a educação dos jovens. O palestrante convidou as autoridades presentes para uma reunião no dia seguinte, na Câmara Municipal de Caruaru, que contará com a participação de representantes de mais de trinta municípios para que os gestores públicos saibam como utilizar de forma adequada os recursos normatizados pela Resolução 47, que trata das ampliações das unidades prisionais. Segundo Mário Bismark, os recursos destinados a esse fim estão sendo devolvidos porque os gestores não sabem como utilizá-los.

O palestrante também afirmou que nasceu na Zona Rural de Caruaru e, quando criança, precisava fazer um percurso de 12 quilômetros de bicicleta para chegar à Escola Municipal e hoje, na condição de policial militar aposentado e Vereador desta Casa, vê a grande preocupação do Governo em ampliar os espaços do sistema prisional, mas não vê essa mesma preocupação em se buscar possibilidades e meios para se educar e se promover a inclusão social. Em seguida, acentuou que alguns Governantes ainda fazem suas administrações no nível de Brasil, de Estado e até de Município, como gerindo estivesse sua propriedade privada dentro de um mundo capitalista. E isso é inconcebível.

A seguir, **Nino do Rap** falou de sua caminhada nas comunidades de periferia, em defesa da cultura de “rua na rua” em Caruaru, e hoje fez questão de participar da Audiência Pública vestido de paletó para mostrar ao negro que ele pode estar aqui e hoje não veio com seu jeito “maloqueiro”, de “bonezão”, porque isso incomoda a sociedade e por ser negro também incomoda. O palestrante também ressaltou a importância desse “basta na violência” e da necessidade de se abrir um leque de oportunidades na sociedade para os jovens negros e de periferia. Porque são essas oportunidades que a sociedade não mostra para a juventude negra.

Na sua visão, os Governantes deveriam montar suas Secretarias promovendo a diversidade de raças. Se há dez cargos a serem preenchidos, deveriam ser dois negros, dois brancos, dois pardos, dois louros e dois homossexuais. Isso é igualdade. Nino do Rap observou, ainda, que na criminalidade, hoje, há mais brancos que negros. Por fim, afirmou que o preconceito precisa ser quebrado dentro dos próprios negros e que deixem falar quem quiser falar, e só fala aquele que não consegue caminhar correr e nem rastejar. Esse aí esse sim não vai conseguir chegar.

Assessor de Igualdade Racial da Prefeitura, **Felipe Sales**, iniciou seu pronunciamento fazendo um recorte da História do Brasil, com foco em 1888, quando houve a libertação dos escravos. Mas, para o palestrante, esse processo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

legítima o racismo institucional, ou seja, o mundo liberto dos escravos, sem uma política de integração social, que garanta a cidadania dos escravos, ou seja, não garante nenhum tipo de política pública na saúde, educação, lazer. A abolição da escravatura deixou os escravos à mercê da própria sorte. E hoje na nossa cidade, no nosso Município, onde está a juventude negra? Numa análise nas periferias, há jovens negros, sim! Minorias. Nas Faculdades há negros? Sim! Numa quantidade tão mínima que não consta estatisticamente. Mas se querem saber realmente onde é que está a nossa juventude negra na periferia? Basta entrar nos terreiros de candomblé, entrar nas Escolas Públicas, entrar nas manifestações sociais como o Hip Hop, o Rap, o Grafite, aí se vê realmente onde está localizada a juventude negra.

Em Caruaru há trinta bairros. E é nesses trinta bairros é onde se concentra realmente a juventude negra. Hoje, nessa audiência pública, se traz para dentro da Casa dos representantes do povo de Caruaru, talvez uma transparência um pouco mais ativa sobre as propostas que são realizadas aqui, com a própria juventude negra. Como é que a Casa lida hoje com essa demanda da juventude negra? Esse assunto é que deveria ser realmente passado para a juventude negra. Mas a Casa faz a sua parte, trazendo o extermínio da juventude negra em si já é uma análise crítica. Mas quando se faz um recorte trazendo a questão para mais perto ainda da mulher jovem negra, trazendo para a população (LGBT) negra, então se vê realmente que são questões sociais integradas a uma única questão.

Felipe Sales provocou o Vereador Rodrigues da Ceaca a ampliar a participação da Juventude negra na Câmara Municipal hoje, indagando se realmente essa informação foi levada às Escolas Públicas. As informações sobre esse debate, foram para a periferia? Em seguida, salientou a importância da participação de representantes das Polícias Civil e Militar nessa audiência e lamentou a ausência desses policiais. Quando se traz a debate a pauta de extermínio da juventude negra, ela difere um pouco da criminalidade negra, e aí é preciso entender um pouco dessa abordagem, porque na prospecção da fala deve haver um pouco de propriedade do que é o extermínio da juventude negra.

Por fim, o palestrante enalteceu a importância do diálogo em torno do tema, mas frisou que existe aquela diferença. Também frisou que a Assessoria da Igualdade Racial promove esse diálogo diretamente com a juventude negra, com os jovens de Terreiros, com os jovens da Capoeira, com os jovens do Hip Hop, por meio do Grafite junto com Rosivaldo, junto com Vera. A Assessoria tem um mapeamento, tem os dados, tem motivação, tem aí realmente um fato. E o que é que está sendo feito para a se ter esse fato? Porque a juventude negra é maioria e ainda está no extermínio.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Representando o Gabinete Digital, **Daniel Filizola** iniciou sua palestra lembrando que apenas 11% dos estudantes universitários são negros e que esse índice se deve à implantação do Prouni, do Fies Seguro e das cotas. Além disso, frisou que 77% dos homicídios de jovens por armas de fogo estão ligados diretamente à cor negra, daí a importância das audiências públicas que vêm sendo promovida pela FRENTE PARLAMENTAR, para discutir o genocídio da juventude negra em Pernambuco.

No entendimento do palestrante, esse mesmo debate precisa ser levado às escolas para que nas escolas se possa diminuir o preconceito racial, que nesse momento está sendo discutido, como nessas audiências se debate a necessidade de inclusão social, a necessidade de que se tenha uma sociedade mais tolerante, e essa mesma sociedade possa frear urgentemente o avanço do racismo. Daniel Finisola também destacou ser fundamental que a Câmara Municipal de Caruaru repense o seu posicionamento e legisle em nome do estado laico que existe no País.

Em nome da Secretaria Municipal de Participação Social, **Américo Rodrigues** disse que essa pauta trazida pela FRENTE PARLAMENTAR para ser debatida em Caruaru, apesar de ser tão importante, é desvalorizada pela sociedade. O palestrante lembrou, ainda, que Pernambuco é o segundo Estado onde mais matam jovens negros no País, e quando se trata de jovens brancos Pernambuco é o 24º no ranking nacional. De acordo com as estatísticas, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no País. Daí a importância dessa audiência pública, não só na Câmara Municipal, mas também nas comunidades de baixa renda.

Em nome do Sindicato dos Moto taxistas e do Movimento dos Sulanqueiros, **André Salgado** usou da palavra para dizer que o genocídio começa, não só na morte física das pessoas; ela se inicia na falta de estrutura das periferias, na falta de medicação de qualidade, na falta de um planejamento para que essa juventude negra e principalmente as crianças possam ter o direito de sonhar com um futuro melhor. Na avaliação do palestrante, antes de serem mortas nas ruas, essas crianças são assassinadas na sua dignidade. Quem conversar com as crianças da periferia, vai ver que muitas delas não conseguem mais nem sonhar; sonhar com um futuro melhor, porque elas vivem dentro de um mundo de violência, de abandono do Estado.

Assim, o Estado ele tem culpa na questão do genocídio, porque o racismo é muito grande e a prova desse racismo ser tão grande é que diante de um debate importante desse, onde se discute o assassinato de milhares de pessoas, não só no Brasil, mas no Estado de Pernambuco, em Caruaru, não se vê a presença do Comandante do 4º Batalhão de Polícia, que é uma entidade ligada, que reprime o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

crime lá no meio da rua. Também não se conta com nenhum representante da Polícia Civil. Dos 23 Vereadores da Câmara Municipal de Caruaru, não se conta com a participação de todos, porque na hora de pedirem votos, eles também contam com o voto do eleitor negro.

Em resumo, André Salgado disse ser preciso incomodar o Poder, porque se deixar o pessoal na zona de conforto, o quadro só tende a se agravar. O palestrante cobrou a presença dos candidatos a Prefeito de Caruaru, independente de quem seja, deveriam também estar participando do debate para tirar lições, escutar o que está acontecendo com o genocídio da juventude negra. Em seguida, sugeriu ao Deputado Bispo Ossesio Silva que leve ao Governador Paulo Câmara o pedido de socorro ao Polo de Confeções de Pernambuco. Em sua justificativa, o palestrante lembrou que esse Polo tem gerado emprego para muitas pessoas negras que não conseguem arrumar emprego formal, por conta do racismo e do preconceito racial. Na avaliação de André Salgado, Caruaru é uma cidade onde o preconceito racial é muito grande.

Em seguida, a Produtora Cultural **Ilza Trajano** elogiou a iniciativa da FRENTE PARLAMENTAR de trazer para Caruaru um debate sobre essa questão social tão grave que é o extermínio de jovens da população negra. Para a palestrante, o que se vê aqui não é só a questão do extermínio de jovens negros, portanto se faz necessário avaliar a questão da violência sexista e machista contra as mulheres e principalmente as mulheres de periferia e as mulheres negras dessa cidade e do País como um todo. Ilza Trajano salientou que os casos de violência que não são denunciados por falta de coragem pelas mulheres, representam um problema gravíssimo, e acrescentou que, diante de tanta violência, a população se cala por medo de denunciar seus agressores e isso também representa uma forma de extermínio.

A seguir, citou a questão das mulheres que são violentadas, muitas vezes mortas, mas na sua maioria não fazem parte das estatísticas. Na avaliação de Ilza Trajano, os casos silenciosos de mulheres que sofrem agressões nas ruas quando saem para trabalhar, quando estão em ponto de ônibus, quando têm medo de sair à noite por ruas mal iluminadas, também é uma forma de extermínio. Daí a necessidade de se fazer o debate de gênero, porque o debate de gênero não consta do currículo escolar. Os adolescentes e jovens homossexuais estão sendo exterminados lá fora e a sociedade fecha os olhos. Já na população negra, a mulher é exterminada porque é lavadeira, porque é doméstica, porque é dona de casa, porque não tem trabalho, porque não tem um homem ao seu lado.

Por fim, a palestrante levantou a necessidade de se debater também a questão do aborto porque a sociedade é hipócrita ao fazer de conta que o aborto



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

não existe. Agora lá fora, nesse momento, há milhares de meninas entre 12 e 15 anos fazendo aborto clandestino e sendo exterminadas nas mesas de clínicas clandestinas.

Último orador inscrito, o Secretário Municipal de Participação Social, **Leonardo Bulhões**, iniciou sua fala afirmando que em recente pesquisa de opinião pública, havia a seguinte pergunta: “Você é racista?”. Em resposta, mais de 90% dos entrevistados disseram que não. Já à pergunta seguinte - “Quantas pessoas você conhece que são racistas?” - Mais de 90% disseram que conheciam pessoas racistas. Então, daí se chega à conclusão de que o racismo está dentro de todos nós e a ninguém quer reconhecer essa forma de racismo, um racismo que precisa ser combatido a partir de cada um.

O Secretário lembrou, ainda, um estudo feito pela Universidade de São Paulo por um professor que se vestia de gari no período da tarde, de manhã ele fazia os estudos no laboratório e à tarde ele saía pelos corredores da universidade. E quando estava limpando os corredores, vestido de gari, nenhum dos seus colegas do laboratório falava com ele nem para dar boa tarde. Então, esse é um debate importante, porque a sociedade precisa dar visibilidade aos garis, aos profissionais de atividades marginalizadas, como é a limpeza pública, por exemplo.

Ao final de mais um debate em audiência pública, promovida pela FRENTE PARLAMENTAR, o Deputado Bispo Ossesio agradeceu a presença de todos e reafirmou que o objetivo dessa Frente é dar voz à população oprimida. É fazer com que a população, a sociedade civil, todos tenham espaço para falar, apresentar suas reivindicações. Em seguida, lembrou de estar a oito meses no exercício de seu mandato parlamentar, em oposição ao Governo do Estado, e ter criado esta Frente porque percebeu que o Governo do Estado não tem políticas públicas nem quer cumprir o que determina a Constituição do Estado, no tocante ao atendimento aos negros. Então, fez um pedido de informação ao Governo do Estado, para saber o que o Governo do Estado está fazendo em relação à população negra, no que se refere a recursos públicos para atender esta população.

Como resposta, o Governador respondeu claramente à FRENTE PARLAMENTAR, que não tem políticas públicas e nem recursos destinados a negros e pobres deste Estado. Em outras palavras: a população de jovens brancos, essa tem! Para o Deputado Bispo Ossesio Silva, é possível que a Frente de Combate ao Extermínio da Juventude Negra não consiga mudar essa realidade no Estado, mas vai incentivar a população a se manifestar, participar dessa luta que é de toda a sociedade. Por fim, convoco as lideranças comunitárias, líderes da sociedade civil, estudantes, trabalhadores a sair às ruas numa marcha contra o racismo, contra o extermínio da juventude negra. Uma marcha pacífica, sem atos de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

vandalismo ou violência, porque chegou à vez de o povo se unir mais, mostrar sua força no processo de mudança.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUDIÊNCIA PÚBLICA - CÂMARA MUNICIPAL OLINDA

Olinda – FRENTE DE COMBATE AO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA – AUDIENCIA CAMERA DOS VEREADORES DE OLINDA

A Frente de Combate ao Extermínio da Juventude Negra, da Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE), realizou no dia 16 de novembro, às 10h, a audiência pública na Câmara Municipal de Olinda. A Frente reuniu parlamentares, autoridades, movimentos sociais e a sociedade civil para discutir o combate ao preconceito, à discriminação e a violência, e aprofundar no âmbito legislativo, as políticas de combate ao extermínio da juventude negra na cidade.

O deputado Ossesio Silva (PRB) - Coordenador Geral da Frente, e mais cinco membros: A Deputada Teresa Leitão (PT), os Deputados: Professor Lupércio (SDD), Eduíno Brito (PHS), Edílson Silva (PSOL) e Joel da Harpa (PROS).

Vereador Marcelo Santa Cruz deu início a audiência:

(...) Convidando para fazer parte da mesa e dar andamento aos trabalhos: o Deputado Bispo Ossesio Silva - Coordenador Geral da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude negra, a Deputada Teresa Leitão Membro titular do Colegiado, Alisson Teixeira membro da Frente da Juventude Negra, Marta Almeida - Coordenadora da Igualdade Racial do Movimento Social da Criança e da Juventude, Maria Aurelina Barbosa nossa querida ‘Nesinha’ da ONG - Mães da Saudade e Matheus Lins - Coordenador da Juventude em Olinda.

(...) seguidos os ritos, Marcelo inicia seu pronunciamento:

...Eu acho que todos os que procuram essa audiência promovida pela FRENTE PARLAMENTAR sobre os crimes contra a Juventude Negra, nos remete a uma questão: devemos sempre exaltar uma iniciativa de fazer as audiências nas cidades como aqui em Olinda. É muito importante tendo em vista os índices de violência que é praticado aqui na nossa cidade, afirma Santa Cruz.

Em nossa periferia aqui mesmo na mesa nós estamos com uma mãe que perdeu o seu filho, fruto dessa violência, a nossa querida Nesinha, e como ele, outros jovens entre 16 a 29 anos, são eliminados inclusive das nossas periferias.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Olinda é uma cidade lamentavelmente que tem contribuído para o número alarmante de jovens negros mortos e noticiados nos periódicos. Que bom esta articulação desta Frente Parlamentar da Assembleia Legislativa e a nacional - CPI da Câmara e do Senado que tratam essa questão e ganham visibilidade internacional. Não é apenas uma preocupação da sociedade brasileira, mas de todo o mundo. E especialmente nós, olindenses que estamos na era da questão dos direitos humanos e hoje somos o centro desta pauta muito conservadora do país e isso nos tem causado preocupação. Por isso, verificam-se os avanços que houve nos últimos anos, por exemplo, a conciliação das coordenadorias de Igualdade racial e nacional do Brasil, começa realmente a dar visibilidade a essa questão, que tem causado um prejuízo étnica moral e causando preocupação internacional, tendo em vista que, já se trata de um verdadeiro genocídio praticado contra a juventude negra, argumenta Marcelo Santa Cruz.

Na pastoral da terra, a Juventude da Igreja Católica no seu último encontro, tratou-se no congresso, sobre os temas para a justiça - O Extermínio da Juventude Negra foi um tema muito debatido. Saíram várias propostas que se precisa colocar em prática. Por isso, saúdo a FRENTE PARLAMENTAR! Passo a apresentação do trabalho ao senhor Presidente da Frente, Deputado Bispo Ossesio Silva, concluiu Santa Cruz.

...Ao presidir os trabalhos, o Presidente da Frente, Ossesio Silva, afirmou: “Contamos com a orientação de uma pessoa que, tem bastante conhecimento de causa”: - eu a chamo de maneira muito carinhosa, costumando a dizer que: “é a branca mais negra que eu conheço”! Teresa Leitão. Quando eu falei a respeito dessa frente ela abraçou imediatamente a causa e disse vamos, nós precisamos disso, porque é preciso lutar. Não significa que vamos acabar com o extermínio, mas precisamos tomar medidas junto ao governo do estado. Trabalhamos profundamente nesta questão e queremos avançar e temos tido orientação muito boa, também de Marta que tem participado da implantação da FRENTE PARLAMENTAR, trazendo grande contribuição. Eu quero agradecer e cumprimentar, Teresa Leitão, a todas as mulheres e parabenizar a todos pelo “Outubro Rosa” que passou e a Allison pelo outubro novembro Azul.

(Teresa Leitão):

...Obrigada! Bom dia de novo, a todos e a todas, quero saudar a mesa em nome do deputado Ossesio Silva coordenador dessa frente e em nome do vereador Marcelo Santa Cruz que, acolheu a nossa solicitação e ninguém melhor do que Marcelo para acolher algo desta natureza. A representante do Governo do Estado: Marta Almeida representando, o secretário da Secretaria do Desenvolvimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Social, a Alison - coordenador do Fórum da Juventude Negra, de Olinda, Nesinha das Mães da Saudade e Matheus Lima, coordenador da Juventude de Olinda.

Essa frente como bem disse o deputado Bispo Ossesio, foi criada na Assembleia Legislativa mediante dados que nós recebemos do extermínio da Juventude Negra. A FRENTE PARLAMENTAR é um espaço onde focamos uma determinada matéria, um determinado assunto. A gente poderia discutir esse assunto na comissão de direitos humanos da Assembleia, mas a natureza dele é tão urgente e está vinculada a vida, que nós decidimos formar essa FRENTE PARLAMENTAR especificamente para debater esse tema. Ao longo da instalação, foi verificada por conta do que foi exposto por várias entidades da sociedade civil vinculadas ao movimento negro e a luta da Juventude nós tivemos na Assembleia Legislativa momentos muito importantes, não foi deputado Ossesio?

Primeiro nós Recebemos a CPI da Câmara dos Deputados já na sua fase final de elaboração do relatório, além dos dados estatísticos que foram todos compilados, tem uma questão de concepção, a questão de fundo muito importante que a CPI nacional assumiu: - “O que existe no Brasil de fato é um genocídio”. Por mais grave que isso seja não se trata só de assassinatos, é um genocídio, porque genocídio é quando o “Extermínio” é direcionado, ele tem um perfil próprio e o que foi verificado pelos dados levantados é que, esse perfil é muito bem desenhado. São nossos meninos, nossos jovens negros moradores da periferia e este, é o alvo principal, infelizmente e muitas vezes pelo próprio aparelho do Estado, por isso que é importante nessas audiências, temos a presença de representante do Estado. Marta e Mateus aqui no auditório - secretário de Olinda, o secretário de direitos humanos e a secretária-executiva, isso é importante porque a Frente como representa um poder, o poder legislativo, ela tem a obrigação também de analisar as políticas públicas que estão sendo desenvolvidas para se analisar criticamente se elas estão atendendo, se estão com recursos suficientes, quais são as perspectivas? Para que possamos encaminhar as próximas ações. Não é possível que paremos apenas estarecidos com os dados, são doloridos, drásticos, são graves, mas nós temos que trabalhar com eles.

A necessidade de dessecar esses dados para incidir sobre eles, fazer uma intervenção com apoio da sociedade civil que também é crítica e acompanhar essas questões, ao mesmo tempo, indicar para o governo, o que a Frente, a partir de suas escutas, suas análises conseguiu formular.

Outro momento importante foi a CPI do Senado coordenado pela Senadora Lídice Da Mata, cujo relator é o senador Humberto Costa daqui do nosso Estado. Um momento riquíssimo lá na Assembleia Legislativa onde se verificou a mesma situação com mais profundidade. Em outras palavras, mais que termina estas



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

políticas sendo mais vulnerável para atacar o problema, do que o fim. Por exemplo, a redução da maioria penal. Uma pessoa sabe para onde se deve se direcionar como o estatuto de desarmamento, aonde a gente sabe se direcionar. Então de fato nós temos que debater acostumar-se a focar aquilo com que ela se comunica em uma conjuntura atual e também em fazer ações municipais na cidade da região metropolitana. Por isso, fizemos a primeira audiência no município do cabo, como estamos fazendo aqui em Olinda, não precisa mais dizer por que, eu acho que a fala do nosso coordenador, ela indica uma necessidade de temos que fazer aqui em Olinda.

Os dados aqui, por ser uma cidade muito movimentada politicamente, muito das vezes, à frente do que se discute no cenário nacional.

Mais Amplamente, eu acho que as pessoas têm contribuindo com estes dados com uma participação do governo e da sociedade civil para que possamos levantar os elementos e os recursos necessários para Frente Parlamentar do Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco, oferecer uma parcela de contribuição para que nós possamos varrer do mapa, como o deputado Ossesio diz em sua mensagem: “É uma chaga que nos envergonha e muito dolorida, mas que nós temos que, varrê-la da nossa juventude”.

A cidade de Olinda está entre as 13 cidades mais violentas no índice dos crimes contra jovens negros, indicadas pelo Plano Juventude Viva do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Atualmente, o município possui cerca de 25% da sua população considerada jovem, com idade entre 15 e 29 anos.

A Deputada Teresa Leitão (PT), que requereu a audiência, destacou “a ausência de recursos específicos do Governo do Estado para combater às mortes de jovens negros”. A parlamentar lembrou também da ineficiência do Pacto pela Vida em Relação aos crimes ocorridos contra o segmento jovem, e a necessidade de reforço no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, o PPCAM.

(...) Abertura para fala dos convidados e demais membros da mesa:

A Educadora Aurelina Barbosa de Lima, integrante do projeto Mães da Saudade, ressaltou que, entre janeiro e agosto de 2015, 19 adolescentes foram assassinados em Olinda. Segundo ela, o Pacto pela Vida atua mais com repressão do que com prevenção. “O preconceito também é um dos fatores que ajuda a elevar a criminalidade entre os jovens”, pontuou.

Já o militante do Movimento Negro Unificado – MNUN, Vanderson Ferreira apontou mais uma razão para crescimento dos crimes: o modo como a mídia local



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

transmite as notícias sobre mortes de jovens afrodescendentes. “As reportagens exibidas nos programas policiais televisivos, em geral, não têm o mesmo tratamento das que envolvem pessoas brancas”, afirmou.

De acordo com o coordenador da Frente, o deputado Ossesio Silva (PRB), disse: - Olinda foi escolhida devido ao alto número de crimes desse tipo. “O Índice de Vulnerabilidade Juvenil, estudo publicado pelo Governo Federal em parceria com as Nações Unidas, classifica o município entre os cem mais vulneráveis do Brasil”, frisou.

Com a palavra: **Martinha** (Martinha coordenadora da Coordenadoria da Igualdade racial de Pernambuco). Secretária da Criança e Juventude.

...Bom dia saudações quilombolas, benção para quem é de benção saúdo Lina e todas as mães, mulheres negras.

O racismo, este que discutimos hoje, é institucional, não consegue sequer perceber os gestores pretos e pretas, nem o machismo, a homofobia que adentram as estruturas de nossa sociedade, e é com esse racismo institucional que nós vivemos diariamente. Estamos tentando fazer o fortalecimento institucional de uma sociedade civil organizada ante o protagonismo desta Juventude tão estigmatizada.

Novas estruturas estão sendo criadas a partir de demandas históricas, não só do povo negro, não só gestores municipais da política da Igualdade racial, mais também o que nós chamamos de secretarias afins, como aquelas secretarias estaduais como Direitos Humanos, Secretaria da Mulher e da Juventude. Criar um centro de referência de Olinda para este serviço como também fazer com parcerias uma casa de juventude para fazer o atendimento interiorizado coordenado pela Coordenadoria da Igualdade Racial de Pernambuco, do governo Paulo Câmara que é a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social da Criança e Juventude. Deixo os telefones para contato e a semana da Juventude Negra e os povos e as comunidades: 3183-3042 e da Ouvidoria da secretaria 0800-814 -4421

... Coordenador da Juventude Negra Alisson, saúda a todos: Bom dia a todas e todas quero agradecer o convite da frente de extermínio para contribuir com debates, Início a fala trazendo também um reflexo sobre uma naturalização não é da morte de negros e negras no Mundo no Brasil em Pernambuco Desde a partir de janeiro deste ano, uma questão de uma matéria em uma denúncia feita por vários meios de comunicação sobre uma chacina na Nigéria Onde um ataque terrorista a mais de duas mil pessoas jovens em uma universidade foram assassinados e uma pessoa não viu nenhum meio de comunicação Nenhum ato de solidariedade a essa Juventude é esse povo no qual morrem diariamente no nosso mundo. Diariamente a gente com uma pessoa que conta com uma morte de jovens negros que não tem o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

mesmo peso do que qualquer outro jovem Branco foi assassinado no Brasil também e nas mãos, compara Alison.

A TV Globo só mostra alguma morte de jovem negro quando é dos Estados Unidos, porque no Brasil é comum matar Preto. Eu venho de onde eu falo como jovem, posso até dizer que sou um sobrevivente do sistema, desse genocídio que é direcionado, porque esse grupo é o que mais morre - jovens negros da Periferia, 70% são jovens e de 70% ou 90% são jovens negros em uma época em que a polícia funciona bem para a gente da população negra. A gente discute uma inserção econômica para uma juventude Negra e veja uma pessoa para discutir hoje os avanços, temos que discutir o retrocesso. Assim precisamos hoje, discutir a permanência desta Juventude em uma universidade. Ouve entre 2002 a 2010 um aumento de 23% dos jovens negros nas universidades, é um avanço, o que se precisa discutir, é uma nova agenda política para uma juventude negra e o que precisamos avançar aqui em de Pernambuco Deputado, é, como destacou Mateus da Coordenadoria de Juventude é, colocarmos políticas que efetivam o empoderamento da Juventude Negra, obrigado!

...Deputado Ossesio em resposta a explanação de Alison, argumenta:

- Nós estamos em um país em que nós estamos trabalhando em um projeto com uma política pública voltada para este assunto Alisson, em 12 de junho o governador respondeu neste Tom de resposta do governador Paulo Câmara que não haveria verba destinada para este fim, reposta ao pedido de Vista quanto aos recursos orçamentário previsto na Lei Orçamentária anualmente destinada à segurança pública visando ao combate dos Crimes Violentos Letais Intencionais e ao Patrimônio com o objetivo do alcance das metas estabelecidas no primeiro plano de segurança do Estado de Pernambuco dominado o Pacto pela Vida, você está cobrando, nós também estamos. Eu quero agradecer você por dá força a essa FRENTE PARLAMENTAR. Nós implantaremos no sentido de buscar amenizar e encontrar uma forma de fazer alguma coisa para chamar atenção do governo, mas precisamos que todos estejam Unidos.

Aurelina coordenadora do GTA SC, Mães da Saudade atendido o que é protegido e o salvação Assim que isto é um descanso sim muito grande acho porta de entrada para esse projeto é o ministério público o Conselho Tutelar e Vara da Infância então como que diz conexão é assim que descaso é Esse que foram assassinados até agosto 19 adolescência não é isso que você vai lá que de Olinda não é o Centro da Juventude que funciona até abril desde 2010 e foi implantada em 2012 uma proposta, mas desde Abril que está fechado, é um verdadeiro descanso muito grande acho que a porta de entrada para esse projeto é o ministério público o Conselho Tutelar e Vara da Infância e da Juventude. Afirma Aline. A quarta-feira,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

amanhã à noite a noite é uma criança machuca com tábua e fica com febre, tem que ir para Upa, não tendo vaga, lá vai para uma Policlínica do Recife e é outro descaso total. Agora mesmo quando aqui estava, observei uma mãe saindo, uma agente que estava com uma criança machucada no braço e teve que levá-lo para uma Policlínica, é triste. Observe Deputado, secretarias, vereadores: Uma Olinda sem uma clínica geral, que é um fato sabido - o problema que tem uma pessoa e as causas, e o que é que a gente tem tudo que está aqui em Olinda e não se toma providências mais urgentes? Precisamos de atitude e não vemos nenhuma ação? Que vejamos o resultado, o que podemos fazer para fortalecer o grupo? Desculpe o desabafo. Parabéns!

...Em seguida pronunciou-se o Deputado Professor Lupércio:

Gostaria de usar o presente e declarar a minha satisfação de estar aqui nesta manhã, na cidade onde nasci, nesta casa que faz parte de você, faz parte de minha história. Uma satisfação que só não é tão grande, quanto o tema é triste vergonhoso, inaceitável. Quando fui convidado pelo bispo e deputado Ossesio para fazer parte da frente, senti a mesma satisfação quando criei a FRENTE PARLAMENTAR contra o crack e outras drogas. Nós dois acabamos trabalhando com o público que se sobrepõe: jovens negros que estão sendo assassinados de forma reiterada, muito e muitas vezes, esses assassinatos, estão relacionados ao tráfico e o consumo de drogas. As mortes na Juventude são notadamente tristes, porque são pessoas que ainda têm uma vida inteira pela frente. Trabalho na área de reabilitação de dependentes químicos e tive a felicidade de ver muitos jovens negros construindo uma nova história, esses jovens tiveram uma oportunidade e souberam aproveitar. Gostaria de salientar neste ponto a importância e o poder evidente da educação em igualdade de tratamento também não há uso das drogas como também nas mortes prematuras dos seus filhos. Também eu gostaria de ressaltar a importância de políticas públicas voltadas para o movimento de cuidados de saúde. Já fiz parte dessa Juventude, inclusive morei na periferia e passando por situações de discriminação e preconceito. Declaro que o poder público precisa se responsabilizar sobre uma enorme quantidade de jovens negros assassinados em nosso Estado e aí eu faço uma indagação? Porque em Pernambuco o número de assassinatos entre jovens negros é 12 vezes maior em relação a outras raças? Eu deixo essa indagação aqui: Por que o nosso estado é o que apresenta o maior número de assassinatos de jovens negros, dar-se-ia uma resposta a esta pergunta? Por isso Pernambuco, a criação da FRENTE PARLAMENTAR e também aos outros não poderia ser diferente. Uma pergunta precisa ser respondida: devemos tomar providência em relação ao que vem causando essa matança. Ratifico, acreditamos em uma resolução dessa questão de Pernambuco para a criação da FRENTE PARLAMENTAR e também aos vereadores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Agradeço a esta casa por acolher esse encontro, espero contribuir trazendo minha experiência na área de reabilitação de dependentes químicos e como cidadão também.

Obrigado pela atenção de todos! Agradeceu, Lupércio.

Adeildo Araújo Leite MM1

...Mateus Lins Coordenador da Juventude da Cidade de Olinda.

Nessa atividade durante o período da manhã em nome da deputada estadual Teresa Leitão, quero cumprimentar aos militantes do movimento negro e outros presentes aqui a essa reunião. Para uma pessoa tratar sobre um tema tão importante que nunca teve o valor devido em nosso país. É necessário primeiro resgataremos a nossa história e enfrentar as contradições impostas por ela. Hoje aconteceu por fatos históricos que relegaram a maior parte da população negra do nosso país, a um papel secundário na construção da história do estado brasileiro. O que é uma grande mentira e verdadeira contradição: Que os negros nunca foram pessoas pacíficas e aceitaram seu jugo, muito pelo contrário, em toda a história brasileira nós vemos uma marca de negros e negros, que combateram a opressão e que lutaram pelo desenvolvimento de seu país. Os problemas atuais elas são marcas de seus processos que a gente não presta conta à sociedade brasileira. Vemos uma sociedade que não costuma reconhecer seu passado para construir e fazer o seu futuro. Estas marcas são do período de escravidão, não é uma pessoa que fala para os nossos negros, mas preferimos abrir o mercado assalariado para uma população, é um processo de branquear a nossa população. São contradições históricas que a gente costuma não debater na escola e o que deve ser usado na esfera pública, ela está em todas as consequências para os dias atuais. Acho que o termo usado é genocídio, mas é muito silencioso, final não conseguimos perceber quando o nosso amigo Alisson falou aqui e é uma grande realidade, não é o fato de ser menor, mas é muito fácil agente se chocar com o atentado terrorista acontecido na França onde 129 pessoas morreram! É sim digno de ato de consternação e solidariedade! Mas um dia antes as vítimas de mais um atentado violento de um grupo terrorista chamado Boko-Haram lá na Nigéria, morreram 240 jovens de universidade e essa invisibilidade Negra internacional faz o que? Faz a gente colocar que umas “vidas”, são mais importantes em detrimento de outras. Isto só prova uma coisa: Esta é uma luta que não é brasileira, é internacional, mas é aqui que nós, do nosso país temos algumas coisas para contar e não há perspectivas de mudança. Essa Juventude ficou durante muito tempo a margem do processo político e das políticas públicas praticadas pelo estado.

Costumo dizer em debate, é que durante muito tempo o Brasil colocou apenas duas políticas públicas para juventude negra: A primeira delas era uma



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

escola que não ensinava a sua cultura de péssima qualidade que não é uma perspectiva de futuro. E outra é uma polícia repressora e violenta que serve ao racismo institucional, que nós temos e que já vivemos hoje no nosso país. É muito fácil à gente encarar o debate aqui e dizer que são marcas históricas e que não é preciso ajudar a superá-las. O movimento precisa entender que a comunidade é onde se faz o trabalho de conscientização e de organização, onde se concentra a grande massa, que, pouco a pouco, esta sendo exterminada de seu país. Como já foi dito aqui também, lembrando a fala de algum companheiro de movimento social do governo em nossa mesa, a nossa mídia costuma dá pouco significado para aquilo que é importante para a nossa sociedade. Costuma dar destaque aquelas coisas que não são tão importantes.

Passamos por alguns períodos de mudanças significativas com relação à população negra do nosso país, basta dizer que nessa última década, o Brasil saiu da lista vergonhosa de pessoas que viviam a baixa da linha de pobreza.

Temos que nos unificar e lutar, em outras palavras, termina as políticas sendo mais vulnerável para atacar o problema do que o fim, ou seja, alteração da redução da maioria penal? Sabemos para onde se deve se direcionar, e não é defender alterações no estatuto do desarmamento a gente sabe para onde se direciona então de fato nós temos que debater.

Acho que devemos sim, contribuir com esses dados, com a participação do governo, da sociedade civil para que possamos levantar elementos suficientes e necessários à “FRENTE PARLAMENTAR do Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco”. Oferecer uma parcela de contribuição para que nós possamos varrer do mapa como disse o Deputado Ossesio: “É uma chaga que nos envergonha e é muito dolorida”, mas que nós temos que investir sobre ela para que a nossa juventude negra de maneira especial, tenham direito à cidadania plena e a inserção em todas as políticas públicas e Cidadania de direito e de felicidade muito obrigada senhor presidente, finaliza...

O Coordenador da Juventude da Prefeitura de Olinda, Mateus cumprimentou a todos da mesa em nome do deputado Ossesio Silva Coordenador Geral da FRENTE PARLAMENTAR que instala seus trabalhos hoje em Olinda, em nome da dona Aurelina, e cumprimentou todos os jovens que estão aqui presentes nessa atividade durante o período da manhã e a deputada estadual Teresa Leitão.

Educadora Aurelina Barbosa – Projeto Mães da Saudade...

...Fatos previstos na lei orçamentária anual são considerados exclusivamente a segurança pública nos âmbitos de combate aos crimes violentos letais intencionais quanto o patrimônio objetivando o alcance das metas estabelecidas no primeiro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

plano estadual de segurança do Estado Pernambuco, denominado: PACTO PELA VIDA. Quero colaborar: “Não existe, essa foi a resposta com vistas ao pedido de informação ao Governador Paulo Câmara”: Não existe política nesse sentido. Realmente eu quero agradecer pela força a essa FRENTE PARLAMENTAR que nós implantamos no sentido de buscar amenizar e encontrar uma forma de fazer alguma coisa para chamar atenção do governo. Agora precisamos que todos nós estejamos unidos neste sentido, diz Ossesio.

Próxima participante Aline Barbosa coordenadora do GTA Mães da Saudade: - Bom dia! Assim como disse Maranhão, eu conto história para criança, como é difícil contar uma história para criança e definir ela o que é real ou não. Vou contar só um pontinho para vocês, isso não é fato, é real, a violência. É um verdadeiro descaso no nosso país. Aqui em Olinda, vou retratar um pouco pelo menos sei por que as informações vêm por etapa é o que temos é um pouquinho aqui, um pouquinho dos fatos acolá para refletirmos: “Um menino estava carregando um homem muito grande e pesado nas costas”. Todos olhavam e alguém do povo perguntou: - É muito pesado e muito grande este homem para carregá-lo sendo você tão pequeno! Não te importas? O menino sem titubear, responde: Ele é grande e pesado sim, mas é meu irmão!

Então é isso que eu digo para mesa, é nosso irmão, é meu irmão, sou eu, pretos e brancos, não a violação Direitos Humanos. Mais é isso que quero dizer: Está pesado, mas é o nosso irmão!

Somos convidados a participar dessa CPI que vem lá do Japão ou daqui, no fórum, no Ministério Público, mas as suas crianças, quero chamar a atenção do pessoal da polícia, do comando que é responsável pela segurança e daí a gente foi há um mês e várias vezes no fórum de Olinda: Pasmem: 19 adolescentes assassinados, isso estremece nós educadores que trabalhamos a questão da prevenção. Há mais de vinte e poucos anos estou aqui no bairro, como é fato todo mundo já conhece, 19 adolescentes não contabilizaram. Os dados não nos mostraram, mas só adolescente de 12 anos, antes de 18 anos completo. Esse ano de janeiro a agosto foi assassinados 19 jovens. É um descaso sim, muito grande, e as portas de entrada para esse projeto são: o ministério público, o conselho tutelar e a Vara da Infância.

Nessa atividade durante o período da manhã e nome da deputada estadual Teresa Leitão, queria cumprimentar os militantes do movimento negro e demais presentes aqui a essa reunião, para tratarmos sobre um tema tão importante que nunca teve a importância devida no nosso país.

É necessário primeiro fazermos um resgate da nossa história e enfrentar as contradições impostas por elas, então tudo que a gente vive hoje aconteceu por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

fatos históricos que relegaram a maioria da nossa população, a população negra do nosso país a um papel secundário na construção da história do nosso estado Brasileiro. O que é uma grande mentira e uma verdadeira contradição, que os negros nunca foram pessoas pacíficas e que aceitaram seu jugo, muito pelo contrário durante toda a história brasileira nós vamos ter a marca de negros e negros que combateram a opressão e que lutaram pelo desenvolvimento e fortalecimento do nosso país. Os problemas atuais são marcas desses processos históricos que não se presta conta na sociedade brasileira, vemos uma sociedade que costuma não reconhecer o seu passado para poder desenvolver e construir o seu futuro, essas marcas são do período da escravidão no qual a gente ao invés de dar direitos efetivos para os nossos negros, preferimos abrir o mercado assalariado para uma população europeia, no processo de tentar branquear nossa população.

São essas contradições históricas que a gente costuma não debater na escola e na esfera pública, e que nos traz essas consequências para os dias atuais. Então nós vivemos na realidade, ou melhor, eu acho que termo a ser usado é um genocídio, mas é um genocídio muito silencioso, afinal não conseguimos perceber “ele”, quando o nosso amigo Alisson falou: Essa é uma grande realidade não que o fato seja menor, mas é muito fácil nos chocarmos com o atentado terrorista acontecido na França, onde 129 pessoas morreram um ato hediondo, provocou muita consternação e solidariedade, mas que um dia antes, centenas de vítimas de mais um atentado Violento de um grupo terrorista chamado Boko-Haram, lá na Nigéria morreram 240 jovens de universidade e essa invisibilidade Negra internacional faça o que a gente coloca que umas vidas são mais importantes em detrimento de outras.

Então essa é uma luta que não é só brasileira, é internacional, mas aqui em nosso país nós temos algumas coisas para contar e não temos algumas perspectivas de mudança para essa Juventude Negra e essa Negritude bonita do nosso Brasil.

Ela ficou durante muito tempo a margem do processo político e das políticas públicas praticadas pelo estado, seja, como costume dizer em debate, que a gente faz acordar essa juventude que durante muito tempo o Brasil colocou apenas duas políticas públicas para juventude negra e para o negro no território nacional: A primeira delas era uma escola que ensinava a sua cultura de péssima qualidade que não lhe dava uma perspectiva de futuro e a outra é uma polícia repressora e violenta que ajuda esse racismo institucional que nós temos e permanece hoje no nosso país.

É muito fácil à gente encarar o debate aqui e poder dizer que essas são marcas históricas e que precisamos ajudar a superá-las, de maneira que o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

movimento negro precisa assim se unificar e si fortalecer. Precisa estar na comunidade para poder fazer o trabalho de conscientização e de organização dessa grande massa, que está sendo aos poucos, eliminada do nosso país. Investir dinheiro em projetos que vão salvar a vida da maioria da nossa população. Para finalizar, quero dizer que temos que nos unir. Ficar agora nesse retrocesso que também já foi colocada aqui na nossa mesa que é uma pauta que pode ter desaparecido do noticiário, mas que ela tá muito próximo da sua concretização que a redução da maioria penal que além de não resolver problema nenhum no Brasil ainda vai agravar um grave problema que ela encarceramento da Juventude negra do nosso país que vai ter agora mais delineadamente esses dois caminhos ou é o cemitério ou é a cadeia nós achamos que tem que ter outro caminho é o caminho da política pública e política pública que visa a ser feita com foco para nossa juventude.

Então queria em nome da Prefeitura Municipal de Olinda, parabenizar a Frente Parlamentar de combate ao Extermínio da Juventude Negra e colocarmos nossa total disponibilidade para estar dialogando, conversando e ajudando a construir as políticas públicas. Obrigado.

(...) Com a palavra, **Humberto de Jesus secretário de Desenvolvimento Social e direitos humanos** após cumprimentar a todos parabenizou a iniciativa de estar em trazendo para Olinda esse importante debate no âmbito estadual, a situação do genocídio da Juventude Negra. Destacou: - As pessoas que antecederam aqui deixam nítido para gente, que essa violência tem: cor e tem classe social. Nós vamos fazer um debate aqui, do que está estabelecido para a gente chegar à situação que nós chegamos, é um processo histórico e cultural, e que tem tido é um retrocesso enorme no último período, que é o racismo, preconceito e intolerância. Basta ver que hoje nós temos talvez o Congresso Nacional mais conservador da história democrática e republicana do Brasil, é uma violência contra a juventude Negra. Por exemplo, quando se coloca em Pauta a redução da maioria penal, uma violência o que nós temos visto nas redes sociais no que se diz respeito a tentar desconstruir o processo que agente iniciou nos primeiros meses de 2003, as políticas de ações afirmativas, para garantir uma reparação histórica – “Estabelecimento de Cotas” para negros e negras nas Universidades, por exemplo.

O negro hoje por muita insistência e muita luta, ocupa um espaço que até pouco tempo atrás, era reservado única e exclusivamente, para elite desse país, para juventude branca e bem-nascida e parte deles, não suportam isso. Vemos isso todos os dias, quando se levantam vozes a favor da redução da maioria penal. A região metropolitana, Olinda neste contexto, tenha chegado nessa situação de violência e intolerância racial infelizmente. Isso aqui, não é luta política, é um alerta



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

da necessidade que todos nós, vocês parlamentares, nós gestores públicos e a sociedade civil organizada, temos que nos unir para fazer um debate sincero.

Todos nós sabemos que o Brasil passa por uma série de dificuldades pelo fato de estar inserido numa crise econômica mundial, o que fez com que uma série de custos, fosse revisto para que pudéssemos atravessar a crise. O importante Presidente Ossesio, é que estabelecemos aqui em minha opinião, como um dos pilares dessa audiência: “Que o governo do estado não pode considerar o que se diz respeito a investimentos para garantir a sobrevivência da juventude, ser considerado custo ou gasto desnecessário” para garantir a esse jovem que ultrapasse a barreira dos 17, 18 anos, isto é, você vai morrer na flor da idade e é isso que tem ocorrido hoje, por exemplo, pasmem: nós não temos uma política estadual para assegurar a sobrevivência dos jovens que estejam ameaçados de morte por conta do tráfico de drogas e eu estou dizendo aqui, adolescentes de 12, 13, 14 anos.

O Ministério Público tem feito um papel importante no sentido de obrigar os municípios a garantir o acolhimento desses adolescentes. Por parte do estado e federal com a logística para que se possa assegurar a este adolescente seja conduzido com segurança. É um processo debatido, conversava com secretário Isaltino a respeito disso.

...Vanderson Ferreira MNUN.

...Quero dizer que essa aqui não tem que ser uma ação do mês da “Consciência Negra”, porque temos 320 anos de história da morte de Zumbi e, no entanto, o que os caras falam é que não tem dinheiro para fazer uma atividade. Amanhã será o grande dia do grito de Bernardo Vieira de Melo, aí dizem que o dinheiro que vai fazer esse dia vem da secretaria de educação, mas, o município deveria de ter vontade de implementar a lei 10.639 nas escolas. Teríamos dinheiro também da educação para fazer homenagem a Zumbi dos Palmares. Lembro que no dia 10 dezembro secretário, quando estávamos na eleição para o conselho de direitos humanos, o secretário falou que o jovem que está lá no alto ele tem que ter os mesmos direitos do jovem que está lá no bairro Novo. Lembro-me de uma obra que não foi concluída neste município que é de 2004 do governo Lula, que a primeira área de lazer aqui bem do lado da Câmara Municipal, Marcelo, por onde os vereadores dessa cidade passam todos os dias. Essa obra iria acabar com os conflitos entre as comunidades porque o menino da Ilha do Maruim, do V8, de peixinho participaria do mesmo espaço. Seria a primeira área de lazer do município e até hoje ela não foi concluída. Falta de dinheiro? Não, porque Lula deixou o dinheiro, é porque não foi concluída? Fazemos um trabalho diário na praia: o jovem tem que sair de peixinhos e ir até a praia do Bairro Novo e no caminho é abordado pela polícia, porque ele está no lugar que não pode estar que é a Rua, a Rua do



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Povo, a Rua de todo Mundo. A mesma coisa é quando a gente ocupa as ruas da cidade de Olinda a gente não pode ir para o Carmo, porque a polícia acha que a gente ocupa o espaço. Hoje estar no espaço "a gente é visto como eu posso dizer: suspeito de que a gente fez o que a gente passou 400 anos apanhando de vocês sendo escravizados" E quando a gente pediu para entrar pela porta da frente da casa grande, vocês dizem que a somos suspeitos. Precisamos cobrar mais por que os caras que estão lá no poder que é da nossa cor ainda não estão garantindo nossos direitos, muitos ainda estão fazendo o papel de Capitão do Mato, eu falo como, jovem negro e gay de comunidades tradicionais de terreiro que não tem minha religião, o estado de Pernambuco está dando por seção todos os dias para televisão e tem um cara lá, com muito respeito, ao Bispo Ossesio que é diferenciado, é um cara que participa com a gente, com muito respeito a ele, tem a religião dele, mas ele sabe dividir. Tem um louco dizendo que os gays, não vão ter seu direito garantido, que o povo de terreiro, não tem que ter o seu direito garantido. E o estado coopera com isso quando, permitem que a TV mostre um jovem negro sendo assassinado em pleno canal, na comunidade de Peixinhos! Marcelo Santa Cruz?

O jovem negro é assassinado pela polícia aqui bem pertinho, cadê a Comissão de Direitos Humanos dessa casa, que não estão aqui? Temos dois vereadores hoje aqui na Frente, cadê o restante? Estão, onde os caras estão? Estão recebendo para que o município decida se vai dar um Título de Cidadão é um cara que nunca vem nessa cidade? Mas quero dizer que, nós temos que pensar o que nós queremos quem vem à nossa porta. Será a porta de entrada para alguém reunir com nosso povo e pedir nosso voto. Elegemos e as garantias? Será um Capitão de mato, querendo nos escravizar novamente? A nossa Juventude Negra precisa refletir. Nada que os caras estão garantindo é dado de mão beijada, alguém brigou por isso, só 320 anos da morte de zumbi. Em 515 anos esse pessoal até agora não consegue entender e chama a gente para a rua, a gente foi para a rua em 1888, quando você assinou uma falsa abolição e disse que o povo estava livre nesse dia da Senzala e não iremos voltar nunca mais.

...Fernanda Alves - GCASC.

Jovens foram assassinados na comunidade, fora os que não lembramos nas estatísticas, nos cartazes. Ali não está o nome de ninguém de outro lugar, é de lá de onde eu moro, são meus primos, prima, amigos, pessoas que fizeram atividade comigo lá no grupo e que não tem a mesma oportunidade, que eu estou tendo agora, estar aqui reivindicando, a gente não pode esquecer-se de quem já foi. Não podem virar só números. Estou cansada de ver na televisão todos os dias, de ser discriminada e fora outras coisas mais que acontecem quando na hora do almoço a ligamos a televisão, e o que está passando? O Cardinot – “o homem da Verdade”!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Que verdade é essa? Eu quero saber qual é a verdade é acredito que precisamos nos unir para que isso acabe pela família. Vejo muitos assassinatos, desde quando tem que passar assassinato na hora do almoço para as crianças assistirem? Para que é isso? Lembrar Nenzinha e as outras mães que não puderam vir segunda-feira, por que tem outras Mães Saudade que poderiam estar aqui e não podem por seus entes estão ali na Tv?

Elisângela Maranhão substituiu Aldenize Bernardo - Peixinhos

Pesquisamos 226 pessoas, mães que perderam filhos assassinados, infelizmente percebeu-se que o equipamento social está desarticulado em relação a essa problemática. Isso é uma vertente e outra coisa é que esses meninos que morreram, a maioria desistiu da escola; Não Concluíram se quer o “Ensino Fundamental”! Então a educação é um problema, “um grande problema”! Outra coisa é que as mães estão presas, encarceradas, a maioria delas, que têm filhos que foram assassinados, são vítimas em casa devido ao medo. A crueldade da violência do extermínio é perversa e é na periferia, na favela da Xuxa, Beira-rio, Giriquiti que acontecem esse extermínio! Então acho que o poder público, municipal, estadual e a União devem se preocupar com isso, como se fossem seus filhos, porque uma dor de perder filhos assassinados é muito cruel, é uma dor que uma “mãe da Saudade” jamais esquece.

Vemos o projeto do estado, o chamado: “PACTO PELA VIDA”, investir pesadamente na repressão, nos concursos para polícia, mais viaturas alugadas, mas cadê o investimento na prevenção? Não estou dizendo que não exista, mas a comunidade da Periferia precisa ser ouvida e a gente precisa ver a origem do problema que está lá. Essas pessoas, esses jovens, adolescentes estão com se fossem entrar num campo de concentração, parece um lugar abandonado. Então esses meninos ficam apáticos e o que resta para eles? O tráfico de drogas, o mundo do crime. A vida deles, muitas vezes, não tem valor nenhum, porque também provocam violência. Eles são mais vítimas ainda dessa violência desenfreada e perversa por que mantém um círculo vicioso e propicio para os barões do poder, tirarem proveito dessa situação, pois não querem deixar de senhores de engenho, do gigante engenho chamado Brasil.

Escutar a comunidade, conhecer de perto o perfil dessas pessoas, não adianta fazer projetos mirabolantes. Projetos que vem do Governo Federal para cá que não funcionam (Nascedouro) em Peixinhos, pois se precisa utilizar esse recurso com mais eficiência para que possamos conseguir salvar a vida desses meninos. Agora em algum momento, aqui em Olinda, hoje ou ontem, de madrugada se matou alguém. Isso está ligado ao problema exclusão social. Então essas políticas têm que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

existirem realmente, um plano de médio e longo prazo, ser mais contundente. Obrigada!

...Davi da Visão Mundial do MJPOP. ... É muito difícil de trabalhar, principalmente para quem está na Câmara Municipal? Não! É no governo do estado? Não! E na comunidade.

Queria ressaltar uma coisa: infelizmente não tem representante da Secretaria de Segurança Pública, gostaria que tivesse uma pessoa aqui para dialogar conosco, porque é um tema extremamente importante, não só para a Secretaria de Segurança Pública, mas Educação, Saúde e outras.

Desde 2012, nós estamos com uma PL (Projeto de Lei) no Congresso chamada 4471/12 que é o controverso “Auto Resistência”. Para quem não sabe o que é isso, é a violação do Direito da Criança e do Adolescente, por parte de policiais. Não estou aqui para dizer que a gente vai ficar contra os policiais, mas a 4471/12 é para que todo tipo de abuso da Polícia Militar seja investigado e não engavetado, como é hoje. Nós que moramos na Periferia, nas favelas, sofremos muito com isso. Quem aqui nunca presenciou o abuso de autoridade por parte da polícia? Quem aqui nunca foi humilhado na comunidade? Sabemos que isso, é apenas um projeto de Lei, mas se isso for aprovado, vai ajudar a mudar essa situação que há hoje na nossa cidade e no nosso país. Muito obrigado! Davi Araújo.

(...) Adeildo - Conselheiro Nacional do Conselho da promoção da Igualdade racial:

- Bom dia! Estou representando o movimento Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Gostaria de dizer que é muito importante esse momento aqui em Olinda. Estamos passando pelo momento de muita dificuldade política na conjuntura nacional, e isto reflete nas demais esferas: estadual e municipal.

O Conselho Nacional ao qual me dedico à comissão de ações afirmativas, estamos no processo de perceber que todos os direitos conquistados, o Congresso conservador que hoje se encontra, estão querendo tirar. Não é fácil a gente perceber que em questões da Juventude Negra, titulação das terras dos quilombos, a questão da liberdade religiosa e tantas outras é o ponto central de uma discussão da América Latina sobre a questão da Igualdade racial. O Brasil é hoje a nível mundial o país que tem condições através da CPI e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, de dar o norte político no combate às desigualdades raciais. Importantíssimo, nós temos também que avançar como gostaríamos na Lei 10.639 que é Central para a população negra.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

O Conselho Nacional bateu forte na marcha das mulheres negras, defendemos que o governo federal tem a obrigação histórica de ter uma atenção à Juventude Negra, especialmente as mulheres negras. A marcha é um divisor de águas, porque o que fazem com as mulheres negras e descaracterizadas do processo de cultura africana, que para nós é o centro filosófico. Obrigado!

(...) **Registro as presenças** de Tiago Nagô embaixador da cultura afrodescendente Brigada Civil de Proteção e Promoção Cultural a Pessoa.

Eliana Cavalcanti - Secretária Executiva da Mulher e dos Direitos Humanos, a próxima palestrante (tempo de 3 minutos):

...Saúdo a mesa na pessoa do bispo Ossesio que está à frente desse Colegiado, nossa deputada estadual Teresa Leitão que com muita sabedoria e competência agrega não só na sua trajetória política, mas as temáticas que diz relação às questões de direitos humanos é o nosso Deputado Professor Lupércio, nossa querida companheira de muitas lutas, de longos anos da comunidade de Peixinhos: Aurelina com qual carinhosamente eu chamo Nesinha é o nosso querido Mateus, Nosso Vereador Santa Cruz, de Martinha e Alisson. Acho que é muito positivo esse momento para que nós possamos está debatendo, discutindo uma temática que é muito raro para nós povo brasileiro que é a questão do genocídio da população negra. Quando se ouve um resultado do Governo do Estado uma resposta de que: “não há recurso para implantação de políticas públicas para população negra”, isso me faz refletir e que ele está colocado enquanto política apenas no papel, mas não tem nenhum compromisso de execução de política pública para essa temática. Então isso é muito sério! Eu acho que os movimentos sociais se dão conta de que toda luta e todo avanço, todas as conquistas, podem se perder. Começar a exercer essa Luta, em busca de políticas públicas reais, ela não está apenas no papel, mas ela precisa ter lugar no orçamento. Não podemos elaborar políticas públicas, se nós não pensarmos nessa gente. Temos avançado aqui em Olinda, que evoluiu pouco, mas tivemos alguns avanços significativos e verdade! Porém precisamos avançar muito mais. Temos aqui a coordenadoria de negros e negras que foi o início, lembrada aqui pelo coordenador Adeildo Araújo que a partir da Coordenadoria, pode-se realizar algumas conferências. Podemos agora criar o CONSELHO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.

Queria chamar atenção de todos os companheiros, que nós estamos no dia 20, iniciando os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra mulher. Como fazemos todos os anos, iniciaremos lembrando os 320 anos de zumbi, que será um ato no Largo da Praça Nossa Senhora dos Homens Pretos, na Rua Alta do Rosário Bonsucesso em Olinda. Todos estão convidados a partir das 08h00min. estejam lá. Creio que é o momento do Movimento se fazer presente, para que possamos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

anunciar e denunciar também essas questões que estão sendo colocadas aqui. Parabenizo a COMISSÃO PARLAMENTAR e também os Movimentos Sociais aqui, saúdo a Vanderson, ele faz parte do CONSELHO DOS DIREITOS HUMANOS de Olinda. Acredito que são dessas pessoas desses Movimentos, que nós precisamos, para que, possamos avançar mais, assim como, de políticas públicas para a sociedade brasileira como todo, muito obrigado!

...**Vereador Fernando MJ:** - Parabéns à FRENTE PARLAMENTAR, aos deputados presentes, ao Zezinho, Doutora Teresa Leitão, nosso camarada e ex-vereador que deixou esta casa - Deputado Lupércio, este baluarte aqui desta casa, Marcelo Santa Cruz que muita sabedoria fez o movimento dessa audiência e a todos que estão aqui na mesa: Nesinha, Adson, a minha “pretinha” ali, Alisson, Adeildo que faz movimento aqui na cidade de Olinda. Enfim a todos os movimentos sociais presentes, ex-vereador Jorge Prestamista, ao nosso Mateus que representa muito bem os Movimentos Sociais aqui em nosso município.

Representando aqui nosso partido, quero falar para vocês o seguinte: observando a galeria, veio uma pergunta: Quem aqui na galeria não passou por intolerância, impunidade, bullying? Quero deixar registrado aqui deputado Ossesio, para eu chegar nesta casa, passei por tudo isso, principalmente intolerância religiosa, porque minha mãe é do Candomblé. Ela é líder da religião, no bairro chamado Cidade Tabajara e quando eu ia à rua falar com o povo, eu sofria tudo isso e vejo nos olhos de vocês. O que é preciso fazer? Violência não se toma com violência, abra o coração autoridades! A burocratização da cidade, do nosso país é muita. Vejo muitos camaradas aqui na câmara, que gostaria de fazer tudo de um dia para o outro, mas quando você chega à casa aqui, tudo é diferente e a pessoa não imagina o que é que a gente passa para tentar trazer o melhor para nossa cidade, mas não pararei nunca, principalmente os negros dessa cidade, principalmente desse país, foram eles que construíram o nosso país.

Enquanto você vê o mundo afora, com muito preconceito, violência, morte... Gente, precisamos de Deus no coração. Precisamos das religiões, todas elas têm que ser respeitadas, todas sem exceção, Tantas as que falam em nome de Deus, as que não falam. Não conheço uma que não fala o nome de Deus. As pessoas têm que entender o que é que passamos ao próximo. Fica a minha mensagem. Trabalhamos pelo Brasil melhor, que o morro, as periferias, precisa de projetos sociais e isso avança com essa “Frente” e é isso que a gente precisa: primeiro Deus no coração é o que com carinho de ser filho de uma senhora de religião de matriz africana: a gente não tem medo de nada a gente enfrenta a sociedade de igual, só tem uma coisa que eu peço a todos: direitos e deveres, e acima de tudo, respeito o próximo e que Deus ama todo mundo. Muito obrigado, bom dia todos!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Próximo palestrante: Alan Negreiro bom dia a todos, meu nome é **Allan Negreiros** faço parte do grupo de extensão da **Universidade Federal de Pernambuco** chamado “ALÉM DAS GRADES”. Esse grupo trabalha com pessoas submersas no crime. Saúdo a todos, sou de Olinda, moro em Ouro Preto e perdi diversos amigos para o crime e o tráfico de drogas. E lembrando que o problema de drogas, professor Lupércio, ele não vai ser resolvido com fuzil. Não é o fuzil que vai fazer de deixar que uma pessoa usar drogas ou não! Essa força policial de repressão, não tem nada a agregar. Quero desejar a todos aqui, um excelente dia! A minha fala é para pessoas que vivem no sistema carcerário, que não tem voz. Quando a pessoa é presa, não é só ela, presa fica toda a sua família, enfrentando esse tipo de preconceito, do tipo: “ah! não vou brincar com o amiguinho Fulano, porque o pai dele é presidiário”. A sociedade vive no discurso muito em pró em dizer: “ah! se eu tiver passando necessidade, pego na enxada e vou capinar”! Mas, ninguém quer abrir a casa para quem é desconhecido. Então, essa voz que vos fala, é uma voz de dentro das prisões: do “Bom Pastor”, Barreto Campelo e todas as unidades prisionais do estado e do Brasil! Muito obrigado!

Elaine França Centro de Arte Educação e Cultura Olinda

Levantamos para efeito de relatório e da intervenção da Frente, aqueles pontos que são mais evidenciados nas audiências. Destacamos aqui alguns pontos de ordem geral: As abordagens das políticas públicas, mais ampla e que são as mais vinculadas ao município.

Deputada Tereza Leitão:

Evidentemente que apenas o dia da consciência negra, ou mesmo mês de novembro que é voltado para esse debate, não é suficiente. Ter tido essa audiência no dia 16 é um ponto como destacou o vereador Marcelo Santa Cruz é um ponto de simbolismo que não se esgota por si só ele precisa se vincular a políticas afetivas continua e permanente dentro dos aspectos gerais, além desse foi levantada a questão muito recorrente da banalização na morte de jovens negros e da própria invisibilidade em relação a isso. A resposta dada pela secretaria de Desenvolvimento Social a um pedido de informação feito pelo Deputado Ossesio importante é um pedido formal é um instrumento que Assembleia Legislativa tem e não pode ser vazia, ela tem que ser baseada em dados. E a resposta de que “não existem recursos específicos para tratar da prevenção dos assassinatos de jovens negros”, é uma coisa muito preocupante. Do ponto de vista geral, também a insuficiência atual do “PACTO PELA VIDA”, embora seja uma boa política quando foi pensado, está totalmente desatualizado e é responsável sem sombra de dúvidas por uma política de encarceramento, sabe por que, Alan? Porque existe um instrumento chamado bônus de desempenho: quanto mais gente se prende, mais bônus o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

policial ganha. Nós já denunciemos isso várias vezes na Assembleia, é exatamente o encarceramento sem sombra de dúvida, nas condições atuais é uma violação de direitos humanos, uma despersonalização, uma falta de identidade, uma desumanização com quem lá está.

Mais uma vez recorremos à denúncia de que a proposta de redução da maioria penal não vai favorecer muito, pelo contrário, vai ser muito mais focada com certeza e não vai superar as dificuldades que a gente tem em relação à Juventude.

Também foi destacado que:

- O programa de proteção a adolescentes e jovens que querem sair do mundo do tráfico de drogas está desativado o muito insuficiente para atender a essa Juventude;
- A importância das ações articuladas entre os equipamentos públicos em uma mesma Instância tomando, por exemplo, aqui em Olinda tem uma Coordenadoria da Juventude, mas que é preciso dialogar com a Coordenadoria de Negros e Negras e com a Secretaria de Direitos Humanos e ao mesmo tempo também tem que haver uma articulação entre as esferas administrativas do município, do estado e a união;
- A dificuldade de implementação da Lei 10369 leis já com 10 anos de existência que ave revisitada infelizmente todo ano no mês de novembro para comemorações quando eu que ela prevê é uma ação pedagógica continua por dentro dos conteúdos curriculares para que os jovens e os professores que não são formalmente ou muito bem capacitados nas suas esferas nos seus estão distantes em estância de formação para a implementação correta desta lei de modo geral;
- Os programas de televisão que fomentam a intolerância e fomentam preconceito;
- A PL dos autos de resistência 4471/12 que está engavetado há muito tempo e que agora com aprovação de uma lei de que o policial que mata em serviço, será considerado legítima defesa, mas ainda então, há necessidade de que o Projeto de Lei seja desengavetado;
- A tolerância à liberdade religiosa fatores importantes para compor o nosso relatório;
- Relacionar o direito às cotas raciais que ainda são questionados pelos conservadores;
- A tolerância à liberdade religiosa, fatores importantes para compor o nosso relatório;
- O direito às cotas raciais que ainda são questionados pelos conservadores a um projeto mais amplo de reforma Universitária;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

- Discutir políticas públicas efetivas e não assistencialismo são políticas transitórias isso de modo mais geral, que também foi levantado em outros momentos da nossa Frente;
- Em relação a Olinda o que é que foi colocada como dificuldade a suspensão das atividades do Centro de juventude de Olinda desde Abril;
- A suspensão do atendimento médico no horário noturno do posto de saúde de peixinhos;
- A necessidade a importância da conclusão da área de lazer V8 e V9 que tem a ver com as comunidades daquelas periferias;
- O mapa da violência de peixinhos, ser considerado, eu já peço aos responsáveis pela entidade, que mande para Elaine enviar para a gente esse mapa que vocês apresentaram lá na discussão do fórum, mas mande sistematizado, para compor o relatório da FRENTE PARLAMENTAR;
- Olinda tem equipamentos como foi dito aqui, tem a Coordenadoria de Negros e Negras, têm o Conselho da Igualdade Racial, mas que precisa avançar desse modo que foi aquele levantado nas políticas de proteção e prevenção ao combate ao extermínio da Juventude negra para que Olinda possa melhorar os índices, esses que são coletados pelos institutos de pesquisa e que aqui foram apresentados pelo Deputado Ossesio Silva, os que nos motivou a realizar essa audiência em Olinda.

Concluo como requerente dessa audiência, agradecendo ao vereador Marcelo Santa Cruz, que foi a nossa ponte aqui na Câmara Municipal de Olinda; agradeço a presença de todas as instituições, todos os representantes do governo, da sociedade civil, agradeço aqueles que compuseram a mesa e dizer que tenho certeza, e o nosso Coordenador Geral vai concordar, que a FRENTE PARLAMENTAR sai daqui mais desafiada, mas fortalecida com tudo o que foi aqui colocado, por todos vocês. Também mais desafiada no seu trabalho do que quando foi criada. Quando concluirmos com o nosso trabalho, Olinda terá uma página importante, no ponto que nós queremos: “POLÍTICAS PÚBLICAS” de efetivo combate ao Extermínio da Juventude Negra.

Muito obrigado a todos e a todas.

Encerrando a audiência, o Deputado Ossesio, cumprimentou aos participantes e finalizou, dizendo:

...Agradeço a Deus, por esta audiência, a Aurelina da Mãe da Saudade, Matheus, Lupércio, nosso companheiro faz parte desta comissão, Teresa Leitão que nos orienta muito, Marcelo, Martinha sempre presente com este sorriso, Alisson, muito atento a tudo, muito obrigado! A cada um dos senhores e senhoras, eu só tenho que agradecer a Deus por este momento. Saiba que nós estamos unidos por



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

uma causa importante, acima e independente de tudo temos que lutar contra a desigualdade.

... Eu quero parabenizar a fala do vereador, sou evangélico, um bispo, mas antes de tudo, sou gente como qualquer um dos senhores. Não estou aqui para discriminar ou defender religião “A” ou “B”, estamos lutando para que a sociedade seja unida, numa só causa a essa Frente, para levantar, buscarmos meios de combater este genocídio, que vem acontecendo no meio da nossa “juventude”. Na verdade, qualquer um de nós, ou seja, como é considerado no nosso Nordeste: “Por mais galego que seja se sacudir a árvore genealógica, cai um negão lá de cima”. Não tem jeito. Si tem que lutar contra uma coisa milenar, mas com o nosso time conseguiremos chegar lá. Então quero agradecer aos senhores e senhoras que falaram aqui que foi muito importante. Vamos fazer um relatório parcial de janeiro que será apresentada ao governador.

Aproveitando a ocasião, gostaria de convidar a todos, ainda tem tempo, que vamos fazer a “primeira corrida em comemoração Dia Nacional da Consciência Negra”, realizado dia 21 de novembro às 15h. A concentração será em frente ao Ginásio Pernambucano na Rua da Aurora. A inscrição é gratuita e pode ser feita até o dia 19, na Rua do Príncipe, 502 ao lado Universidade Católica, Daniel é um dos responsáveis, podem procura-lo lá.

Por ser a “primeira corrida da consciência negra”, é dia comemorativo, é importante que os meus amigos, Tereza, Lupércio, me ajudassem a tornar este dia, “Feriado”. É difícil, já tentamos antes, mas é um desafio, então vamos tentar novamente, e como se diz o ditado: “água mole em pedra dura, tanto bate, até que fura”! É um teste, mas com ajuda de vocês, venceremos este desafio. Obrigado!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

AUDIÊNCIA PÚBLICA – CÂMARA MUNICIPAL TIMBAÚBA

“Frente de Combate ao Extermínio da Juventude Negra” - Solicitado pela Vereadora Conceição de Jerônimo; em 10/maio de 2017. 08h30.

Local: Câmara dos Vereadores de Timbaúba. Rua Dr. Alcebíades, 276 – Centro, Timbaúba – CEP 55870-000.

Abertura dos trabalhos da Frente em Timbaúba:

- ✓ *Abertura dos trabalhos / Vereadora de Timbaúba: Conceição de Jerônimo;*
- ✓ *Presidida por: Deputado Ossesio Silva / Presidente da Frente Parlamentar da ALEPE de Combate ao Extermínio da Juventude Negra.*

Convidados e palestrantes, pela ordem:

1. *Maria Elizabeth Gonçalves da Silva (Representando o presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de São Vicente Férrer – Vereador Sr. Senaquerib Coutinho Ramos Alves de Souza);*
2. *Capitão Anacleto (Representando o tenente-coronel Laminha, Comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar de Pernambuco);*
3. *Senhora Maria da Conceição Ferreira Lima (Representando a Deputada Tereza Leitão);*
4. *Vereador Vicente Férrer – (da cidade de São Vicente Férrer);*
5. *Gilvana Queiroz da Silva – Vice-presidente da Associação ACREDITAR;*
6. *Rislene da Silva Dias – Membro da Associação ACREDITAR;*
7. *Diácono José Fernando da Silva (Assembleia de Deus – Ministério de Belém da cidade de Timbaúba);*
8. *Maria Silvana Cavalcanti de Moura – Vereadora da Cidade de São Vicente Férrer;*
9. *Sr. Luiz Fernando – Conselheiro Tutelar da Cidade de Timbaúba;*
10. *Elione Maria da Silva – Produtora cultural e professora;*
11. *Bruno Soares – Representando o Grupo Jovem da Igreja Católica da cidade de Timbaúba;*
12. *Marcelo Santana – Presidente do PRB em Timbaúba;*
13. *Joelma Vieira – Diretora da Escola Educandário Bom Jesus;*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

14. *Danielle Caroline de Souza Araújo – Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da cidade de Timbaúba;*
15. *Ana Lúcia Sotero – Diretora da Escola Clóvis Salgado;*
16. *José Cândido da Silva – Vereador da Cidade de Ferreiros;*
17. *Cecília Ribeiro da Silva Santos – Professora da Escola EREM Jornalista Jacler de Andrade;*
18. *Joselene Xavier Silva Lira – Coordenadora de disciplina da Escola EREM José Mendes da Silva;*
19. *Pastores Elázio José de Souza e Emanuel Messias – Representado a Igreja Universal de Timbaúba;*
20. *Presbítero Manoel João de Souza – Assembleia de Deus – Ministério de Belém da Cidade de Timbaúba.*

A Vereadora Conceição de Gerônimo transmite os trabalhos ao coordenador da Frente, Deputado Ossesio:

...A Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra de Pernambuco é muito relevante e de suma importância, principalmente nos dias atuais e quem vai presidir esta sessão com muita responsabilidade é o deputado Ossesio Silva.

Deputado Ossesio, pronuncia:

(...) eu quero externar a minha alegria e satisfação de estar aqui mais uma vez nessa cidade maravilhosa e desta feita, a gente traz um assunto, uma discussão muito pertinente e importante para toda a população, a Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra no estado de Pernambuco Junto com a mesa para o presidente também da casa Josinaldo Barbosa, o qual é líder da Conceição, os nossos agradecimentos por abrir esta casa para o espaço democrático! Conceição pode levar então este forte abraço ao presidente da casa.

(...) convidar para compor a mesa de trabalho: Mary Elizabeth Gonçalves representante da Câmara vereadores da cidade de São Vicente Ferrer, Coutinho Ramos Alves de Souza e Natalina para nossa amiga convidar também para compor esta mesa o capitão Anacleto representando o tenente-coronel Lâmia - Comandante do Batalhão da PM de Pernambuco. Ainda para compor a mesa, convido: Luiz Fernando - Conselheiro Tutelar da Cidade de Timbaúba, bem-vindos!

A audiência dessa Frente tem por objetivo, analisar e debater soluções para frearmos este triste quadro de violência contra a juventude negra do nosso Estado. “o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

brasileiro Esse é o verdadeiro brasileiro não tem jeito ela desenvolveu os gritos de horror é uma culinária”. Essa frente terá por objetivo procurar também a verdade de modo geral. Há 15 dias nós fomos surpreendidos com uma novidade: foi criado um novo jogo com o objetivo de levar a nossa juventude ao suicídio através da automutilação, denominado: “baleia azul”. Então, eu quero também, aproveitar essa audiência e debater este assunto, apesar de ser denominada: Combate ao Extermínio da Juventude Negra direcioná-la a todos os jovens.

...Em vista dos alarmantes índices de violência contra os negros na cidade de Timbaúba, à frente e a Câmara Municipal se uniram para que esse trabalho em conjunto, discutissem soluções para buscarmos resultados positivos, tendo como principal objetivo:

- ✓ Identificar como causas, razões e consequências dos índices de violência que vem exterminando os jovens negros, alvo certo da exclusão social e da Violência;
- ✓ Minimizar ao máximo a violação dos Direitos Humanos, a violência tem cor, não podemos mais conviver com esses indicadores, queremos que as câmaras municipais colaborem com esta luta e vamos fazer um trabalho de grande movimento em favor da vida e contra a violência.

...É preciso que todos nós políticos e a sociedade civil saíssem agora da zona de conforto, irem para as ruas e fazer a sua parte, cobrar e fiscalizar as execuções de políticas públicas sociais capazes de conter o alto índice de jovens negros assassinados e sem omitir que as mortes de jovens brancos no nosso país são muito menores. 80% destas mortes são de negros - moradores de Periferia. Isso é muito grave, não dá para a sociedade fazer de conta que isso tudo é natural. A violência e homicídios de negros no Brasil são mais uma faceta do racismo que se vive em nosso país, infelizmente. Lamentavelmente a morte de jovens negros parece ser invisível. O Racismo infelizmente alimenta os interesses da sociedade chamada branca e desprezam como frisa o que vem acontecendo com a juventude negra do país. Precisamos mudar o quanto antes possível o racismo no Brasil. O percentual de negros assassinados no Brasil é 132% maior que o de brancos, esse índice mostra o tamanho da tragédia vivida por milhares de famílias negras em todo o país. Reconheço por muitos que ser feita para alcançar o máximo de um número que não cresceu como cidadãos brasileiros.

Um dos caminhos a serem trilhados é aumentar uma representatividade negra na cúpula do Executivo, Legislativo, federal, estadual e municipal. Propiciar educação



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

de qualidade para que negros se formem e lutem também para ocupar vagas no poder judiciário.

Somos negros, mais da metade da população brasileira. Tenho chamado a atenção para projetos na Assembleia Legislativa e que foram aprovados, sancionados e tornaram-se Lei no estado como: “O Dia da Consciência Jovem”, propõe os jovens à prática de esportes, à educação, à política, ao respeito à família, ao combate às drogas e a preservação do Meio Ambiente e chamando a atenção da Juventude sobre o seu valor e estimularem a lutar pelos seus direitos e refletirem sobre os outros fazerem o que deveríamos fazer.

A Assembleia Legislativa de Pernambuco, por exemplo, dos 49 Deputados, apenas cinco negros. Na Câmara Federal, são 513 deputados e não chega a 5% de negros.

Quantos negros existem nos 184 municípios de Pernambuco? Quantos são prefeitos? Então, também chama a atenção de colocarmos a culpa em Deus. Acho que também os negros têm que fazer alguma coisa. Só para ilustrar a título de exemplo: Cheguei de Viagem a Minas Gerais, fomos a uma homenagem ao Ministro da Indústria e Comércio, Doutor Marcos Pereira (PRB), convocados a participar da mesa do dispositivo das autoridades havia mais de 12 autoridades, só havia eu de negro no jantar oferecido ao Ministro. Ao final ele ainda brincou comigo devido à intimidade que temos, ele é Bispo também da igreja, brincou comigo: “Ossesio você destaque aqui”! Só tem você de negro aqui!

Em resumo, é uma população que às vezes a falta de oportunidade e em outras ocasiões o medo também, encolhem se inferiorizar.

Precisamos sim debater isso também, é preciso agir também, estudar. Uma pessoa também pode colocar um posicionamento, uma situação.

A População do Brasil é constituída de maioria negra e não temos negros em cargos relevantes, são sempre exceção. Quantos negros são Governadores? Senadores? Têm um senador que é Paulo Paim que está no Rio Grande do Sul e Benedita da Silva é destaque na Câmara Federal. Meditou-se sobre a trajetória de vida dela que é Negra, lutou muito para uma população que é grande, mas uma população que muitas vezes não é só uma questão da exclusão, muitas das vezes também, é preciso que uma pessoa lute pelo espaço, é preciso que uma pessoa venha se posicionar, discutir caminhos a serem trilhados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Aumentar representatividade negra no âmbito dos governos federal, estadual e municipal como já dissemos e aqui em Timbaúba, por exemplo. Embora sejamos a maior parte da população, muitas vezes não é uma questão de exclusão, muitas vezes também há de se buscar oportunidades, não é fácil, mas não é impossível.

Acredito que quando houver parcerias entre os poderes legislativo, executivo e o judiciário com os movimentos sociais, as igrejas, que aliás, contribuem bastante na transformação de vidas e, por isso mesmo, acabam cumprindo o papel do Estado, procurando levar a palavra de conciliação, conforto, paz a quem necessita, e é importante, mas creio que a participação delas nas discursões com o poder público, ainda é tímida, com relação a se posicionarem com mais efetividade.

Aproveitando, estou abrindo e generalizando um pouco a respeito disto, para não ser aquela coisa direcionada, falar só de questões dos negros, eu acho que temos que abrir o leque, como igrejas evangélicas, têm que ter mais participação maciça, não só em relação palavra de salvação: “Jesus salva e cura”, não! Acho que é muito mais, a igreja tem um papel muito mais relevante do que se imagina. É importante que como igrejas, que tenham também vida nas decisões da “Coisa Pública”, como as escolas, as faculdades, os clubes sociais e a família principalmente. E importante está presente em torno das discussões e ações, incluindo as políticas públicas antirracistas e sociais para melhoria de todos.

As causas do fenômeno (violência contra os jovens negros) em especial nas regiões mais vulneráveis e periféricas do município se associam a outras: A falta de uma efetivação do direito, do combate ao racismo e da promoção da Igualdade racial, contribuem para que os padrões de violência consolidado ao longo da história que estigmatizam a população negra, continue se perpetuando no nosso país. Senhores, assim nós fazemos abertura bem longa bem dramática, mas não estamos fazendo drama para este lugar, estamos falando da realidade que acontece no Brasil, em Pernambuco, e Timbaúba não está fora disso também. Finalizou o parlamentar.

(...) queremos comunicar a todos os nossos convidados aqui presentes da mesa, se 10 minutos são suficientes para fazer o seu ponto de vista? Quero colocar a disposição, àqueles que gostariam de se inscrever após os pronunciamentos dos membros da Mesa, terão 5 minutos para colocarem suas ideias, soluções e suas contribuições para esse tema.

(...) quero registrar as presenças de: Daniele Carolina de Souza - Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento da Criança de Timbaúba - CONACS. Joelma Vieira, diretora da escola Educandário Bom Jesus já vem vindo. Obrigado viu!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Não posso deixar passar, muito importante este momento, ver presente as escolas. Maria das Neves Pontes Barbosa Lira, diretora da escola Mariana Ferreira Lima, bem-vindas! Obrigado! Cecília Ribeiro da Silva Santos professora da escola EREM jornalista Jader de Andrade, obrigado, muito obrigado! Também a Josilene Xavier da Silva Lira – Coordenadora de Disciplina da escola EREM José Mendes da Silva.

(...) Registro ainda as presenças de: Giovana da Silva - Presidente da Associação Acreditar. Bruno Soares representante do grupo jovem da igreja católica da cidade Timbaúba. Bem-vindo! A igreja católica é muito forte com relação à Juventude que eu exalto muito a forma com que trabalham a juventude. É que você vem a contribuir muito aqui quanto a sua fala. Vicente Férrer vereador da cidade de Vicente Férrer, curioso é o mesmo nome da cidade!

Em breve pronunciamento a Vereadora Conceição de Jerônimo, destaca a importância dos jovens:

- Vocês também são mães e pais desses jovens que aqui se encontra, a responsabilidade é muito grande.

Eu disse ao deputado, a juventude não é só o futuro, ela é o presente. Não passa em nossas cabeças que sejamos “Edvaldo”. Eu estou aqui também pela família dele, que foi assassinado, que levou a bandeira de luta, nós sabemos o que é isso, eu sei, a vereadora Silvana sabe, eu tenho três mandatos, a vereadora tem cinco mandatos consecutivos, Eu já passei por isso, mas seja perseverante. Você não caiu, mais tarde vem outro para te dar um conselho que te levanta.

E a melhor coisa é ter dignidade, caráter, honestidade e não é feio, não saiu de moda, companheira!

Todos os corruptos e os conjuntos que são este sistema que hoje se instalou no país, no nosso dia a dia, cobrarão a responsabilidade dos governantes por que é nosso dever cobrar, é uma obrigação nossa, minha, sua Silvana e do deputado, de todos os parlamentares, não vamos deixar, vamos ser chatos. Mas vamos continuar representando a nossa comunidade. Obrigado.

(...) Capitão Anacleto:

... Somente o genocídio da população de jovens negros aqui no município de Timbaúba houve dois homicídios. Infelizmente ao todo contabilizamos 21 mortes neste ano.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Como representante do estado (Segurança Pública), estamos fazendo o máximo que podemos com os recursos disponibilizados. Lamentavelmente contamos com “uma única viatura”, mas com muito esforço, conseguiu-se montar mais uma equipe, a do GATE e que ordinariamente sempre que pode nos dá suporte. Algumas prisões foram efetuadas de grande relevância para nós timbaubenses: Os bandidos (vulgos) “metamorfo”, “pacu” e “peixe Podre” que aterrorizavam o Alto da Santa Fé, todos eles estão presos. Desempenhamos ao máximo para combater a criminalidade. Infelizmente a maior vítima é jovens negros, e qual é a causa disso? Falta de oportunidade? Estrutura familiar? Não importa, o que importa é que eles estão morrendo, apesar de nossos esforços, para impedir que isto ocorra.

A audiência pública que se realiza aqui é de extrema importância; fico mais feliz quando eu vejo essa integração: vereadores de outros municípios, participando e isso é extremamente importante, pois são cidades vizinhas e partilham de problemas e estruturas semelhantes. Devemos ampliar essa discussão da “Frente” para essas cidades também. A população jovem como todo está sofrendo. Da mesma forma fico ao ver a presença das Escolas: José Mendes e Jader de Andrade. É muito gratificante cuidar da segurança destes jovens que acordam todos os dias de manhã, saírem de suas casas, estuda e no final do dia, retornar para suas casas na busca de um futuro. Vocês estão partilhando do presente em busca de um futuro melhor. E a “educação é a principal arma” que nós temos para utilizar para combater essa violência, pois alguns dos amigos, conhecidos ou não de vocês, acabam recrutados de forma quase imperceptível e quando as autoridades se dão por conta, o tráfico de drogas já o fez. Seja lá qual for o motivo, temos que combater isso na medida em que for possível.

Fomos convidados a uma palestra com outros membros do Conselho de Segurança em Timbaúba lá em São José do Livramento, nós nos dedicamos para tentar combater o tráfico por lá, mas contamos com a ajuda de vocês para nos unirmos e mudarmos essa triste realidade ou infelizmente vocês vão continuar com medo, recolhidos em suas casas. Nós precisamos estar juntos para compartilharmos um futuro melhor daqui para frente e que seja um ponto de partida essa Frente. Que se discuta essa triste temática sobre o extermínio de jovens e se aponte soluções a serem propostas. Para isso, a participação de todos é fundamental.

Jovens, que essa mensagem fique para vocês, que possamos ter ideias para melhorar nossa cidade. Sabem onde nos encontrar. A polícia militar fica na Rua 15. Então qualquer problema, traga para a gente, que vamos buscar uma solução, de uma forma ou de outra! Por isso, que eu digo a vocês: “juntos, podemos virar esse jogo!” Obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

(...) Gilvania vice-presidente associação Rosana.

Bom dia a todos! Sou de um bairro muito carente, como a vereadora Conceição sabe, tem muitos jovens negros e que é um tema muito importante falar de jovem negro. Hoje em dia a gente sabe-se que em morros das periferias tem muito negro, mas do alto do morro não tem só jovens negros, mas, em toda a sociedade também, e assim a gente sabe que o preconceito é grande e temos que lutar contra isso.

Bom dia meu nome é Rislene sou moradora, a periferia tem um índice muito alto de violência, lá não temos praticamente nada. E graças ao apoio da nossa vereadora Conceição estamos acreditando nos jovens de hoje. Como ela falou, estamos tendo o Projeto Virando o Jogo. Sabe-se que o futebol hoje é o que os jovens mais gostam. Espero que venham conhecer nossa “associação”. A Fundação é legalizada e eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado: sabemos como, Anacleto falou, deveriam existir várias ações contra uma praga que é uma palavrinha tão pequena, mas é o que está prejudicando o jovem, que são as “drogas”. Eu gostaria de saber Deputado, uma vez que o “Extermínio” e ele existe por conta das drogas, qual o incentivo para poder acabar com essa triste realidade? Temos que acabar com as drogas, porque quando vemos lá no Facebook que: “Mano” foi executado por conta de envolvimento com drogas e outras, tantas notícias. Então eu gostaria de saber, feito o capitão falou que jovens entram nas cadeias e sai viciados, mesmo estando presos. Vemos nas manchetes que dentro das cadeias, foi apreendido: celulares, drogas entre outros objetos que não eram para estarem ali, como dentro da FUNASE, por exemplo, então eu gostaria de perguntar ao Deputado: o que é que ele tem a oferecer? Obrigado pela oportunidade.

Deputado Ossesio: Obrigado! Responderei no decorrer da audiência.

(...) Pastor José Fernando Assembleia de Deus Ministério Belém:

A paz do Senhor para todos os pastores, ao bispo Ossesio também a paz do senhor meu abraço aos demais parlamentares evangélicos. Ao Deputado Adalto Santos, sou parceiro de André Ferreira, Joel da Harpa e tantos outros que compõem a Assembleia Legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Parabenizo esta mesa, a nossa amiga Conceição, somos vizinhos amigos ali no bairro César Augusto é a Hosana e demais presentes, todos os pastores e os estudantes, aqui presentes nesta reunião.

Fazemos parte da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. Viemos aqui representando nossa denominação e também o Pastor Isaias Pacheco que não pode estar presente. Não estamos aqui para dizer às autoridades o que devem fazer, é que a igreja está à disposição para tudo o que for preciso.

Quero parabenizar o nosso Deputado pela fala de abertura, onde frisou que a igreja precisaria se posicionar mais e eu estou de acordo, nós precisamos acordar somos acomodados realmente. Precisamos acordar e dar as mãos ao poder público e a sociedade civil. E é isso que nós estamos fazendo aqui e acordar o nosso país para esse gargalo e as autoridades não tem conseguido. E a igreja tem um papel muito importante quando eu falo de igreja, me refiro a Igreja Católica, Universal, Assembleia de Deus e todas as demais. Você é tudo não como nós temos um papel muito importante, mas quero também registrar Deputado, que isso é uma visão particular. É uma opinião minha, pessoal: “as autoridades, a começar os governos na esfera federal, estadual e municipal não tem dado espaço para qualidade de Vida”. Não é fácil essa parceria, o senhor sabe, é um bispo, ministro do evangelho, que a igreja, ela chega aos lares desestruturados em uma situação social baixíssima, recupera os jovens das drogas, leva a palavra de Deus e consegue fazer com que essas pessoas sejam recuperadas para sociedade. Mas precisamos dar as mãos, precisamos também é de um pouco de atenção para as igrejas. Uma atenção do poder público para que possamos contribuir mais.

Como o senhor justificou a ausência de Deputados componentes desta Frente estão ocupados, estão em outras atividades, faz um relatório leva para comissão do executivo e chegam lá vocês não são atendidos, então precisamos nos mobilizar e irmos todos nós pressionarmos o poder público para que acorde e tome providência para que possamos ver essa situação, todos nós igreja, sociedade civil, as autoridades poder policial. Admiro como é que pode a polícia trabalhar sem estrutura? Os governos precisam voltar à atenção também a nossa polícia do Estado. É alarmante como a cidade, o Estado, o país lida com tantos homicídios, como está sendo. Por isso resolvi ficar, grato! Parabéns amiga Conceição porquê do jeito que está não pode ficar. Conclui

Clarice de Farias

(...) próxima a falar, a vereadora de São Vicente Férrer, Silvana Cavalcante, se solidariza com a causa:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

- Bom dia a todos! Cumprimento à mesa, a vereadora Conceição. Parabéns pelo seu trabalho Deputado, Capitão Anacleto, por sinal já conheço, participamos de algumas reuniões do conselho, uma pessoa excelente de uma seriedade bem necessária.

Eu sou vereadora lá de São Vicente Férrer e também sou mãe de quatro jovens. Na verdade, eu queria ter prolongado a história, mais jovem tem 27 anos, 26 25 e 24 uma escadinha e depois que você falou aqui tudo o que a gente pensa, percebo na maioria das vezes, que a responsabilidade da família está sendo transferida para escola. As mães e os pais muitas vezes, querem que os professores cumpram uma missão que são deles. Na escola você aprende conhecimento, mas a educação, formação de caráter, você tem que trazer de casa.

Costumo quando se tratar de algum movimento social, seja da causa negra ou de mulheres, evitar o direcionamento, trato do ser humano. Quando falou o deputado que só existem cinco deputados negros e por que não as mulheres no poder? Se direcionarmos muito isso, acaba em discursão, por isso, prefiro ver como ser humano. Quando vejo assim, não vejo a cor, nem se ele é um homem ou mulher, jovem ou velho. Amanhã eu vejo uma criatura de 16 anos igual a mim, que eu preciso amar e respeitar.

Essa violência contra os jovens tem vários fatores e um deles é: ela não é gerada porque o camarada é negro ou se envolveu com drogas. A droga é por falta de políticas públicas, como foi citado, e o que vemos é a falta de credibilidade nos governantes, ela é gerada por um destes fatores. Se formos tratar dessa violência, temos que tratar cada um desses fatores. Por isso, exatamente que eu Vereadora de São Vicente Ferrer, estou aqui em Timbaúba hoje. Porque se não unirmos forças é bom voltarmos para nossas casas. Mas há os que querem fazer alguma coisa, como Deputado Ossesio, a vereadora Conceição, o colega Vereador aí de Ferreiros. Por esse policial aqui (Capitão Anacleto), que eu parabenizo sim, por estar presente aqui onde vemos tanta crítica aos policiais, assim como aos políticos. Existem alguns lugares, jovens que a gente chega, e se disser que é político, a gente fica ouvindo lamentavelmente onde as pessoas não se preocupam muito em analisar e generalizam: “deve ser ladrão também, deve estar roubando também”. Não conseguem separar o joio do trigo. E nós que somos de bem, estamos procurando pessoas de bem e que não se cansam de trabalhar, que queiram ajudar tanto na polícia, como na política para que possamos ter um resultado melhor, vamos lutar contra esses fatores, creio que apesar de várias necessidades que temos, as políticas públicas têm que ser direcionadas a vocês (jovens), que já estão começando a ficar inquietos, que é muito natural. Há um



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

número de desemprego muito grande entre vocês, o que dói muito, principalmente quando dizem ao professor: “Para que vou estudar? se não vou conseguir trabalhar”? Então essa é a nossa parte de responsabilidade, mudar isso, para que vocês queiram estudar e se esforcem transformar essa situação. E um dos fatores que eu acho que contribui para quase tudo que a gente falou aqui, é a corrupção e a impunidade.

O Brasil é um país que a impunidade reina absoluta e as Leis do nosso país, me parece que foram feitas (eu sou da Zona Rural viu gente), elas foram cercadas de varinhas. Não fizeram as nossas leis cercada de concreto, porém de varinhas, cuja, as brechas que existem no ordenamento jurídico brasileiro, só beneficiam os infratores que creem firmes na impunidade. Por isso, precisa-se urgentemente que sejam reformuladas e atualizadas, porque acredito muito que quando o nosso país conseguir barrar a impunidade, aí ela vai barrar a corrupção. Não tendo brecha na lei para o doutor ‘Fulano’ ou ‘Beltrano’ sair da cadeia, ela vai inibir aquele propenso infrator. E mais, não permitirá que o réu primário vá para a rua no outro dia cometer outro crime contra jovens negros ou brancos, contra mulheres ou homens, contra as vítimas que hoje vemos.

Quem está sendo massacrado é o ser humano. Às vezes a gente vê aí no “Facebook” uma coisa que eu não gosto muito, mas sou obrigada a ver para me informar: algumas pessoas colocando os animais acima do ser humano, o cachorrinho, a baleia que mataram. O que fazer quando o menino lá que caiu no fosso lá do urso e mataram o urso? É importante que vocês, jovens prestem atenção: mataram o urso é foi um problema, por quê? Mataram um bicho! O que colocar na cabeça do jovem? Que o ser humano está acima de qualquer coisa na face da terra e é por eles estamos aqui. Quero deixar o meu abraço para vocês e desejo a você Conceição, com cinco mandatos consecutivos, 20 anos batalhando pelos direitos das pessoas, permaneça na fé e na perseverança. Vá em frente que eu estou vendo em você uma política de qual o nosso país está precisando. Assim como você, tenho iniciativa, coragem e perseverança. Deus abençoe a cada um de nós obrigado.

(Ossesio Silva): Eu queria abrir um parêntese aqui: pedir a permissão dos senhores porque o Luís Fernando precisou sair para resolver uma situação, retornou e terá que sair novamente que ele fale agora, pelo Conselho Tutelar?

(...) obrigado pela compreensão! Senhores e senhoras! É um prazer imenso está participando dessa audiência juntamente com vocês. Gostaria de parabenizar do fundo do meu coração até mesmo da minha alma, a escola Mariana Ferreira Lima que está aqui presente através da diretora Neves e alguns alunos. Escola essa que eu tive o



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

prazer de ter uma pequena passagem por lá, mas onde eu aprendi muito bem o trabalho da professora Neves. Parabéns eu estou ciente que vocês com o “projeto da água” receberam o prêmio lá no shopping Riomar. Parabéns de verdade, a pessoa do professor Danilo.

As pessoas estão gritando por políticas públicas. Jovem você se enxerga um ser político? Em algumas pequenas reuniões que faço, os jovens têm pavor de política. A mídia passa para vocês verem em suas televisões em casa, que só existe político ladrão, que o estado não está servindo para nada e isso é o que a mídia passa. Precisamos pesquisar ver quem são os políticos corruptos que existem, sim precisamos ver quem são, mas existe em todas as classes, independentemente de política, vai ter os bons profissionais e os maus profissionais. É a mensagem que quero deixar. Vejam um pouco além da mídia. Estou realmente feliz por ver a escola Mariana aqui e tantos jovens aqui presentes, este espaço (Câmara dos Vereadores) é de vocês, quero vê-los aqui nas audiências públicas, como estão presentes hoje, mas eu também vejo nas sessões da Câmara, geralmente pouquíssimos jovens. Concordo que deveriam ser mais divulgadas, para que vocês se fizessem presentes para começar a regar o espírito político, afinal, são vocês que vão ocupar isso aqui mais adiante. Meu muito obrigado e estamos à disposição de todos, Obrigado!

(...) A próxima oradora: Elione Maria da Silva - produtora cultural questiona: - A polícia está tendo condições de fazer efetivamente o seu papel? Os policiais estão sendo preparados? Como estão as condições dos equipamentos e utensílios das delegacias? Sabe-se que tem delegacias que não tem a menor condição de funcionamento. Não é só contra as drogas que têm que combater, mas agir preventivamente, pois nem sempre operar ostensivamente traz bons resultados e acaba inocentes pagando com suas vidas nestas ações. Há vários questionamentos, que precisamos fazer nessa audiência sobre o “Extermínio”, não é só para dizer que é feio matar os jovens, mas afinado a isto, existe um contexto que precisa ser analisado: por exemplo, a conversa de algumas pessoas que dizem não ao direito de cotas, que diz não a luta de negros, mas é uma luta de negro sim! Porque existe uma dívida social, aqui nesse país com os negros. Foi assinado lá na “Abolição da Escravatura”. Todo mundo foi disperso, não existe mais escravidão no papel, porque quando foi assinado a tal Lei Aurea, as pessoas negras foram para as periferias por que não podiam ficar onde os brancos circulavam e continuam nas periferias até hoje. Lá existem muitos jovens, e porque eles estão nas periferias? Porque é mais fácil, conquistar votos, oferecendo-lhes migalhas às famílias que vivem abaixo da linha da pobreza e não têm a menor perspectiva de vida melhor, por isso, não esquecem aquelas notinhas de R\$



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

50 na hora do voto e “voto de consciência”. Vivem em casas com dois cômodos com mais de 10 pessoas morando e sem ter o que comer; adolescentes passando fome! Daí o que resta? Um pacotinho de maconha de R\$ 5,00 e o que sobra desse valor, ou ele paga uma dívida, ou compra dois pacotinhos de fubá para matar a fome. Então o “grito maior ultrapassa a cor”, minha gente! Isso não é “mi... mi... mi” de direitos humanos, não interessa a sociedade. O problema é assistir a tudo isso e não fazer nada. Precisamos acordar enquanto cidadãos! Eu estou aqui como produtora cultural e é muito difícil desenvolver trabalhos sem apoio: Eu digo aqui no meu atrevimento, não estão nem aí os que deveriam fiscalizar, deixam passar, botam a mão por cima, por quê? Aquele dinheiro ali vai financiar carreira política com dinheiro do crime. Mas a gente sabe que existe porque são os legisladores desse país que elaboram e fiscalizam as Leis, por que não fecham os acessos? Por que é interessante deixar as rodovias abertas, para permitirem as drogas em baixo dos carros passarem para alimentar a pobreza e a violência e está por sua vez, é alimentada pelo comércio de armas – precisam-se vender armas, munições para manter uma verdadeira guerra civil. E a missão da polícia, deveria de conter e evitar isso e não de reprimir o grito da população como aconteceu em Itambé, onde assassinaram aquele jovem que foi protestar por segurança, por se atiram nas pessoas, se pegar, pegou, para calá-las.

Então se reúnem em conferências estaduais, federal e os discursos são com aqueles verbos: identificar, propor, garantir... Para garantir, boto, na minha rede social, estou garantindo, se eu escrevo uma carta para uma autoridade, não estou propondo? Mas é preciso “fazer”, tem de mudar os verbos. Não é ficar em discurso é quando tem que fazer como o deputado Ossesio que bota a equipe para cima e para baixo rodando com esse tema aí, por que tem que apresentar um “relatório” que pode virar leis, que se forem aprovadas, não interessa para o congresso, porque vai ajudar o pobre e isso não traz dinheiro. Essa é a verdade, deputado...

Deixo aqui, Deputado Ossesio, essa minha indignação, sou militante e quando quiser estarei a disposição.

(...) Bruno – Coordenador da Juventude Católica de Timbaúba.

Bom dia! Neste momento eu parablenizo a toda da mesa e em especial ao Deputado Ossesio e Conceição.

Há tempos queríamos que isso acontecesse, que a juventude, não só da Igreja Católica, fosse ouvida sobre a onda de assassinatos entre os jovens de nossa cidade e de nosso Pernambuco. No ano passado, aqui na nossa cidade foram cerca de quase 40 assassinatos. Esse ano, estamos em maio e já chega a 20. E ainda temos quase



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

sete meses. E aí? Vai chegar em 50? E o que estamos fazendo? O Brasil permanece ainda preconceituoso. O negro é preconceituoso. Hoje está com o cabelo lisinho, porque ele tem que se adequar com aqueles outros, porque hoje a sociedade segue um padrão. O negro ele tem que copiar os costumes impostos pela sociedade dominante para ser aceito, por isto, perdeu sua identidade. Recorro ao poder público e faço a solicitação de medidas, não para ficarem apenas no papel, mas para de fato serem executadas. Quero que possamos ir lá e cobrar: “Olhe você disse que ia fazer isso, fez não? Pós a gente tira viu! Porque não cumpriu com que devia”.

Temos nós católicos, a nossa padroeira do Brasil, que tem a cor preta impressa, arremetendo a cor da pele dos escravos da época, por isso que eu digo: se ela é negra, então somos todos! Precisamos honrar nossa cor, viver a nossa identidade! Temos que colaborar cada um nós, principalmente aqueles que estão na igreja e nas demais religiões, que não queremos mártires, mas jovens que sejam conscientes, que saibam cobrar os políticos, pois somos portadores e cumpridores dos nossos direitos e deveres; não sejamos alienados, como pessoas que se calam diante de qualquer um ou de problemas, como este que discutimos aqui neste momento. Sejam ousados, para chegarmos ao senado ou onde quer que seja, reivindicar daqueles que pedem nosso voto, justificando, nos representar. A violência contra a juventude negra devido aos excessos ou a omissão das autoridades, não é só culpa da polícia, mas é de cada um de nós. Sentemos e façamos o exame de consciência e vejamos até quando vamos permitir isso! Muito obrigado.

(...) último orador, presidente PRB da cidade, Marcelo Santana.

... É muito importante, tudo que foi debatido e exposto aqui, que nós possamos fazer um trabalho de propagar o que foi discutido, as opiniões, as reivindicações. Temos um compromisso com a sociedade, com as nossas famílias. Os jovens têm suas aspirações, objetivos de vida, mas eles também serão daqui a algum tempo: pais e mães de família e vão sofrer na pele como nós, o dia a dia das nossas lutas e preocupações. A criminalidade aumenta e assola toda a sociedade, jovens negros ou brancos, todos os jovens acabam vítimas. Mas, o que fazer? Aqueles que estão inseridos na criminalidade, por exemplo, quais são as alternativas que nós temos para (eles) não entrem no mundo das drogas? Família desestruturada com falta de oportunidade, quais são as ações que nós possamos contribuir? Para que possamos modificar esse cenário do nosso município? É necessário que o trabalho seja em conjunto. A igreja, a política e todos os setores afins, têm que estarem de mãos dadas, porque nós somos formadores de opinião, professores, nós somos da classe política, somos responsáveis pelo andamento da estrutura do estado, da forma de como



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

conduzi-lo e que temos que, ouvir a população. Dirijo-me a aquele jovem, que muitas vezes passa despercebido em reuniões e em momentos como esse, que em dado momento diz: “não é comigo”, “não quero saber disso”. Observe que vocês estão amadurecendo, formarão uma família e terão a preocupação com seus filhos. A estrutura desse lar, você vai ter ou não em determinada hora que fazê-la, tomar decisões e elas dependem, quer queiram ou não da política. Vocês têm hoje a facilidade tecnológica para se comunicarem, por isso é importante também que se informem e comunique as coisas sérias, dos objetivos de estudo, das brincadeiras também o que é importante, mas a seriedade, o compromisso, a responsabilidade tem que fazer parte de vocês. Estudem! Pois as oportunidades estão na escola. Sabemos que o estado é falho e as oportunidades não são do jeito que deveria, sabemos que aqui em Timbaúba, não tem atrativos para que o jovem participe, não temos aqui os jogos estudantis com tínhamos no passado. Não há muito interesse em inclusão social. O que fazer com esse trabalho do PROJETO VIRANDO O JOGO, como foi dito aqui da Associação Acreditar, que é importante porque ele tem a visão de inclusão do jovem e cobrar o resultado da escola e também fazer um trabalho de acompanhamento das famílias, como está sendo. Então é um trabalho mais aprofundado não só de desporto, do futebol, das modalidades esportivas, mas a intenção de trazer o jovem que está ansioso. Também sou músico, existem as escolas de Sítio que precisam também de apoio, para que o jovem tenha interesse pela música. Porque é importante a arte, pois ela tira o jovem da criminalidade. Sou um exemplo, sou músico desde os 12 anos de idade. A música foi um ponto importantíssimo em minha vida, foi à saída, tirou-me do banheiro das drogas.

É importante não só a música, mas a arte, o teatro, a dança e outras formas de artes e associadas a isto, têm as igrejas, aos vereadores que fazem o corpo legislativo do município, o executivo que não pode se opor a esses anseios da sociedade e principalmente dos jovens. A juventude também tem que ter interesse de buscar as alternativas de inclusão. Nós temos aí o trabalho da colega que é um trabalho social importante, mas tem que ser mais abrangente e mais divulgado.

Contamos com a cobrança do Legislativo, para pressionar o empenho do executivo estadual. Observe: esse tipo de alternativa de inclusão e a gente vai passar também o modelo de trabalho da ASSOCIAÇÃO ACREDITAR e eu da parte política do partido e nós temos um trabalho voltado no crescimento político-partidário não estamos levantando a bandeira partidária, mas trabalhamos que políticas públicas sejam de fato criadas e aplicadas obedecendo a um princípio da administração pública: o da “Eficiência”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

...Agradeço pela presença de cada um e fico muito feliz de ver os jovens e espero que eles participem cada vez mais e comuniquem aos seus amigos e diga que: “participou desta audiência” e façam propagar, ecoar em suas redes de seus contatos.

Reflitam nas suas ações, um dia vocês vão ser pais e mães! É isso que tenho para dizer. Muito obrigado a todos.

(...) Ossesio Silva: obrigado Marcelo pelas suas palavras.

(...) Antes de encerrar mais essa edição da “Frente”, gostaria aqui de responder alguns questionamentos de forma clara e objetiva, visto que temos procurado trabalhar de forma à alcançar o nosso povo e ouvi-los é a nossa obrigação, enquanto legisladores:

A Vereadora de São Vicente Férrer, falou com muita propriedade: “É preciso separar o joio do trigo”. Não fico em momento nenhum constrangido, é o direito da sociedade cobrar, desabafar. O Brasil poderia ser melhor, não tenho dúvidas disto. Não vamos dar um mundo melhor, mas podemos começar e a partir, de uma ocasião como esta.

O legislativo é que cria as leis, portanto sua função é Legislar, não tendo a função de executar, pois compete ao Poder Executivo (federal, estadual ou municipal) fazê-lo. Quem dera pudéssemos executar! Como gostaria! Muitas vezes nós Legisladores: vereadores e deputados, somos cobrados à execução. O “Executivo” é que tem essa autonomia. E o nosso trabalho é de legislar e fiscalizar (repito).

Não fico constrangido de forma alguma com cobranças, nós fomos colocados por vocês, independentemente se você votou em mim ou não. Represento quem votou e quem não votou, de todas as classes, gêneros, não há acepção de pessoas; mesmo eu sendo do segmento evangélico, não faço preferencias. Sou hoje legislador, deputado do estado de Pernambuco. Não sou do lado “A ou do B”, sou parlamentar de “A” a “Z”. A vereadora que passa a mesma coisa em sua cidade, falou com muita propriedade ao colocar que: “deve-se separar o joio do trigo”. O problema do brasileiro é permitirem que os problemas crescessem, para depois tomarem providências, mas, como diria minha avó: “Depois que o leite foi derramado, nunca vi ninguém juntar”. Uma infração de 2% pula para 3% nos Estados Unidos, por exemplo, a população vai para rua e o governo tem que recuar. Aqui é diferente, vão deixando as coisas acontecerem ou que os outros resolvam,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Também me cobro sobre estas coisas, mas a solução não é buscar o remédio quando chegar ao extremo. A prevenção é a melhor coisa. Quando vocês participam de sessões como esta, estão prevenindo, isso é prevenção; continuem. Estou à disposição. Vou deixar aqui o site (www.ossesiosilva.com.br), para vocês entrarem e ver nosso trabalho do dia a dia.

Eu trabalho há muito tempo, sou pastor a mais 30 anos e quase todo este tempo, trabalho com a Juventude. E é nas igrejas (exalto aqui um pouco do trabalho que fazem independente de denominação), que na minha cabeça, como parlamentar, afirmo: “Elas recuperam pessoas e contribuem com a sociedade, em muitos casos, tirando um peso das costas do governo”. O exemplo da Igreja Católica que recupera vidas, seja lá de quem quer que seja, como o Bruno (Juventude) colocou aqui: “gasto muitas vezes do próprio bolso”, pergunto: Quanto custou ao governo? “Zero”. Eu fui um recuperado, tenho um testemunho: eu era “piloto de fuga” no Rio de Janeiro, sou carioca. Fui “aviãozinho” no morro, tentei suicídio ao praticar roleta russa, não tinha mais solução, a sociedade não me aceitava mais. E qual foi à porta? A igreja. Sabe quanto o governo investiu em mim? Zero! Eu vou falar o nome da igreja, foi a Assembleia de Deus que dei meus primeiros passos, mas foi na Universal que me firmei e hoje estou servindo a Deus.

A sociedade tem que se movimentar, temos que fazer alguma coisa. Fui levar ao governador, um “Pedido de Informação”, pedi a ele uma explicação sobre a questão das políticas públicas a ele, “Waléria” minha assessora de comunicação me ajudou nisso...

E qual foi à resposta? - “Não temos recursos para políticas públicas para este público específico”.

Responderam: temos programas que atendem os jovens de maneira geral, porém ainda não criamos **“fundos para atender à necessidade dos jovens negros.”** Eu tenho documento. Está registrado, carimbado e assinado por ele. Aí vem alguém dizer que: “não são apenas os negros que sofrem violência! Os brancos também”. Realmente! Mas são os negros, os mais saem prejudicados nesse genocídio diário. Jamais ele podia me dar essa resposta, bem mais educado, seria: “Deputado,” estamos trabalhando no sentido de ter os recursos para implantação de uma política pública para juventude negra. Ficou bem claro “ainda não criamos”. A forma que nos deu a entender é que: Não temos e nem pretendemos criar recurso para atender a essas necessidades dentro do Estado de Pernambuco.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Continuarei fazendo minha parte, caso a Casa aprove, iremos levar a Frente para comunidade do Tururú no Janga em Paulista. Não paro, estarei indo para Serra Talhada, fazer a manifestação de rua pela paz em Serra. Não precisamos mais de leis temos que agir, movimentarmos, cobrarmos as autoridades competentes para cumpram com suas responsabilidades.

Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o prefeito Marcelo Crivella está fazendo sua parte: Tirou das filas, centenas de pessoas que levantavam de madrugada para marcar consultas cerca de 400 mil pessoas ao realizar o Mutirão da Saúde e não deu aumento da passagem de ônibus.

Precisa-se não tratar a política como se fosse a pior coisa do mundo, político é uma coisa, política é outra. Ela é ótima, mas infelizmente os atores que agem neste cenário, nos arremetem a uma ideia ruim deste seguimento. Está na mão dos jovens a começarem a transformar essa triste realidade política que vivemos em nosso país. Observo na Assembleia Legislativa, a maioria em boa parte das vezes são assessores, cadê a juventude? Participando, debatendo? Por isso mais uma vez: Parabéns jovens timbaubenses.

A fala de vocês estará no relatório, cada um de vocês acesse nosso site:
www.ossesiosilva.com.br



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONCLUSÃO

Ao final dos trabalhos, a Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco, que tem o objetivo de dar voz à população oprimida, chegou a uma conclusão preocupante:

O Governo do Estado não tem políticas públicas de atendimento aos negros, nem recursos destinados a essa camada da população e também não quer seguir o que está previsto na Constituição e nem no Relatório final da CPI da Câmara dos Deputados e Senadores do Congresso Nacional que apurou as “Causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil”, onde inclusive, constatou-se o seu “Extermínio”.

No tocante à questão dos índices de violência, notadamente contra a juventude negra, o Programa de Governo “Pacto Pela Vida” começou muito bem, à época do então Governador Eduardo Campos. Mas, com o tempo foi perdendo fôlego, e hoje infelizmente é o caos, é só prejuízo para a população e para o Estado.

Diante dessa triste realidade, faz-se necessária a **mobilização popular**, vemos a necessidade do envolvimento e da união das instituições públicas e privadas em torno da criação e fortalecimento de políticas de Estado, para conter a escalada de violência que leva ao extermínio da juventude negra e pobre de Pernambuco. A sociedade civil precisa sair de sua zona de conforto para debater a questão, ir às ruas em protesto contra a inércia do Governo diante desse grave problema social.

Para combater o extermínio da juventude negra em Pernambuco faz-se necessário e urgente **ampliar** o acesso dessa parcela da população à saúde pública, **promover** a melhoria nas condições de habitação e **fortalecer** no currículo escolar disciplinas sobre a cultura negra. Essas ações são mais que necessárias. É por meio delas que será possível exterminar as condições de vulnerabilidade que recaem, majoritariamente, sobre jovens negros pernambucanos.

Promover a adoção de um **plano estratégico, com plena participação da sociedade civil**, para combater violações aos direitos humanos e sociais de jovens negros, bem como reduzir os índices de homicídios entre a juventude negra e de baixa renda no Estado.

O Governo Federal tem buscado dar combate ao extermínio do povo negro, por meio de ações desenvolvidas por onze de seus Ministérios. São quarenta e nove



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

programas para trabalhar com noventa e seis municípios. Mas, as ações não se mostram resolutivas. É preciso, então, que os **municípios procurem desenvolver ações efetivas nas áreas da educação, da saúde, da assistência social e da segurança pública. É preciso que os professores sejam mais bem orientados acerca da implementação e efetivação da Lei 10.639**, que diz respeito ao estudo da cultura afro-brasileira, como já se faz no Cabo de Santo Agostinho e em outros municípios pernambucanos.

Com base nas ouvidas⁵¹ feitas nas audiências convocadas por esta Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco e dos Relatórios Finais da CPI's da Câmara dos Deputados⁵² e do Senado - Assassinato de Jovens⁵³ recomenda-se ao Poder Executivo Estadual e aos municípios:

1. Estabelecer campanhas, programas e projetos de **comunicação em todas as mídias**, em âmbitos público e privado, voltados à promoção da **igualdade racial** e ao **combate à discriminação étnico-racial**; abonar nos materiais produzidos a divulgação da **legislação antirracista** e das **políticas públicas da promoção da igualdade racial**, com tecnologia assistiva;
2. **Implantar na grade curricular e promover cursos de capacitação e formação continuada dos cursos** na área da segurança pública, incluindo os guardas municipais, bem como membros das defensorias públicas, ministérios públicos estaduais, órgãos do Poder Judiciário e sistema penitenciário temas como: as **Leis 10.639/03 e 11.645/08**, o **Estatuto da Igualdade Racial** e demais temas relativos à **diversidade étnico-racial**, bem como para o **atendimento às mulheres vítimas de violência, com ênfase no enfrentamento às situações de abuso e violências nas abordagens à população negra** e a outros grupos discriminados na defrontação ao **racismo institucional**.

⁵¹ Consultar o Sumário Executivo - discursões e propostas elencadas nas plenárias e Audiências Públicas.

⁵² Relatório Final – Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados Violência Contra Jovens Negros e Pobres. Págs.: 100 a 105. Disponível:

www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419

⁵³ Relatório Final – CPI do Senado: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3. **Encaminhar projeto ao legislativo** que determine a garantia de recursos no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado e dos Municípios para:
 - A. **Implantação** de Políticas e Programas de Promoção da Igualdade Racial, com discriminação orçamentária dos programas de ações afirmativas;
 - B. Criação de **fóruns, conselhos** permanentes de caráter deliberativo, e organismos específicos de gestão das políticas de promoção da igualdade racial e aplicação das deliberações das instâncias de controle social.
 - C. **Criação do Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial**, para Superação do Racismo e Reparação de Danos, vinculado à Secretaria dos Direitos Humanos e esta, por sua vez interaja com Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) ⁵⁴, terá por finalidade garantir a implementação e a articulação das ações. Propõe-se discutir um percentual da arrecadação tributária, com possibilidade de parcerias com membros ou instituições privadas na forma de doações com incentivo fiscal.
 - D. **Avalizar a inclusão** da rubrica de Promoção da Igualdade Racial na Dotação Orçamentária de todas as Secretarias estaduais e municipais. ⁵⁵
4. Assegurar a efetivação do Estatuto da Igualdade Racial e a execução das propostas retiradas nas conferencias de promoção da igualdade racial.
5. Garantir a implantação do **PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO INSTITUCIONAL**, e promoção da igualdade racial em parcerias com os três Poderes do Estado, com campanhas educativas, formação permanente e continuada para servidores, gestores, agentes públicos, conselheiros e multiplicadores, especialmente nas áreas de educação, segurança pública e da saúde,
6. **Fortalecer e garantir** a rede de proteção à criança e ao adolescente, envolvendo instituições públicas e sociais, nas esferas de governo estadual e municipais com ênfase no recorte racial e étnico.

⁵⁴ <http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2>

⁵⁵ Relatório Final – CPI da Câmara dos Deputados Violência Contra Jovens Negros e Pobres - www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

7. **Promover** a implantação de ações afirmativas nas instituições de garantia de direitos (justiça, assistência social, saúde, educação, esporte e cultura), que atendam crianças e adolescentes: capacitando técnicos e educadores para a valorização e construção da identidade étnico-racial às crianças e adolescentes; publicando informes e difundindo Leis antirracismo.
8. **Desenvolver, implementar e fomentar** a manutenção contínua de ações para a eliminação do racismo nas instituições públicas e privadas, assegurando o cumprimento e a divulgação do Estatuto da Igualdade Racial (12.288/2010), Lei 11.645/2008, e da Lei 10.639/2003 fortalecendo os mecanismos de fiscalização quanto à prática de discriminação racial, de gênero e intolerância religiosa, inclusive por meio de Ouvidorias para acompanharem casos nessa temática.
9. Criar conselhos deliberativos de: (a) Conselho Regional da Igualdade Racial com representação paritária da Sociedade Civil, para o combate e enfrentamento ao racismo, bem como para a promoção da igualdade racial, vinculado ao Governo Estadual; (b) Conselho de Participação da Comunidade Negra nos municípios, estados e Distrito Federal, garantido em Projeto de Lei, com dotação orçamentária, caráter deliberativo e que a presidência seja escolhida entre a sociedade civil, para o combate de enfrentamento ao racismo, vinculado ao governo estadual, municipal e distrital, garantido em projeto de lei com dotação orçamentária, composição paritária, e com ampla representação social, e funções deliberativas, normativas, e fiscalizadoras, e com autonomia financeira e orçamentária. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016);
10. Incluir, **nos conteúdos de concursos públicos, de matérias relacionadas ao Estatuto da Igualdade Racial, Lei Maria da Penha**, tratados dos direitos humanos e outras Leis no âmbito dos direitos das minorias;
11. **Fornecer dados concretos sobre os números da violência** à Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial/SEPPIR, para que institua o Sistema Nacional de Informação sobre Violência contra os Jovens Negros e Pobres no Brasil;⁵⁶



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

12. **Defesa da aprovação** do projeto de lei que acaba com os “**autos de resistência**” (PL 4471/2012). A proposta está em análise na Câmara dos Deputados:⁵⁷

⁵⁶ **Relatório Final - Frente Parlamentar da ALEPE** - Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco - Sumário Executivo;

Relatório Final – CPI da Câmara dos Deputados Violência Contra Jovens Negros e Pobres - www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419

Relatório Final – CPI do Senado: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>

⁵⁷ <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

FRASES SOBRE O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA

"Esta é uma questão nacional de saúde pública, além de grave violação aos direitos humanos, refletindo-se no sofrimento silencioso e insuperável de milhares de mães, pais, irmãos e comunidades". **Severine Carmem Macedo, Secretária Nacional da Juventude.**

"O nosso propósito é de buscar analisar e aprofundar as ações e as políticas públicas implantadas, as violações aos direitos humanos de jovens negros, através de um plano estratégico, com a plena participação da sociedade nessa construção". **Deputado Estadual Bispo Ossesio Silva, Coordenador da Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco.**

"A audiência pública tem o objetivo principal de alcançar as pessoas e criar meios, criar ferramentas para que, neste tema exclusivo, possamos encontrar definições e que essas definições possam chegar à vida das pessoas". **Deputado Estadual Joel da Harpa, integrante Frente Parlamentar de Combate ao Extermínio da Juventude Negra em Pernambuco.**

"A polícia que mata não pode ser a polícia que investiga". **Dandara Tonantzin, do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.**

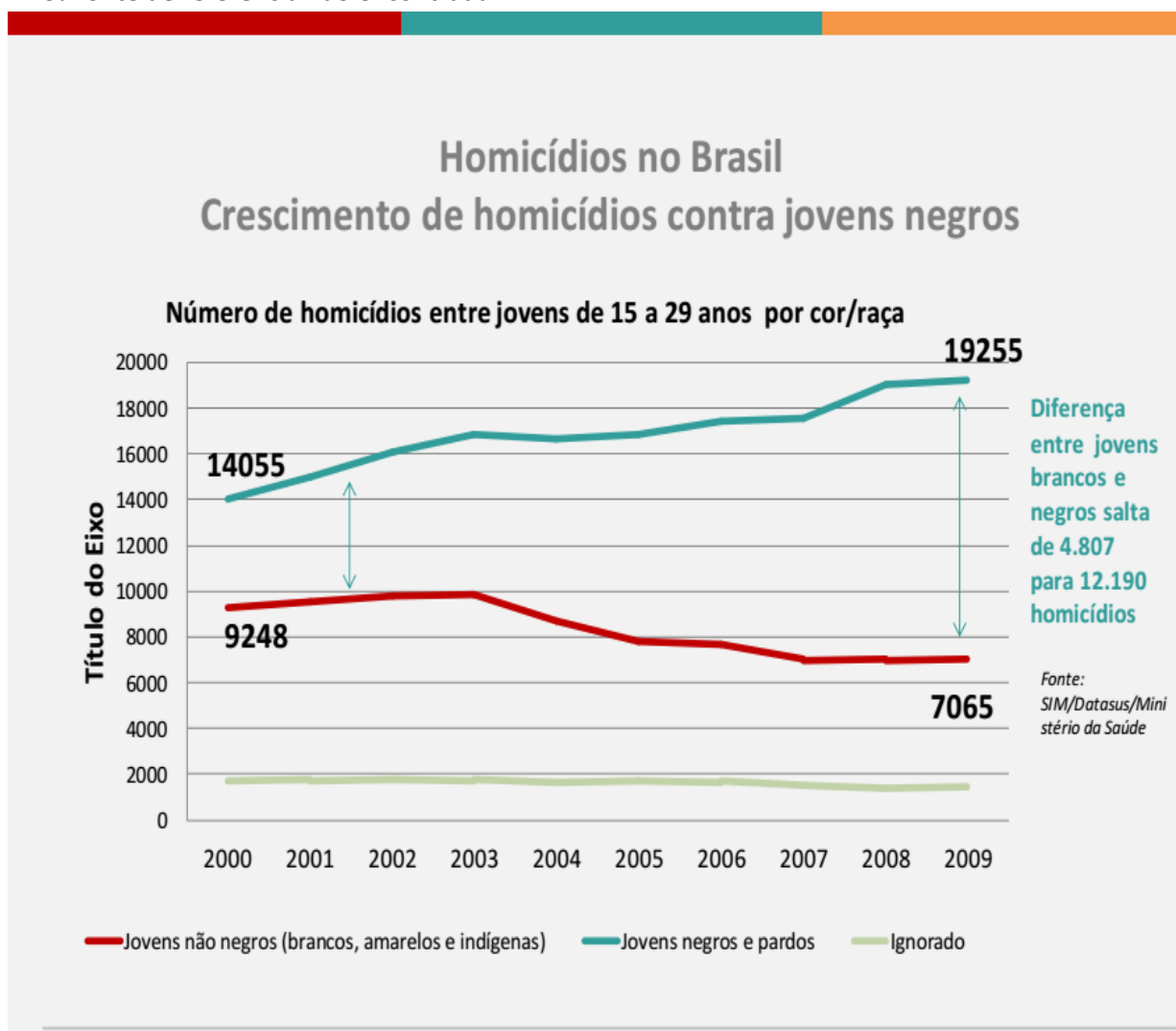
*"O problema investigado pela CPI, foi considerado por alguns participantes da audiência como uma **"guerra civil não declarada"** e um **"extermínio da juventude pobre e negra"**. CPI do Senado, sobre Assassinatos de Jovens Negros".*

*"Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam **aprender**, e se elas **aprendem a odiar**, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta."* **Nelson Mandela.**



LISTAS DE GRÁFICOS E TABELAS

Erro! Fonte de referência não encontrada.



58

Gráfico 1

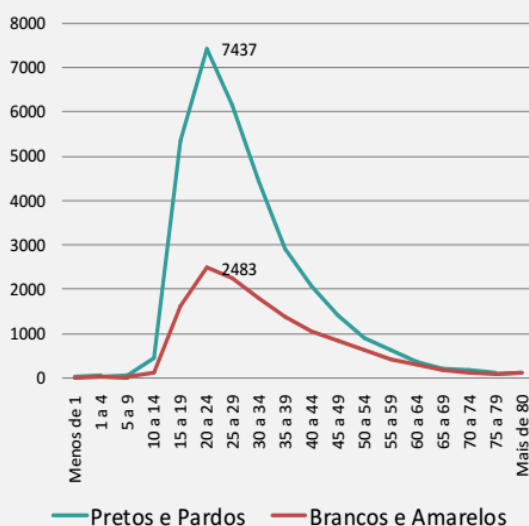
⁵⁸ <http://www.mapadaviolencia.org.br>



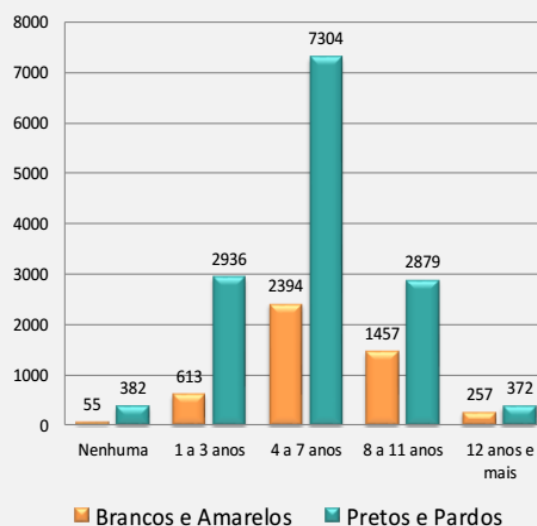
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

São os jovens negros, com baixa escolaridade, os mais atingidos pela violência

Homicídios por faixa etária, cor/raça
(2010 - Dados preliminares)



Homicídios entre jovens (15 a 29 anos)
por escolaridade, cor/raça
2010. Dados preliminares



Fonte: SIM/Datasus/Ministério da Saúde

59

Gráfico 2

Tabela 1

⁵⁹ <http://www.mapadaviolencia.org.br>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Tabela 5.2.1. Número de suicídios na População Total, por Capital e Região. Brasil. 2002/2012.

UF/REGIÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Δ%	
												02/12	11/12
Belém	56	45	22	35	35	35	36	23	38	40	31	-44,6	-22,5
Boa Vista	11	11	14	14	20	22	15	21	21	22	22	100,0	0,0
Macapá	26	22	26	26	19	15	16	16	17	24	15	-42,3	-37,5
Manaus	48	60	67	52	65	72	91	69	86	93	91	89,6	-2,2
Palmas	9	8	7	6	12	18	13	13	20	14	14	55,6	0,0
Porto Velho	12	16	16	18	22	15	25	27	37	35	25	108,3	-28,6
Rio Branco	18	19	18	9	10	18	19	20	27	16	21	16,7	31,3
NORTE	180	181	170	160	183	195	215	189	246	244	219	21,7	-10,2
Aracaju	31	47	30	32	33	44	43	41	57	43	33	6,5	-23,3
Fortaleza	180	152	158	200	167	175	169	130	127	159	141	-21,7	-11,3
João Pessoa	21	23	26	34	37	24	36	29	31	33	32	52,4	-3,0
Maceió	18	23	32	21	44	36	43	41	35	35	36	100,0	2,9
Natal	11	45	13	18	21	11	12	26	37	35	26	136,4	-25,7
Recife	68	85	68	81	81	102	92	64	66	55	71	4,4	29,1
Salvador	16	35	16	85	65	57	13	12	73	65	65	306,3	0,0
São Luís	42	25	29	27	43	34	41	34	37	39	38	-9,5	-2,6
Teresina	57	49	72	42	48	57	77	58	55	67	74	29,8	10,4
NORDESTE	444	484	444	540	539	540	526	435	518	531	516	16,2	-2,8
Belo Horizonte	127	128	114	115	116	118	104	150	134	164	172	35,4	4,9
Rio de Janeiro	219	156	149	165	155	135	140	154	227	188	207	-5,5	10,1
São Paulo	353	427	417	461	504	509	520	554	561	560	581	64,6	3,8
Vitória	22	12	21	24	15	17	16	24	18	13	18	-18,2	38,5
SUDESTE	721	723	701	765	790	779	780	882	940	925	978	35,6	5,7
Curitiba	79	88	109	96	109	78	85	85	64	78	97	22,8	24,4
Florianópolis	19	20	16	26	30	27	25	26	30	23	41	115,8	78,3
Porto Alegre	105	115	99	88	130	100	122	103	103	94	85	-19,0	-9,6
SUL	203	223	224	210	269	205	232	214	197	195	223	9,9	14,4
Brasília	110	93	106	112	129	122	132	136	158	113	142	29,1	25,7
Campo Grande	37	36	48	43	44	34	35	38	42	44	48	29,7	9,1
Cuiabá	19	32	32	20	17	21	26	26	29	26	30	57,9	15,4
Goiânia	118	88	106	85	84	76	103	102	97	99	78	-33,9	-21,2
CENTRO-OESTE	284	249	292	260	274	253	296	302	326	282	298	4,9	5,7
BRASIL CAP.	1.832	1.860	1.831	1.935	2.055	1.972	2.049	2.022	2.227	2.177	2.234	21,9	2,6

60

⁶⁰ http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2013_armas.php



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Tabela 2

Tabela 2. IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014 e seus componentes, ano-base 2012.							
Unidade da federação	IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2012	Componentes					
		Indicador de mortalidade por homicídio - 2012	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito - 2012	Indicador de frequência à escola e situação de emprego - 2012	Indicador de pobreza - 2012	Indicador de desigualdade - 2012	Risco relativo de homicídios entre negros e brancos - 2012
Acre	0,372	0,203	0,076	0,640	0,791	0,296	3,82
Alagoas	0,608	0,909	0,242	0,911	0,872	0,186	8,75
Amapá	0,489	0,382	0,259	0,563	0,664	0,650	2,63
Amazonas	0,418	0,375	0,154	0,542	0,648	0,451	3,67
Bahia	0,478	0,584	0,312	0,620	0,662	0,260	3,54
Ceará	0,502	0,531	0,499	0,604	0,734	0,183	4,01
Distrito Federal	0,294	0,466	0,017	0,097	0,242	0,632	6,53
Espírito Santo	0,496	0,632	0,660	0,437	0,334	0,350	5,91
Goiás	0,384	0,490	0,557	0,328	0,355	0,144	2,61
Maranhão	0,451	0,201	0,443	0,709	0,862	0,158	2,80
Mato Grosso	0,439	0,287	0,834	0,434	0,422	0,186	1,97
Mato Grosso do Sul	0,377	0,168	0,634	0,474	0,408	0,210	2,39
Minas Gerais	0,280	0,200	0,272	0,354	0,402	0,207	2,20
Pará	0,493	0,424	0,229	0,622	0,743	0,537	3,64
Paraíba	0,517	0,659	0,394	0,687	0,692	0,196	13,40
Paraná	0,408	0,313	0,768	0,386	0,266	0,251	0,66
Pernambuco	0,506	0,557	0,365	0,698	0,589	0,367	11,57
Piauí	0,477	0,091	0,777	0,628	0,807	0,154	2,76
Rio de Janeiro	0,309	0,302	0,216	0,262	0,148	0,602	2,31
Rio Grande do Norte	0,380	0,405	0,123	0,642	0,663	0,162	3,40
Rio Grande do Sul	0,230	0,159	0,141	0,379	0,286	0,233	1,67
Rondônia	0,467	0,206	0,876	0,496	0,593	0,164	1,78
Roraima	0,497	0,256	0,783	0,631	0,586	0,251	3,29
Santa Catarina	0,252	0,017	0,519	0,275	0,230	0,215	1,42
São Paulo	0,200	0,050	0,125	0,278	0,162	0,419	1,49
Sergipe	0,460	0,424	0,466	0,549	0,724	0,186	4,24
Tocantins	0,385	0,168	0,628	0,431	0,575	0,149	1,75

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Tabela 3

Tabela 1. IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014 e Risco Relativo, ano-base 2012.			
Unidades da federação	IVJ – Violência e Desigualdade Racial	Escala de vulnerabilidade	Risco relativo
Alagoas	0,608	Muito alta	8,748
Paraíba	0,517	Muito alta	13,401
Pernambuco	0,506	Muito alta	11,565
Ceará	0,502	Muito alta	4,011
Roraima	0,497	Alta	3,287
Espírito Santo	0,496	Alta	5,909
Pará	0,493	Alta	3,637
Amapá	0,489	Alta	2,632
Bahia	0,478	Alta	3,536
Piauí	0,477	Alta	2,760
Rondônia	0,467	Alta	1,780
Sergipe	0,460	Alta	4,244
Maranhão	0,451	Alta	2,802
Mato Grosso	0,439	Média	1,973
Amazonas	0,418	Média	3,672
Paraná	0,408	Média	0,661
Tocantins	0,385	Média	1,752
Goiás	0,384	Média	2,609
Rio Grande do Norte	0,380	Média	3,397
Mato Grosso do Sul	0,377	Média	2,392
Acre	0,372	Média	3,823
Rio de Janeiro	0,309	Média-baixa	2,310
Distrito Federal	0,294	Baixa	6,527
Minas Gerais	0,280	Baixa	2,199
Santa Catarina	0,252	Baixa	1,420
Rio Grande do Sul	0,230	Baixa	1,674
São Paulo	0,200	Baixa	1,492

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Escala de vulnerabilidade: Até 0,300 - Baixa; mais de 0,300 a 0,370 - Média-baixa; Mais de 0,370 a 0,450 - Média; mais de 0,450 a 0,500 - Alta; mais de 0,500 – Muito alta.

Tabela 4



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Tabela 2. IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014 e seus componentes, ano-base 2012.

Unidade da federação	IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2012	Componentes					
		Indicador de mortalidade por homicídio - 2012	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito - 2012	Indicador de frequência à escola e situação de emprego - 2012	Indicador de pobreza - 2012	Indicador de desigualdade - 2012	Risco relativo de homicídios entre negros e brancos - 2012
Acre	0,372	0,203	0,076	0,640	0,791	0,296	3,82
Alagoas	0,608	0,909	0,242	0,911	0,872	0,186	8,75
Amapá	0,489	0,382	0,259	0,563	0,664	0,650	2,63
Amazonas	0,418	0,375	0,154	0,542	0,648	0,451	3,67
Bahia	0,478	0,584	0,312	0,620	0,662	0,260	3,54
Ceará	0,502	0,531	0,499	0,604	0,734	0,183	4,01
Distrito Federal	0,294	0,466	0,017	0,097	0,242	0,632	6,53
Espírito Santo	0,496	0,632	0,660	0,437	0,334	0,350	5,91
Goiás	0,384	0,490	0,557	0,328	0,355	0,144	2,61
Maranhão	0,451	0,201	0,443	0,709	0,862	0,158	2,80
Mato Grosso	0,439	0,287	0,834	0,434	0,422	0,186	1,97
Mato Grosso do Sul	0,377	0,168	0,634	0,474	0,408	0,210	2,39
Minas Gerais	0,280	0,200	0,272	0,354	0,402	0,207	2,20
Pará	0,493	0,424	0,229	0,622	0,743	0,537	3,64
Paraíba	0,517	0,659	0,394	0,687	0,692	0,196	13,40
Paraná	0,408	0,313	0,768	0,386	0,266	0,251	0,66
Pernambuco	0,506	0,557	0,365	0,698	0,589	0,367	11,57
Piauí	0,477	0,091	0,777	0,628	0,807	0,154	2,76
Rio de Janeiro	0,309	0,302	0,216	0,262	0,148	0,602	2,31
Rio Grande do Norte	0,380	0,405	0,123	0,642	0,663	0,162	3,40
Rio Grande do Sul	0,230	0,159	0,141	0,379	0,286	0,233	1,67
Rondônia	0,467	0,206	0,876	0,496	0,593	0,164	1,78
Roraima	0,497	0,256	0,783	0,631	0,586	0,251	3,29
Santa Catarina	0,252	0,017	0,519	0,275	0,230	0,215	1,42
São Paulo	0,200	0,050	0,125	0,278	0,162	0,419	1,49
Sergipe	0,460	0,424	0,466	0,549	0,724	0,186	4,24
Tocantins	0,385	0,168	0,628	0,431	0,575	0,149	1,75

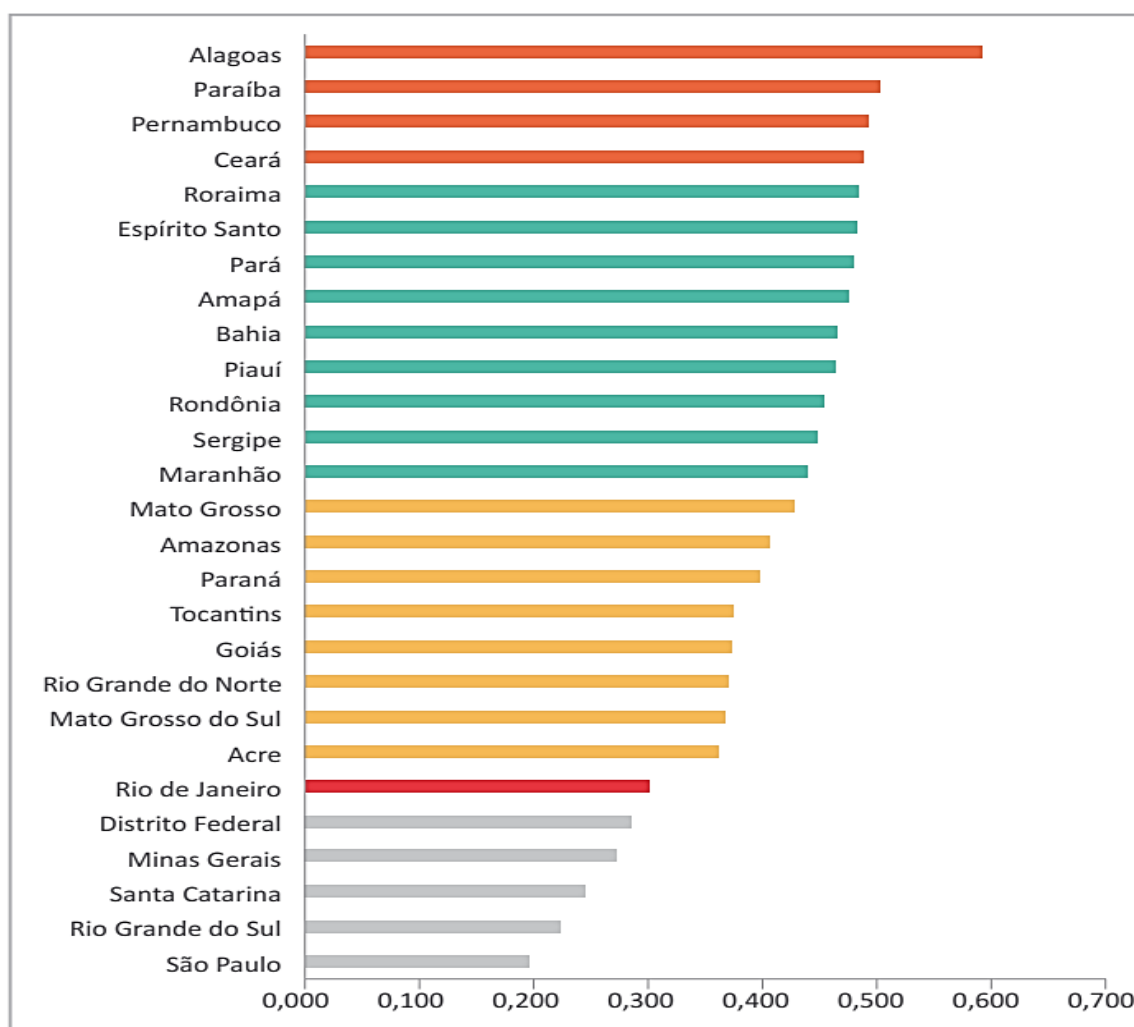
Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

As quatro unidades da federação que apresentam maior IVJ – Violência e Desigualdade Racial estão no Nordeste, sendo elas, em ordem: Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Em contrapartida, os cinco menores coeficientes do IVJ – Violência e Desigualdade Racial são de quatro estados do Sul e Sudeste (São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais), mais o do Distrito Federal. Os resultados refletem em boa medida a tendência já verificada na última década de expressivo crescimento da violência, especialmente a letal, entre os estados do Nordeste.

Gráfico 1. IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014. Unidades da federação, ano-base 2012.



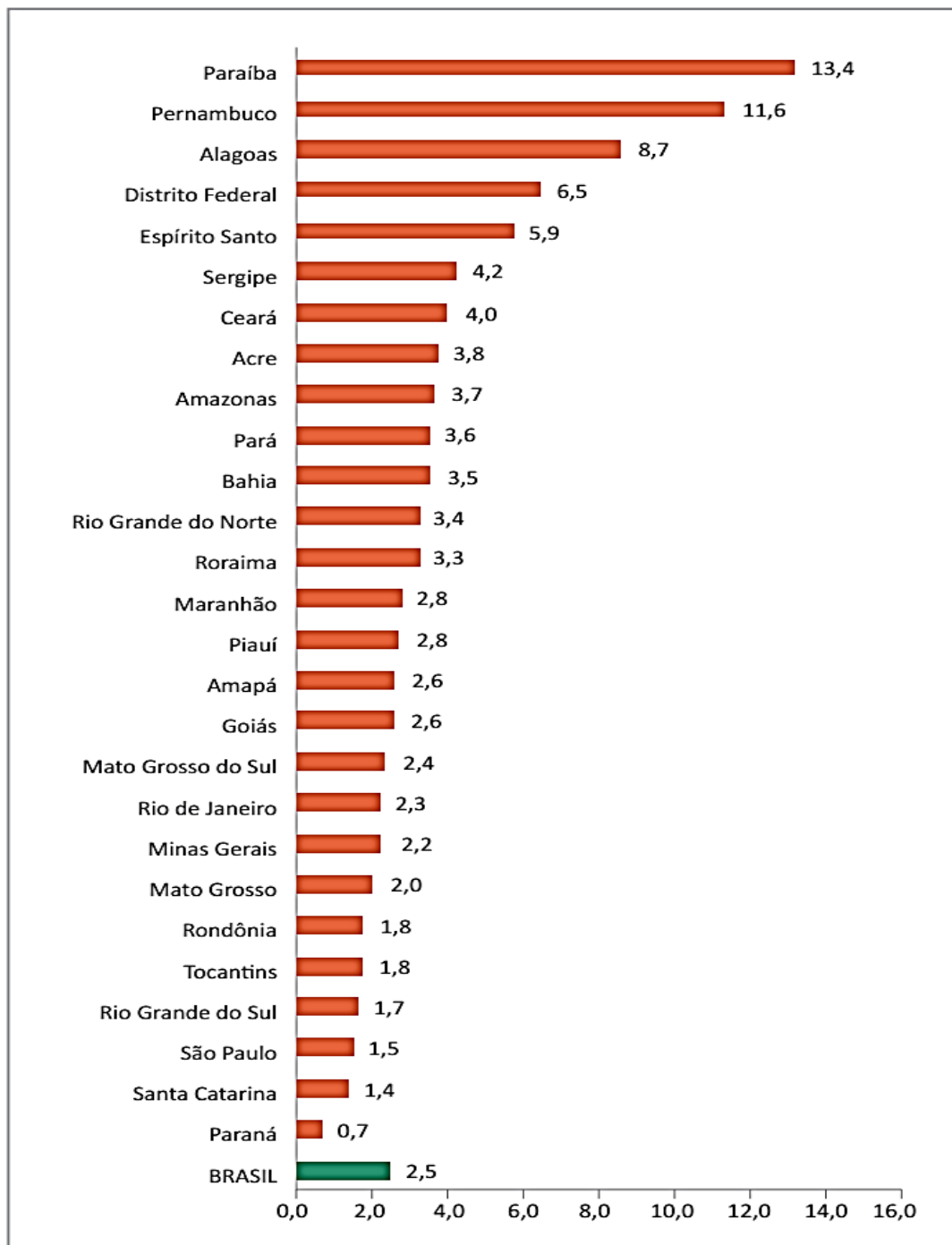
Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 3



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gráfico 2. Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco. Brasil e UFs. 2012.



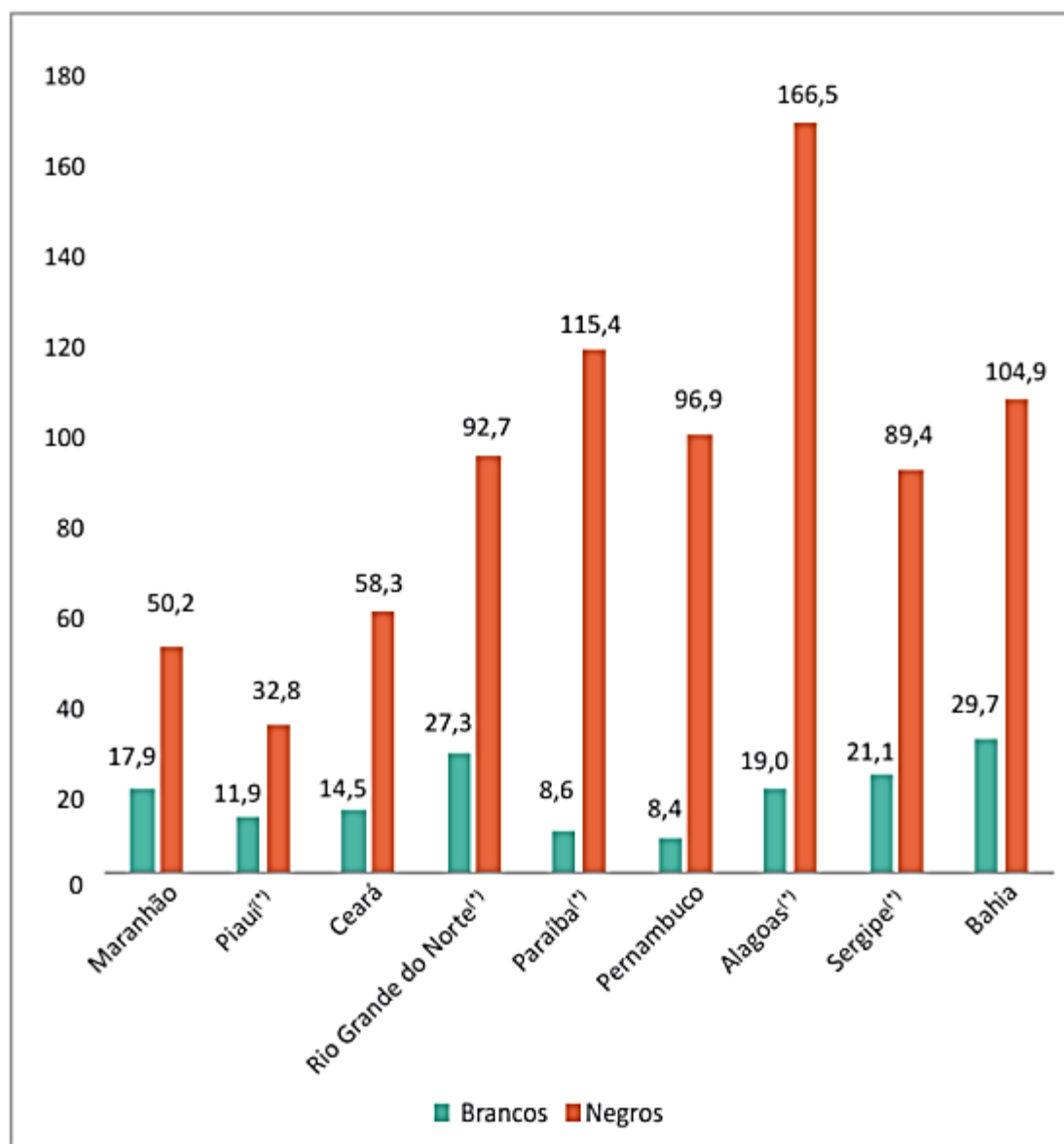
Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 4



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gráfico 4. Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros. UFs da região Nordeste. 2012.



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Estados com menos de 50 homicídios em algum dos grupos de cor em algum dos anos: resultados mais instáveis e que devem ser interpretados com cautela.

Gráfico 5 – Comparativo das taxas de homicídios entre jovens negros e brancos. UFs do nordeste.

Tabela 5



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Tabela 3. Homicídio e Risco Relativo de Morte de Jovens Negros e Brancos. Regiões e UFs. 2007 e 2012.

Unidade da federação e região	Homicídios		População		Taxa (1)		Risco Relativo	Homicídios		População		Taxa (1)		Risco Relativo
	Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros		Brancos	Negros	Brancos	Negros	Brancos	Negros	
Região Norte	194	2.000	1.322.642	3.945.593	14,7	50,7	3,45	283	3.013	1.227.069	4.154.582	23,1	72,5	3,14
Rondônia(*)	35	164	199.152	335.984	17,6	48,7	2,76	52	184	169.718	336.839	30,6	54,5	1,78
Acre(*)	18	49	63.714	177.360	28,3	27,7	0,98	7	86	58.889	189.262	11,9	45,4	3,82
Amazonas(*)	19	407	271.182	878.242	7	46,4	6,59	53	680	261.166	909.223	20,4	74,8	3,67
Roraima(*)	3	37	31.614	100.040	9,8	37,2	3,79	5	59	31.248	109.978	16,3	53,6	3,29
Pará	97	1.165	580.683	1.955.516	16,7	59,6	3,56	122	1.713	544.742	2.097.675	22,5	81,7	3,64
Amapá(*)	14	91	57.749	170.292	24,2	53,4	2,2	17	139	58.704	182.386	29	76,2	2,63
Tocantins(*)	8	87	118.548	328.158	6,8	26,5	3,92	27	152	102.602	329.218	26,3	46,1	1,75
Região Nordeste	656	7.826	5.168.107	12.136.339	12,7	64,5	5,07	833	10.526	4.771.738	12.094.793	17,4	87	4,99
Maranhão	78	548	515.876	1.653.105	15,2	33,2	2,18	86	874	478.057	1.739.958	17,9	50,2	2,8
Piauí(*)	24	168	260.751	750.730	9,4	22,3	2,39	30	236	249.063	719.769	11,9	32,8	2,76
Ceará	109	798	918.852	1.863.471	11,9	42,8	3,6	124	1.134	853.251	1.945.190	14,5	58,3	4,01
Rio Grande do Norte(*)	48	286	412.435	592.854	11,7	48,2	4,12	111	545	408.197	588.256	27,3	92,7	3,4
Paraíba(*)	18	423	465.298	690.051	3,9	61,3	15,67	38	785	441.209	680.141	8,6	115,4	13,4
Pernambuco	139	2.478	1.034.493	1.748.389	13,5	141,7	10,52	80	1.707	953.942	1.761.733	8,4	96,9	11,57
Alagoas(*)	41	747	328.035	707.323	12,5	105,6	8,45	58	1.170	304.687	702.592	19	166,5	8,75
Sergipe(*)	38	218	195.601	488.246	19,6	44,6	2,28	38	439	180.433	491.022	21,1	89,4	4,24
Bahia	161	2.160	1.036.765	3.642.171	15,5	59,3	3,83	268	3.636	902.900	3.466.131	29,7	104,9	3,54
Região Sudeste	3.566	6.792	13.592.597	10.917.225	26,2	62,2	2,37	2.767	6.103	11.798.435	11.477.220	23,5	53,2	2,27
Minas Gerais	620	1.743	2.770.647	3.285.601	22,4	53,1	2,37	605	1.930	2.323.874	3.367.850	26,1	57,3	2,2
Espírito Santo	107	709	463.207	648.292	23,2	109,4	4,72	84	827	394.955	655.536	21,3	126,1	5,91
Rio de Janeiro	1.082	2.866	2.173.711	2.421.277	49,8	118,4	2,38	600	1.841	1.945.267	2.583.792	30,9	71,3	2,31
São Paulo	1.757	1.474	8.185.033	4.562.055	21,5	32,3	1,5	1.478	1.505	7.134.339	4.870.042	20,7	30,9	1,49
Região Sul	2.537	743	6.502.793	1.693.485	39	43,8	1,12	2.611	895	5.892.562	1.876.254	44,3	47,7	1,08
Paraná	1.369	401	2.308.092	885.310	59,3	45,2	0,76	1.456	456	2.045.673	969.405	71,2	47,1	0,66
Santa Catarina	275	56	1.570.489	278.983	17,5	20,2	1,15	311	102	1.504.448	347.759	20,7	29,3	1,42
Rio Grande do Sul	893	286	2.624.212	529.192	34	54	1,59	844	337	2.342.441	559.091	36	60,3	1,67
Região Centro Oeste	490	1.499	1.898.310	2.478.176	25,8	60,5	2,34	538	2.347	1.709.058	2.650.176	31,5	88,6	2,82
Mato Grosso do Sul	108	212	359.820	359.547	30,1	59	1,96	73	209	331.215	396.425	22	52,7	2,39
Mato Grosso	96	290	368.596	578.824	25,9	50,1	1,93	120	431	334.827	610.454	35,8	70,6	1,97
Goiás	224	619	816.196	1.061.545	27,5	58,3	2,12	298	1.222	717.215	1.128.456	41,5	108,3	2,61
Distrito Federal(*)	62	378	353.698	478.261	17,6	79,1	4,48	47	485	325.800	514.841	14,4	94,2	6,53
BRASIL	7.443	18.860	28.484.449	31.170.819	26,1	60,5	2,3	7.032	22.884	25.398.862	32.253.024	27,7	71,0	2,6

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, ano-base 2012; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Por grupo de 100 mil habitantes, por raça/cor.

(*) Estados com menos de 50 homicídios em algum dos grupos de cor em algum dos anos: resultados mais instáveis e que devem ser interpretado com cautela.

Tabela 6 – OBS: A cidade de **Jaboatão dos Guararapes** ocupa a posição 36 no IVJ como muito alta;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Tabela 9. Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2014 - Ranking dos municípios com mais de 100.000 habitantes, ano-base 2012.

Unidade da federação	Município	Posição no ranking (2012)	Vulnerabilidade	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ - Violência)	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
PE	Cabo de Santo Agostinho	1	Muito Alta	0,651	0,782	0,520	0,604	0,780	0,578
RJ	Itaguaí	2	Muito Alta	0,592	0,680	0,791	0,550	0,738	0,176
PA	Altamira	3	Muito Alta	0,587	0,620	0,732	0,666	0,809	0,125
PA	Marabá	4	Muito Alta	0,582	0,710	0,632	0,591	0,793	0,191
GO	Luziânia	5	Muito Alta	0,573	0,857	0,613	0,518	0,781	0,076
PA	Parauapebas	6	Muito Alta	0,570	0,530	0,824	0,564	0,752	0,173
BA	Simões Filho	7	Muito Alta	0,567	1,000	0,404	0,580	0,754	0,090
BA	Eunápolis	8	Muito Alta	0,564	0,936	0,413	0,605	0,806	0,069
BA	Teixeira de Freitas	9	Muito Alta	0,564	0,891	0,454	0,614	0,806	0,064
PA	Marituba	10	Muito Alta	0,561	0,759	0,216	0,582	0,730	0,561
BA	Lauro de Freitas	11	Muito Alta	0,555	0,992	0,331	0,532	0,719	0,194
BA	Camaçari	12	Muito Alta	0,550	0,866	0,410	0,580	0,751	0,151
PA	Ananindeua	13	Muito Alta	0,547	0,716	0,228	0,527	0,708	0,594
AL	Maceió	14	Muito Alta	0,547	0,864	0,279	0,589	0,772	0,259
MA	São José de Ribamar	15	Muito Alta	0,541	0,467	0,320	0,676	0,742	0,582
PB	Santa Rita	16	Muito Alta	0,539	1,000	0,241	0,597	0,815	0,064
ES	São Mateus	17	Muito Alta	0,539	0,581	0,586	0,501	0,769	0,268
PA	Belém	18	Muito Alta	0,537	0,608	0,284	0,507	0,708	0,620
MA	Caxias	19	Muito Alta	0,536	0,470	0,676	0,674	0,876	0,034
BA	Salvador	20	Muito Alta	0,533	0,820	0,200	0,483	0,702	0,482
ES	Serra	21	Muito Alta	0,526	0,829	0,441	0,457	0,683	0,202
BA	Barreiras	22	Muito Alta	0,521	0,358	0,803	0,609	0,769	0,092
BA	Feira de Santana	23	Muito Alta	0,521	0,741	0,508	0,510	0,761	0,086
RJ	Cabo Frio	24	Muito Alta	0,519	0,697	0,353	0,498	0,726	0,345
BA	Ilhéus	25	Muito Alta	0,518	0,680	0,286	0,587	0,784	0,305
RJ	Campos dos Goytacazes	26	Muito Alta	0,518	0,544	0,637	0,513	0,761	0,145
PR	Foz do Iguaçu	27	Muito Alta	0,513	0,645	0,577	0,491	0,703	0,147
BA	Porto Seguro	28	Muito Alta	0,513	0,927	0,232	0,589	0,789	0,056
GO	Formosa	29	Muito Alta	0,511	0,785	0,401	0,499	0,772	0,110
CE	Maracanaú	30	Muito Alta	0,510	0,761	0,413	0,550	0,765	0,078
MT	Várzea Grande	31	Muito Alta	0,509	0,664	0,583	0,460	0,700	0,129
ES	Cariacica	32	Muito Alta	0,508	0,852	0,312	0,479	0,740	0,163
CE	Fortaleza	33	Muito Alta	0,508	0,765	0,298	0,481	0,739	0,274
RS	Alvorada	34	Muito Alta	0,503	0,910	0,273	0,503	0,758	0,078
AL	Arapiraca	35	Muito Alta	0,502	0,576	0,430	0,657	0,848	0,060
PE	Jaboatão dos Guararapes	36	Muito Alta	0,502	0,487	0,325	0,548	0,740	0,470
BA	Itabuna	37	Muito Alta	0,501	0,880	0,243	0,561	0,762	0,082
GO	Águas Lindas de Goiás	38	Alta	0,500	0,733	0,428	0,540	0,769	0,047
BA	Jequié	39	Alta	0,499	0,637	0,453	0,578	0,804	0,062
BA	Vitória da Conquista	40	Alta	0,495	0,685	0,430	0,526	0,799	0,059

(continua)

PE	Vitória de Santo Antão	54	Alta	0,480	0,468	0,444	0,685	0,832	0,046
----	------------------------	----	------	-------	-------	-------	-------	-------	-------



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PE	Olinda	83	Média	0,449	0,441	0,253	0,541	0,716	0,367
PR	Paranaguá	84	Média	0,449	0,293	0,558	0,499	0,712	0,229
PE	Recife	85	Média	0,448	0,441	0,268	0,507	0,715	0,376
MA	Açailândia	86	Média	0,447	0,287	0,552	0,617	0,828	0,028
MG	Betim	87	Média	0,445	0,574	0,340	0,404	0,712	0,219
RJ	Macaé	88	Média	0,442	0,454	0,395	0,429	0,610	0,346
GO	Rio Verde	89	Média	0,440	0,573	0,437	0,433	0,675	0,092
RJ	Duque de Caxias	90	Média	0,440	0,497	0,345	0,521	0,726	0,160
GO	Aparecida de Goiânia	91	Média	0,440	0,673	0,362	0,405	0,680	0,085
RS	Viamão	92	Média	0,437	0,626	0,278	0,479	0,739	0,105
PA	Barcarena	93	Média	0,435	0,521	0,295	0,569	0,765	0,090
PI	Teresina	94	Média	0,434	0,322	0,402	0,469	0,747	0,293
PB	Campina Grande	95	Média	0,434	0,388	0,376	0,510	0,755	0,203
PR	Araucária	96	Média	0,433	0,787	0,281	0,399	0,571	0,113
SP	Guarujá	97	Média	0,430	0,256	0,315	0,546	0,662	0,451
RJ	Nilópolis	98	Média	0,430	0,611	0,347	0,449	0,574	0,177
PE	São Lourenço da Mata	99	Média	0,430	0,407	0,218	0,625	0,799	0,199
PR	Pinhais	100	Média	0,429	0,753	0,280	0,407	0,588	0,110
CE	Itapipoca	101	Média	0,427	0,181	0,453	0,731	0,846	0,040
PE	Camaraçibe	102	Média	0,427	0,394	0,298	0,594	0,768	0,164
PR	São José dos Pinhais	103	Média	0,426	0,586	0,471	0,386	0,547	0,126
MA	Bacabal	104	Média	0,426	0,197	0,445	0,712	0,851	0,039
CE	Crato	105	Média	0,426	0,375	0,401	0,548	0,795	0,079
RN	Natal	106	Média	0,424	0,554	0,211	0,454	0,723	0,232
TO	Araguaína	107	Média	0,424	0,339	0,452	0,462	0,746	0,170
RN	Parnamirim	108	Média	0,422	0,512	0,314	0,451	0,724	0,154
PE	Caruaru	109	Média	0,422	0,371	0,346	0,568	0,795	0,111
MG	Santa Luzia	110	Média	0,420	0,400	0,388	0,426	0,768	0,171
ES	Vila Velha	111	Média	0,420	0,623	0,224	0,402	0,547	0,318
CE	Maranguape	112	Média	0,418	0,260	0,409	0,605	0,806	0,101
GO	Trindade	113	Média	0,417	0,542	0,285	0,494	0,754	0,064
MG	Ribeirão das Neves	114	Média	0,416	0,456	0,340	0,436	0,801	0,102
PR	Toledo	115	Média	0,415	0,261	0,783	0,326	0,570	0,118
MG	Sete Lagoas	116	Média	0,415	0,365	0,529	0,422	0,677	0,106
PI	Parnaíba	117	Média	0,414	0,144	0,528	0,604	0,810	0,076
PE	Petrolina	118	Média	0,412	0,173	0,532	0,570	0,775	0,088
RR	Boa Vista	119	Média	0,411	0,234	0,517	0,510	0,672	0,178
PA	Abaetetuba	120	Média	0,411	0,290	0,325	0,654	0,849	0,047
RJ	Magé	121	Média	0,410	0,240	0,410	0,557	0,755	0,173
SE	Aracaju	122	Média	0,410	0,398	0,286	0,434	0,726	0,265

(continua)



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PE	Paulista	130	Média	0,403	0,403	0,201	0,523	0,701	0,264
RJ	São João de Meriti	131	Média	0,403	0,413	0,267	0,473	0,716	0,207
MG	Contagem	132	Média	0,402	0,534	0,287	0,364	0,632	0,214
GO	Anápolis	133	Média	0,401	0,355	0,482	0,417	0,666	0,114
PE	Igarassu	134	Média	0,400	0,395	0,192	0,614	0,794	0,110
SP	Jacareí	135	Média	0,397	0,314	0,477	0,447	0,576	0,198
MS	Dourados	136	Média	0,396	0,358	0,476	0,427	0,608	0,136
MG	Muriae	137	Média	0,395	0,304	0,475	0,447	0,725	0,073
RO	Ji-Paraná	138	Média	0,395	0,022	0,689	0,463	0,776	0,091
PA	Santarém	139	Média	0,395	0,102	0,381	0,601	0,775	0,228
AC	Rio Branco	140	Média	0,390	0,226	0,339	0,505	0,725	0,239
SP	Diadema	141	Média	0,390	0,242	0,373	0,425	0,617	0,348
MT	Cuiabá	142	Média	0,388	0,382	0,337	0,416	0,575	0,265
RJ	Belford Roxo	143	Média	0,388	0,387	0,224	0,517	0,739	0,152
PE	Garanhuns	144	Média	0,384	0,162	0,379	0,612	0,805	0,072



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NOTAS

Atualizações

1. A Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio, estabelece a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o governo federal. O documento informa a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, cujas competências foram transferidas para o recém-criado Ministério da Justiça e Cidadania;
2. Os Conselhos de Participação Social dos órgãos extintos farão parte da composição do **Ministério da Justiça e Cidadania**, incluindo o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve); o Conselho Nacional de Combate à Discriminação; o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
3. De acordo com o artigo 29 da MP, inciso XIV, o Ministério da Justiça e da Cidadania será composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Nacional de Juventude, além daquelas que contemplarão as atribuições do extinto Ministério da Justiça.⁶¹

⁶¹ <http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2>



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA-GERAL. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014/Secretarias da:** Presidência da República, Nacional de Juventude. Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2ª. ed. Brasília: [s.n.], v. III, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara dos Deputados. **Portal Câmara dos Deputados**, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/o-papel-das-comissoes>>. Acesso em: 10 Abril 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Portal da Câmara dos Deputados. **Portal Câmara**, 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito>>. Acesso em: 11 Abril 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório Final – CPI da Câmara dos Deputados Violência Contra Jovens Negros e Pobres. **Relatório Final – CPI da Câmara dos Deputados Violência Contra Jovens Negros e Pobres**, 2016. Disponível em: <www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419>. Acesso em: 03 Junho 2017.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório Final – CPI do Senado - Assassinato de jovens. **Relatório Final - CPI do Senado - Assassinato de Jovens**, 2016. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>>. Acesso em: 10 Julho 2016.

FLASCO Brasil. **MAPA DA VIOLÊNCIA**, 2005 a 2016. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 2 Agosto 2016.

[HTTP://WWW.CAMARA.GOV.BR/PROPOSICOESWEB/FICHADETRAMITACAO?IDPROPOSICAO=556267](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267) . Proposições. **Câmara dos Deputados**, 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>>. Acesso em: 04 Agosto 2017.

[HTTP://WWW.SEPPIR.GOV.BR/MEDIDA-PROVISORIA-ESTABELECE-NOVA-ORGANIZACAO-DOS-MINISTERIOS-2](http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2). **seppir.gov.br/**, 2015. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/medida-provisoria-estabelece-nova-organizacao-dos-ministerios-2>>. Acesso em: 02 Agosto 2017.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

[HTTP://WWW2.RECIFE.PE.GOV.BR/SITES/DEFAULT/FILES/PACTOPELAVIDA.PDF](http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/pactopelavida.pdf). PCR. **Prefeitura da cidade do Recife**, 2016. Disponível em:

<<http://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/pactopelavida.pdf>>. Acesso em: 10 Agosto 2017.

REVISTA Jus Navigandi. **Site da Jus.com.br**, 2017. ISSN ISSN 1518-4862. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/45753/auto-de-resistencia-ou-oposicao-decorrente-de-intervencao-policia>>. Acesso em: 10 Junho 2017.

SECRETARIAS: DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, A NACIONAL DE JUVENTUDE E DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Mapa da Violência - "Mortes MATADAS por Armas de Fogo"**. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2015.

SPROESSER, A. K. **A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**. Mesa Diretora (2007-2009). ed. São Paulo: [s.n.], 2008.

WASELFISZ, J. J. **HOMICÍDIOS E JUVENTUDE NO BRASIL**. Brasília: [s.n.], 2015.